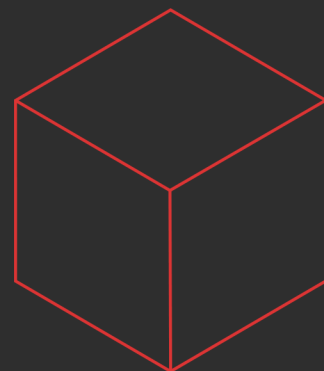
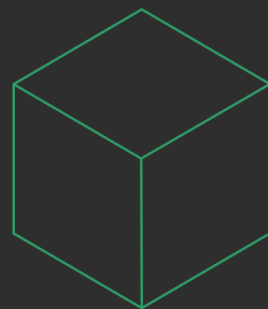
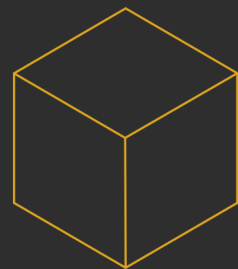
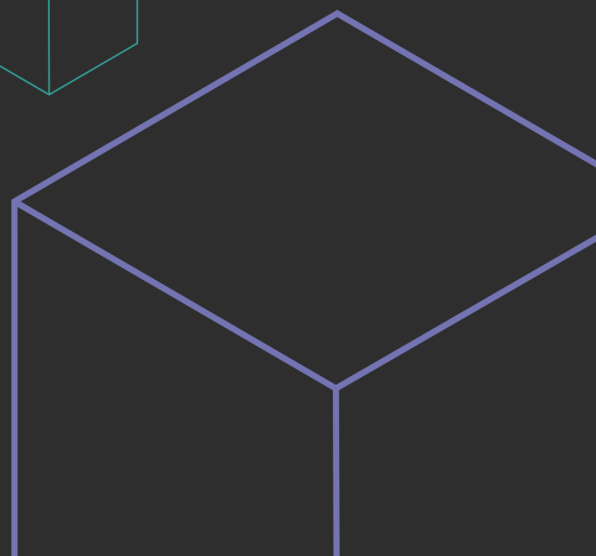
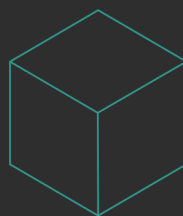
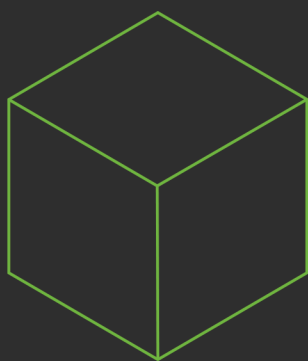
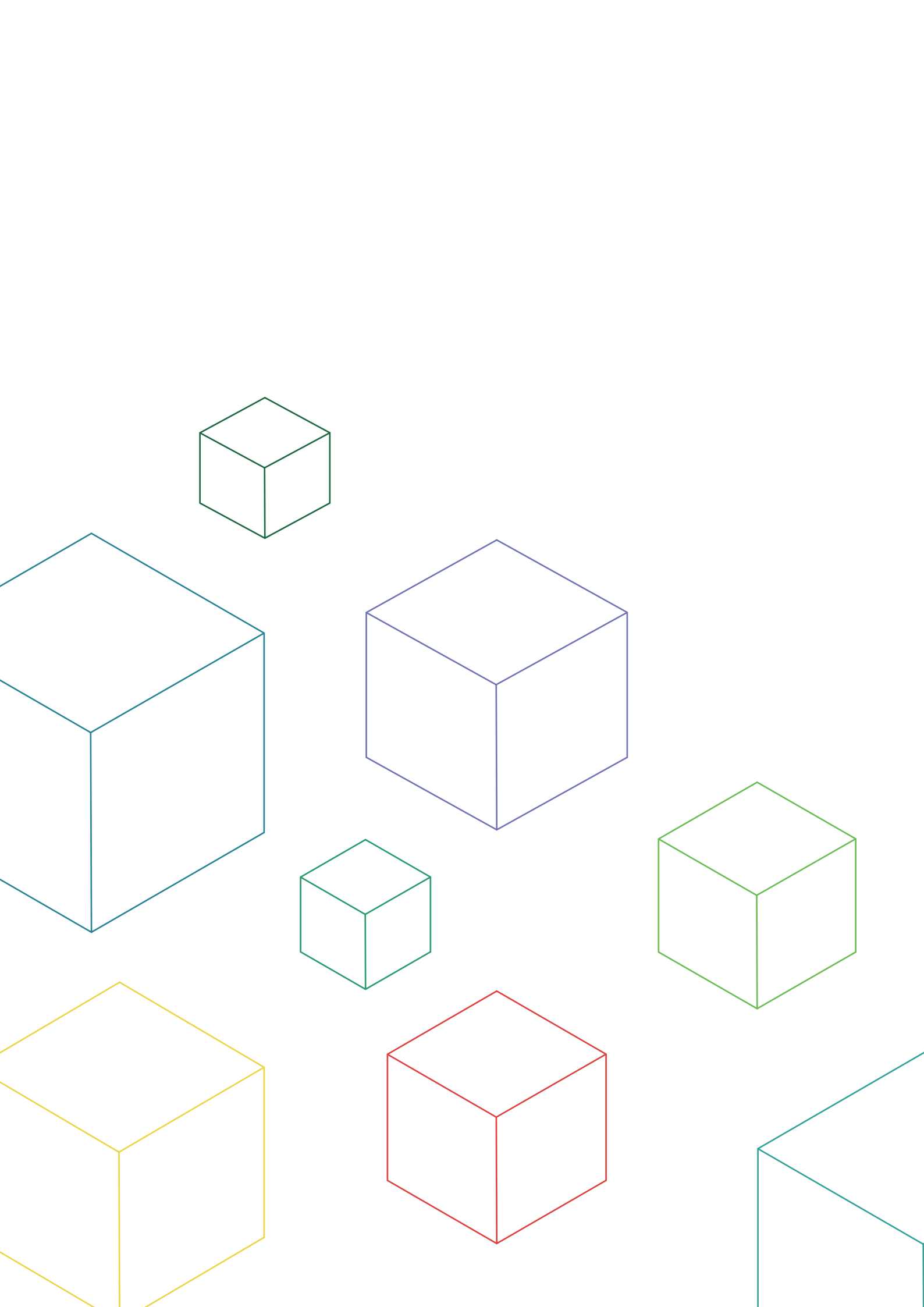


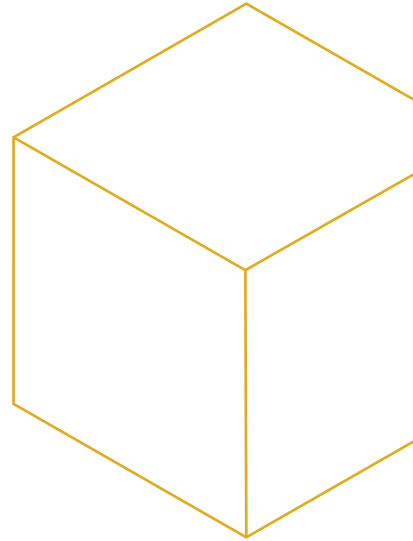
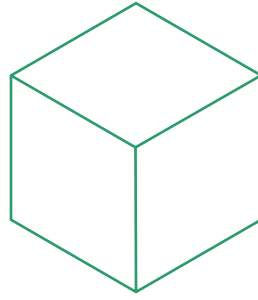
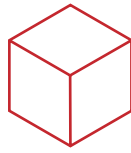
Direito à Comunicação no Brasil

2022

O que vem depois da terra arrasada?
Construindo políticas de comunicação
no Brasil pós-Bolsonaro





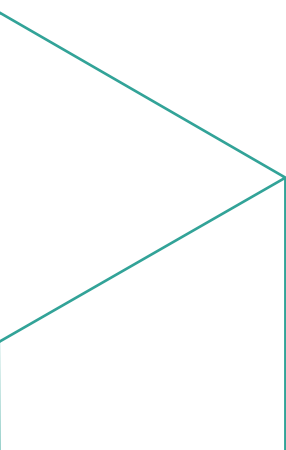


DIREITO À COMUNICAÇÃO NO BRASIL 2022

INTERVOZES / COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O que vem depois da terra arrasada? Construindo políticas de comunicação no Brasil pós-Bolsonaro.

*Esta publicação foi elaborada visando ao máximo aproveitamento do conteúdo citado. Na versão digital, **você verá hiperlinks que poderão ser acessados**. Na versão impressa, basta usar a câmera do seu celular para ler os **QR Codes** organizados por ordem de aparição na página.*



**Conselho Diretor do
Intervozes 2022-2023**

Aline Braga
André Pasti
Iago Vernek Fernandes
Iano Flávio
Iraíldon Mota
Mônica Mourão
Tâmara Terço

Cordenação Executiva

Ana Cláudia Mielke
Gyssele Mendes
Iara Moura
Olívia Bandeira
Pedro Ekman
Pedro Vilaça
Viviane Tavares
Ramênia Vieira

Autores

Alex Pegna Herczog
Ana Maria Conceição Veloso
Eduardo Amorim
Iago Vernek Fernandes
Iury Batista
Mabel Dias
Mônica Mourão
Nataly Queiroz
Patrícia Paixão de O. Leite
Paulo Victor Melo
Ramênia Vieira
Raquel Baster
Sheley Gomes
Viviane Tavares

Coordenação, Edição e Apresentação

Ana Maria Conceição Veloso
Patrícia Paixão de O. Leite
Paulo Victor Melo

Revisão Técnica

Gyssele Mendes e Olívia Bandeira

Revisão





Nathália Cardoso

Projeto gráfico e diagramação

Yasmin Menezes

Apoio

Ford Foundation e Luminate

 /intervozes
 @intervozes
 @intervozes
 /intervozes



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Attribution-ShareAlike 4.0 International (CC BY-SA 4.0)
<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Direito à comunicação no Brasil 2022 : o que vem depois da terra arrasada? construindo políticas de comunicação no Brasil pós-Bolsonaro / coordenação, edição e apresentação Ana Maria Conceição Veloso, Patrícia Paixão de O. Leite, Paulo Victor Melo. -- São Paulo, SP : Intervozes, 2023.

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-89397-08-3

1. Democracia 2. Direitos humanos 3. Comunicação
4. Comunicação - Aspectos políticos 5. Comunicação pública I. Veloso, Ana Maria Conceição. II. Leite, Patrícia Paixão de O. III. Melo, Paulo Victor.

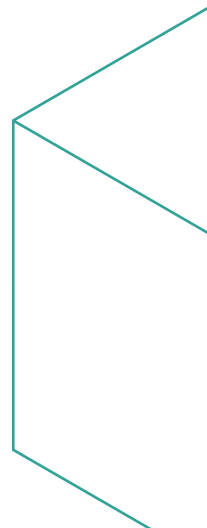
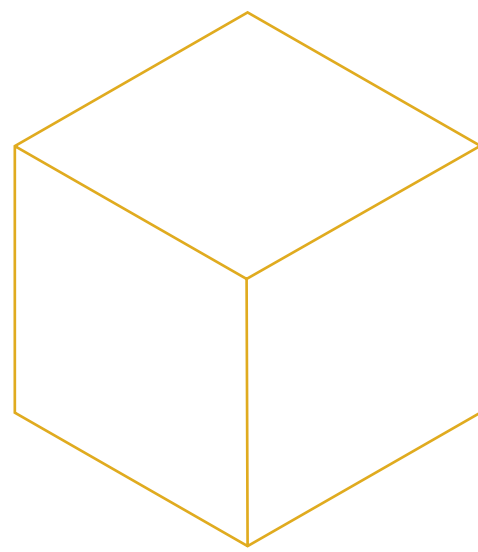
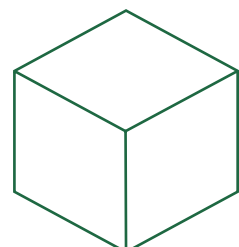
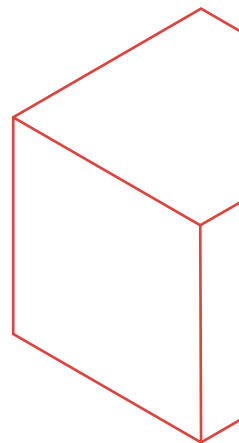
23-169116

CDD-302.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicação : Aspectos sociais 302.2
2. Comunicação pública : Sociologia 302.2

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253





Sumário

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 07 |
| A ENCRUZILHADA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E OS CAMINHOS DA EBC ALEX PEGNA HERCOG | 12 |
| ATAQUES A JORNALISTAS DERAM A TÔNICA EM ANO ELEITORAL IURY BATISTTA | 19 |
| A POLÍTICA DO ÓDIO E A RESISTÊNCIA DO POVO NAS RUAS E NAS REDES NATALY QUEIROZ | 26 |
| ELEIÇÃO DE CANDIDATOS POLICIALESCOS E DONOS DE MÍDIA PREJUDICA A DEMOCRACIA MABEL DIAS | 32 |
| DESINFORMAÇÃO, DESERTOS DE NOTÍCIAS E OS IMPACTOS NA AMAZÔNIA RAQUEL BASTER E VIVIANE TAVARES | 39 |
| FUTEBOL, DIREITO DE TRANSMISSÃO E DIVERSIDADE: DA TV AO STREAMING, DO ACESSO À ACESSIBILIDADE IAGO VERNEK FERNANDES | 46 |
| PLATAFORMIZAÇÃO DO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS APROFUNDOU DESIGUALDADES HISTÓRICAS PAULO VICTOR MELO | 54 |
| A ERA BOLSONARO FOI TRÁGICA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA MÔNICA MOURÃO | 61 |
| PLATAFORMAS DIGITAIS NO CENTRO DAS ATENÇÕES: REGULAR PARA AVANÇAR SHELEY GOMES, RAMÊNIA VIEIRA E VIVIANE TAVARES | 68 |
| NEGACIONISMO ESTATÍSTICO E APAGÃO DE DADOS NO ÚLTIMO ANO DO GOVERNO DA DESINFORMAÇÃO EDUARDO AMORIM | 74 |
| “O ANO PASSADO EU (QUASE) MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”: O FIM DE UM CICLO E UMA ESPERANÇA DE DEMOCRACIA ANA MARIA CONCEIÇÃO VELOSO, PATRÍCIA PAIXÃO DE O. LEITE E PAULO VICTOR MELO | 80 |
| RECOMENDAÇÕES | 87 |
| SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES | 98 |

Apresentação

Ana Maria Conceição Veloso, Patrícia Paixão de O. Leite e Paulo Victor Melo

O fato de marcar o bicentenário da Independência já tornava o ano de 2022, em si, extremamente significativo. Isso porque, para além dos discursos oficiais, é preciso questionar em que medida o processo ocorrido em 7 de setembro de 1822 – independência formal do Brasil – foi acompanhado de políticas estruturais que garantissem também direitos fundamentais, participação social e cidadania ativa. Ou, então, qual o sentido de falar em independência de um país se não forem assegurados direitos de viver bem, mecanismos de participação nas decisões do país e possibilidades de exercício cidadão às suas populações?

Mas 2022 se tornou um ano ainda mais relevante porque, pouco mais de um mês após os 200 anos da Independência, o povo teve a possibilidade de redefinir rotas na condução política do país. Ao final de dois turnos, a opção escolhida pela maioria foi dar um fim ao governo Bolsonaro. Pode-se afirmar que em raros momentos da história brasileira viu-se uma coalizão tão ampla e diversa – reunindo partidos e setores das esquerdas, do centro e da direita liberal – em torno de um objetivo comum: derrotar o fascismo à brasileira. Sim, fascismo. Afinal, como alertado por Ana Julia Bernardi e Jennifer Moraes, “a ideologia fascista não acabou após a Segunda Guerra Mundial. Ela permaneceu nas sociedades contemporâneas como um vírus pronto para atuar novamente em situações de crise econômica e, até mesmo, de valores democráticos” (2021, p. 321).

Por meio da análise de conteúdo de pronunciamentos do ex-presidente depois do segundo turno das eleições de 2018, portanto logo após eleito, as autoras evidenciam o emprego de um discurso fascista que, entre outras táticas, apelava à construção social de um “inimigo comum”, no caso, todos(as) que se colocassem críticos ao governo.

E não foi, vale enfatizar, apenas um discurso fascista. Em verdade, o discurso esteve a serviço de uma política igualmente fascista, de exacerbação sem precedentes na nossa história do genocídio, do colonialismo, da lógica escravocrata, do racismo e da misoginia, violências fundantes do Brasil, legitimadas e autorizadas pelo Executivo Federal.

Dito de outra maneira, estamos falando de um governo que, entre 2019 e 2022, utilizou-se de uma dupla tática: aprofundou as violências estruturais do nosso país e, ao mesmo tempo, promoveu uma verdadeira destruição das inaugurais conquistas democráticas e políticas públicas que o Brasil produziu, por processos de mobilização popular, desde a Constituição de 1988 e, mais efetivamente, a partir de 2003.

Aumento da fome em larga escala. Empobrecimento das famílias. Enriquecimento da própria família e dos amigos. Desvalorização do serviço público. Negligência com a situação de saúde de milhões de brasileiros e brasileiras. Piada em transmissão ao vivo – e desassistência – com pessoas infectadas pelo coronavírus. Desmatamento recorde em todos os biomas. Boiada passando. Agrotóxicos contaminando solos e contaminando crianças, adultos e idosos. Favorecimento do crime organizado e das milícias. Armas liberadas para matança generalizada. Homenagens a ditadores. Perseguição a organizações coletivas. Recursos para educação, saúde e assistência



social cortados. Relações diplomáticas esfaceladas.

No campo das comunicações, essa devastação também teve as suas matizes, inclusive com a convivência de grande parte do empresariado do setor, que flertou com o governo do genocídio em diversos momentos. Programas policiais seguiram violando direitos de negras(os), mulheres, pessoas LGBTQIA+, crianças e adolescentes. Jornalistas e comunicadores(as) populares foram vítimas de ataques, sobretudo do ex-presidente, dos seus familiares e apoiadores(as). O acesso à informação pública, que está inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal e na Lei de Acesso à Informação, foi sistematicamente negado pelos antigos ocupantes do governo federal.

A desinformação foi legitimada. A Amazônia e os seus povos, silenciados. Enquanto isso, a mineração e o garimpo ilegal avançavam. As plataformas digitais seguiram com uma política permissiva de desinformação e de exacerbação dos discursos de ódio, e, por outro lado, apagaram pautas fundamentais de direitos humanos. Excluídos(as) digitais, que, não por coincidência, são também os historicamente apartados do acesso a direitos, foram ainda mais segregados pela opção estatal de transpor políticas sociais para o digital, num país que nega o direito de conectividade aos grupos mais vulnerabilizados.

Políticos com mandato seguiram contrariando a Constituição Federal e comandando emissoras de rádio e televisão. Ainda na radiodifusão, houve aumento do financiamento estatal proporcional à propaganda escancarada do governo Bolsonaro. A comunicação, que deveria ser pública, foi tudo, menos pública. Aparelhamento e censura deram a tônica na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Nem mesmo a "paixão nacional", o futebol, escapou das lógicas dominantes: a relação entre mídia e futebol (como mercadoria) é emblemática dos inúmeros problemas de concentração e desigualdades na comunicação no Brasil.

Mas nem tudo foi desertificação. Houve resistências. E muitas. Movimentos sociais e populares reagiram ao avanço do fascismo no país. Porque, como escreveu Nêgo Bispo (2019), "mesmo que queimem a escrita, não queimarão a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, não queimarão os significados. Mesmo queimando o nosso povo, não queimarão a nossa ancestralidade". Ou, parafraseando Conceição Evaristo (2014), se eles combinaram de nos matar, a gente combinamos de não morrer.

Em verdade, lamentavelmente muitos dos nossos morreram. Morreram, não, foram mortos, assassinados. Marielle Franco e Anderson Gomes, Moa do Katendê, Marcelo Arruda, Antônio Carlos Silva de Lima, Pedro Henrique Dias Soares... Mas aqui estamos por eles, por elas, por nós e pelos que virão. "Queimaram Palmares, nasceu Canudos" (Nêgo Bispo, 2019). E estamos aqui na tarefa precípua de reconstrução democrática de um país que, na realidade, sequer experimentou três décadas consecutivas de democracia (para falar apenas em termos formais).

Analisar esse cenário, olhando para a nossa história, é fundamental na projeção de um futuro em que democracia, diversidade, pluralismo, liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos sejam centrais no ambiente midiático. É isso que propõe a edição 2022 do *Relatório Direito à Comunicação no Brasil*, iniciativa do Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social, que, com edição de Ana Maria Conceição Veloso, Patrícia Paixão de O. Leite e Paulo Victor Melo, apresenta dez reportagens e um conjunto de recomendações que contribuem para a ampliação do debate público sobre o setor das comunicações e os desafios para a materialização do tão necessário direito humano à comunicação.

Na primeira reportagem, Alex Pegna Hercog fala sobre as encruzilhadas da comunicação pública no Brasil e evidência como trabalhadores e



trabalhadoras da Empresa Brasil de Comunicação foram alvo de censura e cerceamento do trabalho jornalístico, uma das facetas, nas palavras do autor, do “sequestro e aparelhamento promovidos pelo governo federal”. Vale mencionar, porém, que, no momento de fechamento deste texto (final de abril de 2023), alguns dos desafios apontados por entidades que reivindicam a democratização das comunicações ainda não avançaram, a exemplo do restabelecimento do Conselho Curador.

O segundo texto, de Lury Batista, não deixa dúvidas de que, na estratégia do governo anterior de definição de inimigos, os(as) jornalistas estiveram entre os mais ameaçados. A partir de dados do *Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2022* (publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas) e da análise de ativistas e especialistas no tema, Lury costura que o enfrentamento a esse tipo de prática requer um conjunto de ações, “sendo preciso calibrar estratégias e políticas públicas que operem no campo da educação midiática, na proteção dos jornalistas e comunicadores no exercício de suas funções, bem como na regulação das grandes plataformas de redes sociais para, desse modo, poder dar respostas de longo prazo”.

Na reportagem “A política do ódio e a resistência do povo nas redes e nas ruas”, a terceira deste Relatório, Nataly Queiroz aprofunda um tema já citado nesta apresentação – a violência política – e demonstra como “as redes sociais e os aplicativos de mensageria, pelas suas estruturas e gramáticas, possibilitaram o compartilhamento de discursos de ódio, assim como a criação e o fortalecimento de grupos identificados com ideais antidemocráticos”. Dando como exemplo ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dos Povos Indígenas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre outros, Nataly diz que a resistência ao ódio “lançou luzes para a comunicação como elemento político central de intervenção sobre o real”.

Um fenômeno que é marca da história das comunicações no Brasil e que implica negativamente na democracia – o uso de meios de comunicação como trampolim político – é analisado por Mabel Dias na quarta reportagem. Tanto proprietários de radiodifusão quanto pessoas ligadas aos programas policiais (apresentadores, repórteres etc.) seguem se aproveitando da convivência entre Estado e Comunicação para, à custa de violações de direitos humanos e de desrespeito à Constituição Federal, conquistar bases eleitorais sólidas. E Mabel lembra que, como ministro das Comunicações, “quem assumiu o cargo foi um político aliado a velhas oligarquias, pertencente a um partido da direita brasileira, o União Brasil, que conta com radiodifusores em seus quadros”, o que, certamente, fragiliza qualquer perspectiva de mudança estrutural nessa relação entre o poder político e o setor das comunicações.

No quinto texto, Raquel Baster e Viviane Tavares alertam que a desinformação e os desertos de notícias são questões graves na Amazônia, com impactos no direito à comunicação dos povos e comunidades tradicionais, já violentados pelo avanço do garimpo ilegal e do desmatamento. Elas dizem que “numa democracia, o governo não pode ser a única fonte para colaborar com o debate público sobre a pauta do desmatamento. Além do problema da negação da existência das mudanças climáticas, há como agravante o uso da ciência e suas evidências para desinformar tanto formadores de opinião quanto o público em geral”.

Em reportagem sobre direitos de transmissão do futebol, a sexta do Relatório, Iago Vernek Fernandes aponta que a relação das instituições de futebol, tanto com empresas de radiodifusão quanto com plataformas digitais, é marcada pela concentração. Com uma narrativa sustentada em depoimentos de diferentes segmentos envolvidos no futebol e com o acúmulo da experiência de acompanhamento dessa pauta, Iago discute não apenas questões de direitos de imagem, mas também desigualdades e opressões no futebol, a

exemplo do racismo, do machismo e do capacitismo, entre outras.

No texto seguinte, Paulo Victor Melo aborda como a plataformação do acesso a serviços e políticas públicas em áreas como assistência social, saúde e identificação civil – uma tendência dos últimos anos – tem resultado no aprofundamento de desigualdades no país. Paulo entrevista três especialistas que indicam, de forma consensual, a necessidade de uma nova relação entre políticas de internet, tecnologias digitais e cidadania, como forma de promoção da conectividade digital e do acesso a outros direitos.

O título da oitava reportagem sintetiza, de forma enfática, o que é confirmado em informações e análises de pesquisadoras(es) e organizações da sociedade civil: “a era Bolsonaro foi trágica para a democratização da mídia”. Ao indicar um alinhamento de diversas emissoras ao bolsonarismo, com a radiodifusão servindo à manutenção do ideário neoliberal, Mônica Mourão, que assina o texto, diz que “os quatro anos de governo fascista distanciaram o país da comunicação pública e de políticas para a regulamentação da radiodifusão; a comunicação comunitária foi desprezada”.

No texto nove, Sheley Gomes, Ramênia Vieira e Viviane Tavares discutem um dos desafios mais expressivos dos tempos atuais: a necessidade de regulação democrática das plataformas digitais. Circulação de conteúdos de desinformação, políticas de moderação de conteúdos e outros temas são tratados pelas autoras, que apresentam, ainda, um panorama dos debates no Legislativo, no Judiciário e no âmbito da sociedade civil organizada.

A décima reportagem, de Eduardo Amorim, trata de casos do chamado “apagão de dados” e dos seus impactos no direito de acesso à informação, demonstrando como o negacionismo estatístico em áreas como saúde e controle de agrotóxicos foi uma tônica não apenas em 2022, mas nos quatro anos do governo Bolsonaro. O desrespeito aos prazos do Censo do IBGE é outro exemplo, segundo o autor, do desprezo da gestão anterior do governo federal com o controle social por meio de plataformas de dados e pesquisas.

Todos esses temas dizem respeito diretamente às nossas vidas, têm implicações no nosso cotidiano e falam sobre que país temos hoje e que país precisamos construir. Por isso, o nosso convite à leitura das reportagens que compõem este Relatório e das recomendações que se seguem. Também fazemos um convite à participação nas mobilizações e lutas para a efetivação de uma comunicação verdadeiramente democrática.

Como é possível perceber, o foco do Relatório é analisar o cenário das comunicações em 2022, entendido como emblemático de todo o período de governo Bolsonaro. Já estamos em 2023. Olhar para trás é essencial. Seja para termos dimensão dos desafios que estão colocados, seja para entendermos quais erros não devem ser repetidos. Mas olhar para trás como Sankofa; portanto, andando para frente, resistindo no presente, rumo ao futuro, na luta para a construção de políticas de comunicação democráticas. É com esse objetivo que convidamos à apreciação das reportagens e das recomendações que se seguem.



Boa leitura e boas lutas!

A encruzilhada da comunicação pública e os caminhos da EBC

Comunicação pública enfrentou censura e ataques antidemocráticos em 2022, com foco no cerceamento da liberdade de imprensa e no assédio aos servidores da EBC

Alex Pegna Hercog



Crédito: Thyago Nogueira.

O ano de 2022 começou sob a regência de Exu e Iemanjá. É atribuída à “rainha das águas” a simbologia da “grande mãe”, sempre atenta aos filhos. Já Exu é o orixá da Comunicação, que está lá e cá, levando e trazendo, brincando, brincando com o caos, no caos, entre o fim e o começo. Segundo o religioso, músico e historiador Etemí Dofono Hunxi, “Èsù é o mensageiro dos ebós” e nas encruzilhadas “ele estará lá, para orientar e mostrar todas as melhores possibilidades de escolhas direcionais”.

Como não poderia deixar de ser, 2022 teve na comunicação um elemento central diante do contexto político brasileiro que prometia para outubro o caos: o fim de um ciclo ou a continuidade de um processo imprevisível. A certeza era de que a comunicação seria estratégica para incidir no resultado das eleições presidenciais e no seu desdobramento. No seio da comunicação pública, diversas denúncias revelavam o quanto a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) sucumbia ao sequestro e ao aparelhamento promovido

pelo governo federal, ainda sob ameaça de privatização.

Dessa forma, organizações e movimentos envolvidos na luta em defesa da comunicação pública apostaram suas expectativas em outubro de 2022. O resultado eleitoral poderia significar mais um passo rumo à destruição da EBC e do projeto público para as comunicações ou poderia pôr fim ao ciclo iniciado com o golpe de 2016 e suas primeiras medidas que desfiguraram a empresa, iniciando o desmonte da comunicação pública no país.

Caminhos fechados

Criada em 2007, durante o segundo mandato do governo Lula, a EBC era a materialização de propostas acumuladas pelos movimentos em defesa da democratização da comunicação em torno de um projeto para o sistema público. Princípios como autonomia política, controle social e interesse público eram alguns dos nortes defendidos pelas representações da sociedade civil. Contribuições importantes foram incorporadas à Lei 11.652, de 2008, que regulamentou a EBC.

Esse ciclo de construção de um projeto de comunicação pública no país foi encerrado em 2016, após o golpe que levou ao impeachment de Dilma Rousseff (PT). Durante o **período Temer (MDB)**, os mandatos dos conselheiros e conselheiras da EBC foram cassados e o Conselho Curador extinto, o presidente eleito foi destituído, funcionários demitidos e rádios públicas extintas. Além disso, as ameaças de privatização da empresa pública tiveram início.

Já sob a presidência de Jair Bolsonaro (eleito pelo PSL, atualmente no PL), as ameaças permaneceram e a EBC chegou a ser incluída no **Programa Nacional de Desestatização**. O aparelhamento e o esvaziamento do controle social também se intensificaram e minaram o caráter de interesse público da empresa. Os anos de Bolsonaro na presidência foram marcados por denúncias de censura nas redações, perseguição aos profissionais, aparelhamento de militares e **diversos casos de assédio**.

De acordo com Juliana César Nunes, jornalista da EBC e coordenadora-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF), permaneceram os casos de perseguição dentro da empresa. “Em meio às eleições, houve um recrudescimento da censura e do assédio moral nas redações e também a EBC acabou sendo utilizada pelo governo Bolsonaro para difusão de mensagens contra o sistema eleitoral”, lembra.

Casos como esses constam na quarta edição do **Dossiê de Censura e Governismo na EBC**, lançado em agosto de 2022 pela Comissão de Empregados da EBC, pela Ouvidoria Cidadã da EBC, pelos Sindicatos dos Jornalistas do Distrito Federal (DF), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) e pelos Sindicatos dos Radialistas do DF, SP e RJ. O documento traz 64 casos de censura, 228 casos de governismo e 245 de coberturas de pautas irrelevantes envolvendo as redes e mídias da EBC.

A Agência Brasil, por exemplo, foi palco para a reprodução de narrativas governistas e discursos do presidente. Além disso, veículos da empresa realizavam coberturas de pautas como *Dia da Batata Frita* ou *Dia da Coxinha*, enquanto questões mais relevantes vinham sendo discutidas em outros meios. Tudo fez parte de uma estratégia para blindar o governo da exposição a pautas negativas. Outro tipo de censura imposta, como relata o jornalista da EBC Gésio Passos, foi o silenciamento de discussões relacionadas sobretudo aos direitos humanos.

Ainda de acordo com o jornalista, que também é membro do Intervezes e da diretoria executiva do SJPDF, os problemas se intensificaram durante o período eleitoral. “Antes da eleição, por exemplo, não podia falar nada relacionado ao PT, ao Lula”, cita. Já durante o processo eleitoral, foi evidente





o alinhamento partidário dos veículos da EBC com o candidato e presidente Bolsonaro, que, em entrevista, já chegou a se referir à TV Brasil como “TV minha”. [Artigo publicado pelo Intervenozes](#) destacou um caso emblemático, que foi a cobertura do “7 de Setembro” pela Agência Brasil, data oficial que foi utilizada por Bolsonaro como palanque eleitoral e promoção de manifestações golpistas, transmitida com a cumplicidade da chefia da agência.

Segundo Venício Lima, professor de Ciências Políticas e Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), uma das razões para esse aparelhamento é a ausência do Conselho Curador da EBC, extinto durante o governo Temer. Para Lima, que teve o mandato de conselheiro cassado, a participação social, diversa e representativa era fundamental “para fiscalizar e garantir que a EBC cumprisse seu papel legal, ser uma alternativa tanto à comunicação estatal, quanto à comunicação comercial, que é predominante”.

O uso governista da comunicação pública não passou apenas pela promoção de Bolsonaro e aliados, mas também envolveu o uso político e econômico da empresa. Além de empregar militares e seus parentes, o governo federal deu continuidade à contratação de produções antigas da RecordTV. Após a aquisição de duas novelas em anos anteriores, a TV Brasil exibiu em 2022 “A Terra Prometida”, cuja licença foi comprada por aproximadamente R\$ 4 milhões.

Segundo a jornalista Rita Freire, que também teve seu mandato de conselheira cassado, a utilização da máquina da EBC resultou na “militarização” na ocupação dos cargos, programas alusivos às corporações em lugar dos de interesse público, uso proselitista partidário e religioso e a compra de conteúdos velhos e datados de empresas próximas ao governo. Mas tudo foi possível pelo que começou no governo Temer ao tirar da empresa sua camada protetora - mandatos e Conselho Curador”.

Abre caminho...

A série de abusos e ilegalidades cometidas dentro da EBC mobilizou seus profissionais, que seguiam denunciando, mesmo sob ameaça. Jornalista concursada da empresa há mais de 10 anos, Kariane Costa, representando os trabalhadores, encaminhou à Ouvidoria um dossiê contendo 35 depoimentos de funcionários, que denunciavam casos de assédio moral e censura. O processo foi apresentado ainda em 2021 e teve seu conteúdo vazado para os diretores.

Assim, a trabalhadora passou de denunciante a denunciada, após abertura de um processo interno que lhe acusava de cometer injúria, calúnia e difamação contra 12 gestores da empresa. Durante todo o ano ela foi investigada e, em setembro de 2022, a Comissão de Sindicância Interna da EBC recomendou a demissão de Kariane por justa causa. A perseguição causou revolta, e as mobilizações impediram que a jornalista fosse demitida.

A atuação de profissionais e entidades tem sido um fator fundamental para resistir aos desmontes da EBC e acenar para uma reconstrução, como pontua a jornalista Akemi Nitahara. Conselheira cassada e trabalhadora da EBC, Akemi destaca a atuação da [Ouvidoria Cidadã](#), criada em 2020 pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, articulação que reúne dezenas de organizações e movimentos. De acordo com a jornalista, que também integra a Frente, uma ação importante tem sido a realização dos dossiês com denúncias e a promoção de debates em torno da defesa e reconstrução do projeto de comunicação pública para o país.

Fruto desse debate foi o [“Caderno de Propostas: reconstrói EBC e a comunicação pública”](#), lançado pela Frente em abril de 2022, durante o seminário Reconstrói EBC. O documento defende a imediata revogação da Lei 13.417, do período Temer, e reúne uma série de recomendações, a



exemplo da criação de mecanismos para garantir autonomia financeira, de gestão e de conteúdo. As entidades proponentes também denunciaram “o sequestro da EBC” e seu impacto no conteúdo produzido que teriam afetado “as pautas de combate ao racismo e à LGBTQIAP+fobia, a visibilidade às PcD e pessoas com doenças raras, os temas relativos à juventude, movimentos sociais e sindicais, pautas de violações a Direitos Humanos, enfim, tudo relativo a comunidades já invisibilizadas e estigmatizadas pela mídia hegemônica”.



Trabalhadores da EBC recebem prêmio. Crédito: Alice Vergueiro/IVH.

A mobilização dos profissionais da EBC rendeu, em 2022, o Prêmio Especial Vladimir Herzog de Contribuição ao Jornalismo. O troféu, concedido ao coletivo de trabalhadores da empresa, foi uma forma de reconhecimento aos esforços em defesa da comunicação pública e de resistência aos recorrentes casos de assédio no trabalho, que, como destaca Akemi, afetaram e vêm afetando a saúde mental desses profissionais.

Deixa Exu passar

Outubro de 2022 e o Brasil estava em uma encruzilhada. A reeleição de Lula fez o país olhar para as políticas do passado; o bolsonarismo ainda violento faz olhar com cautela o presente; e o acúmulo dessas experiências trouxe a missão de construir o novo caminho que pavimentará este novo ciclo para a democracia brasileira.

Em relação à EBC, o professor Venício Lima destaca que o golpe de 2016 interrompeu um projeto em andamento. “Ele não era um projeto consolidado, nem pronto. Havia muitos problemas, mas havia um caminho que se tentava trilhar com base no espírito da Lei 11.652. É importante frisar isso, para não idealizar um passado como se tudo estivesse resolvido”, conclui. Para Rita Freire, é preciso recuperar fontes de financiamento e investir em jornalismo e programação cultural. “Precisa incluir a produção regional e periférica e refletir a sociedade na governança. Precisa enegrecer a EBC, feminizar a EBC. Não se trata simplesmente de enegrecer a tela, mas a gestão e a política editorial”, afirma a jornalista.

Esse desafio de reconstrução, no entanto, ainda esbarra em heranças do governo Bolsonaro. Um exemplo é a atual Ouvidoria da EBC, sob o comando

do coronel Cristiano Mendonça Pinto. Sem qualificação para o cargo, nem experiência em redação, sua nomeação causou revolta entre os trabalhadores. Em nota, a Ouvidoria Cidadã classificou como “escárnio” o uso político da função. Nomeado há três meses do fim do governo Bolsonaro, Cristiano possui um mandato de 2 anos.

De acordo com Rita Freire, esses são fatos políticos, e não administrativos, fruto da mistura entre o governamental e o público. “A democracia pede muita clareza nessa separação”, afirma. Ela defende a retomada e o fortalecimento de mecanismos para a participação da sociedade civil na política de comunicação. “Não adianta transformarmos a EBC em uma empresa de boas práticas. Para fazer comunicação pública, precisa ter a sociedade civil na governança. Ou é perfumaria”, destaca.

Diante desse novo ciclo que vem sendo construído, o professor da UnB Fernando Oliveira Paulino afirma que “a vontade e a necessidade de um serviço público de comunicação continuam ainda mais vivas”. Paulino, que também preside a Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC), destaca que “não há países com indicadores democráticos que tenham prescindido de uma comunicação pública e de incentivo à diversidade e liberdade de expressão”. Para garantir o caráter público, ele cita a importância da sustentabilidade financeira e do fortalecimento de canais como o Conselho Curador e as Ouvidorias.

Com a mudança de governo, o professor Venício Lima afirma ter uma “esperança contida” por ver no poder “pessoas que compreendem a diferença entre a comunicação estatal e a pública, a importância da comunicação pública num país democrático e que seu fortalecimento favorece o regime democrático”. O professor também destaca que esse novo projeto para a comunicação pública não pode ser visto isoladamente e deve ser complementado por medidas que hoje estão sendo discutidas em todo o mundo, a exemplo das *big techs*, tanto do ponto de vista das políticas públicas quanto da regulação. “Questões que se colocam como desafio para a comunicação pública deveriam ser questões que desafiassem também a comunicação privada. Porque o que está em jogo é a sobrevivência da democracia”, defende Lima.

Laroiê!

Em meio ao caos que apontava para novos rumos, 2022 também foi marcado pelos trabalhos que foram abrindo os caminhos desse novo projeto. Algumas propostas foram apresentadas ao então candidato Lula, a exemplo do documento [“8 pautas prioritárias das e dos jornalistas brasileiros”](#), produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e que defende a “recuperação da EBC e ampliação do sistema público de comunicação”, além de cobrar o “reestabelecimento das relações de trabalho com funcionários da EBC, interrompendo o período que vem desde 2020 sem celebração do Acordo Coletivo de Trabalho com os sindicatos”.

Já o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), em sua [carta-compromisso](#) entregue aos candidatos, também defendeu a recuperação do caráter público da EBC, reestabelecendo o Conselho Curador, definindo critérios para a escolha da presidência, desvinculando a empresa pública da Secretaria de Comunicação e regulamentando a contribuição para o fomento da comunicação pública.

Após o caos, portanto, profissionais e movimentos voltam a sonhar com a construção de um novo projeto para a comunicação pública, a partir de 2023. O ano, inclusive, será novamente regido por Exu e, também, por Oxum e Oxóssi. De acordo com o Etemí Dofono Hunxi, “acreditar que um ano será caminhos múltiplos de possibilidade, saber que onde caminhos se cruzam



não significa dúvidas, mas sim múltiplas possibilidades de escolhas”.

A respeito do papel da comunicação para abrir os novos caminhos, ele destaca que “Èsù é a própria oralidade e dela dependemos para fazer qualquer tipo de política”. O religioso afirma que “mesmo que o meio de comunicação seja um e-mail, uma carta, um recado, no final sempre precisamos do hálito para potencializar”.

Assim, após a ressaca da encruzilhada eleitoral de 2022, uma nova possibilidade se abriu. Ao final de um ciclo de desmontes e destruição, a sociedade civil tem a possibilidade de participar novamente de espaços de construção de políticas públicas, e o direito à comunicação tem a oportunidade de se destacar na agenda nacional, sob o risco de assistirmos a um novo ciclo de autoritarismo no Brasil. É preciso vontade política e mobilização social para que um novo capítulo na história da comunicação pública brasileira comece a ser escrito. Um outro caminho se abre. Laroiê!!!

Ataques a jornalistas deram a tônica em ano eleitoral

Em 2022, Bolsonaro e seus seguidores foram responsáveis pela maior parte dos casos de ataques à imprensa

Iury Batista



Crédito: Thyago Nogueira.

Após a confirmação da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de 2022, uma profusão de vídeos em que pessoas celebravam por todo o país o resultado das urnas passou a circular nas redes sociais. Entre eles, um em particular chamou a atenção e viralizou. Na redação da maior emissora de televisão do país, a Rede Globo, jornalistas se abraçavam euforicamente e comemoravam em tom de alívio a derrota do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (PL) à reeleição.

Esse fato insólito ilustra a realidade do exercício da atividade jornalística brasileira durante a gestão Bolsonaro, marcada pela intoxicação do debate público e pelo estímulo, por parte dos apoiadores do ex-presidente, ao sentimento de desconfiança e suspeição em relação à imprensa, situação que resultou, não raro, em ataques verbais e físicos a jornalistas e comunicadores/as. Sem falar na redução da regra de transparência de atos públicos, que resultou em empecilhos ao escrutínio das ações (e omissões) do governo por parte da mídia. A exemplo do que ocorreu nos países que experimentaram

a ascensão de governos autoritários, criou-se um caldo social de ódio à imprensa brasileira, reiteradamente acusada de “comunista”.

O ano de 2022 foi particularmente difícil para as instituições democráticas brasileiras diante do aumento da temperatura política provocada pelas eleições, tornando o ambiente ainda mais tóxico e belicoso. [Consoante a tendência de aumento da violência política contra profissionais de comunicação](#), as tentativas de redução do espaço democrático atingiram em cheio os jornalistas em seu trabalho de informar a população, a ponto de o Brasil alcançar a ignominiosa marca de um caso de violência contra jornalistas por dia, com 376 casos de agressões, de acordo com o [Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil – 2022](#), publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

A tipologia das agressões ocorridas em 2022 contempla um arco variado de violações dos direitos fundamentais de liberdade de expressão e imprensa, que vão do envio de mensagens de ódio às redes sociais de jornalistas e grupos de mídia ao cometimento de agressões físicas. Para a presidenta da Fenaj, Samira de Castro, essas violências foram estimuladas – quando não raro cometidas – pelo ex-presidente Bolsonaro; sua postura agressiva no relacionamento com a imprensa foi a senha para mobilizar ataques de grupos bolsonaristas radicalizados e inseridos em uma visão alternativa da realidade compartilhada nas redes sociais. “A gente compreende tudo isso como uma tática da extrema-direita mundial para tentar desacreditar as instituições e fazer prevalecer a sua narrativa mentirosa e golpista. Nós, jornalistas, entramos nesse contexto de perseguição, seguido à risca por Bolsonaro aqui no Brasil. O que a gente não esperava é que houvesse uma adesão tão forte da sociedade a esse tipo de comportamento”, afirma.

O relatório aponta que no último ano houve uma redução de 12,56% no número de casos, passando de 430 em 2021, ano em que se observou um número recorde de agressões, para 376 em 2022. A queda dos índices de ataques poderia ser comemorada; no entanto, a análise qualitativa dos dados revela uma piora do quadro. A redução ficou restrita aos casos de “descredibilização da imprensa”, que passou de 131 para 87 atentados (queda de 33,59%), e de “censura” (redução de 54,96%). Por outro lado, cresceram em todas as regiões do país as agressões diretas a jornalistas, especialmente as “ameaças, hostilizações e intimidações”, que aparecem em segundo lugar com 77 casos, um aumento de 133,33% no número de ocorrências em relação a 2021.

As “agressões verbais” chegaram a 46 casos, 20,69% a menos se compararmos aos do ano anterior. Por outro lado, o número de casos de “agressões físicas” mais que dobrou, passando de 26 para 49, com aumento de 88,46%. O mesmo se deu em relação aos “impedimentos ao exercício profissional”, categoria em que o número de casos saltou de 7 para 21, crescendo 200%. Houve, ainda, crescimento no campo dos “ataques cibernéticos” a veículos de comunicação, indo de 4 para 9 casos, registrando um aumento de 125%.

Quando se toma o recorte por região, percebe-se que a violência contagiou todo o país. Dos 27 estados da federação (incluindo o Distrito Federal), somente Sergipe e Roraima não apresentaram nenhum caso. Houve crescimento da violência no Sudeste (28,47% dos casos), no Norte (13,2%), no Nordeste (12,15%) e no Sul (12,15%). A região Centro-Oeste, responsável por 34,03% das ocorrências, observou uma queda no número de casos; entretanto, seguiu na dianteira como a mais perigosa para o exercício do jornalismo no Brasil.

Os números revelam que as ameaças verbais se converteram mais regularmente em agressões físicas. Gradativamente, a violência do mundo digital migrou para o mundo real. Segundo Artur Romeu, diretor do escritório regional da Repórteres Sem Fronteiras para a América Latina, as agressões



contra jornalistas e comunicadores não são uma novidade. Contudo, o que vemos agora é uma agudização do fenômeno com contornos nunca vistos na história brasileira. “O Brasil é um país violento não só para jornalistas e comunicadores, mas para qualquer pessoa que exerce uma atividade de enfrentamento ou denúncia do poder constituído. Nos últimos anos, o que a gente viu foi a institucionalização dessa violência, no sentido em que o mais alto escalão do governo passou a tratar a imprensa em geral, e os jornalistas em específico, como inimigos públicos”, diz.

Para ele, a origem militar de Bolsonaro, conjugada ao receituário estratégico de líderes autoritários e autocráticos mundiais em atacar a credibilidade do jornalismo enquanto atividade democrática, ajuda a explicar seu comportamento. “Os militares, tradicionalmente, têm uma ojeriza à transparência pública, ao acesso à informação e à prestação de contas à sociedade daquilo que está sendo feito”, complementa.

Mulheres jornalistas: o violador é Bolsonaro

Em *Como enfrentar um ditador: a luta pelo nosso futuro*, a jornalista filipina Maria Ressa, vencedora do Prêmio Nobel da Paz em 2021, destaca como as mulheres jornalistas se tornaram vítimas contumazes de governantes autoritários. Segundo ela – que foi perseguida pelo regime de Rodrigo Duterte –, a violência de gênero que acomete mulheres em posição de destaque possui impacto real, visto que representa uma ameaça à continuidade de suas atividades e visa desencorajar o protagonismo de outras profissionais.

No ano em que Jair Bolsonaro tentou se reeleger presidente, o país testemunhou agressões contra mulheres jornalistas proferidas por ele em plena cadeia de televisão. Esses casos ganharam repercussão na sociedade por meio das redes sociais e aumentaram a percepção sobre a misoginia impressa no temperamento de Bolsonaro. Naquela altura, ele já estava mal avaliado entre as mulheres e sua campanha se esforçava em conquistar o voto feminino.

O caso mais emblemático ocorreu na noite do dia 28 de agosto, durante o primeiro debate entre os presidentiáveis, promovido pela Rede Bandeirantes. Em sua intervenção no debate, a jornalista Vera Magalhães perguntou ao candidato Ciro Gomes (PDT) acerca dos efeitos da campanha de desinformação a respeito das vacinas contra a covid-19, promovidas pelo então presidente, e sobre a baixa cobertura vacinal de outras doenças que o país enfrentava. Bolsonaro havia sido escolhido pela jornalista para comentar a resposta; no entanto, utilizou seu tempo para atacá-la. Bolsonaro a chamou de “mentirosa” e afirmou que ela era “uma vergonha para o jornalismo brasileiro”; não satisfeito, debochou da jornalista, dizendo que ela havia sido “fantástica” por ter dado a ele a oportunidade de “dizer um pouco de verdade sobre você”.

Na ocasião, Bolsonaro ainda atacou outra mulher, a então candidata Simone Tebet (MDB), ao afirmar que ela era “uma vergonha para o Senado Federal”. Ele ainda se defendeu das acusações de atacar mulheres, classificando aquilo de “historinha” e acusando-as “de se vitimizar [sic]”.

No dia 6 de setembro, Bolsonaro esteve presente no programa Sabatina, do canal Jovem Pan, veículo que se tornou a voz do bolsonarismo e ao qual o ex-presidente concedeu inúmeras entrevistas exclusivas ao longo do mandato. Nem mesmo em um órgão de imprensa considerado “chapa branca” o então presidente conseguiu esconder sua hostilidade à função jornalística, e reincidiu no ataque a mulheres jornalistas. A vítima dessa vez foi Amanda Klein, que havia questionado o presidente sobre a suspeita da compra de imóveis em dinheiro vivo por seus familiares. Bolsonaro a chamou de “leviana”, descredibilizou o jornal *Folha de S.Paulo* e indagou se

ela acreditava na imprensa. “Você acredita em você, olhando no espelho, Amanda? [sic]”, insistiu o ex-presidente.

No dia 13 de setembro, o então deputado estadual Douglas Garcia (Republicanos/SP), conhecido pela defesa enfática do ex-presidente e de suas pautas, também atacou a jornalista Vera Magalhães. Ele esteve presente no debate dos candidatos ao governo do estado de São Paulo promovido pela TV Cultura, órgão em que Vera trabalha, a convite da campanha do candidato bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos), que viria a ser eleito governador.

Durante a intimidação, ele repetiu por cinco vezes a mesma frase proferida por Bolsonaro duas semanas antes, de que ela seria “uma vergonha para o jornalismo brasileiro”. Esse caso robusteceu a tese de que Bolsonaro, além de agressor, seria [o principal incentivador para que seus seguidores atacassem jornalistas, comunicadores e órgãos de imprensa](#). O relatório da Fenaj contabilizou 570 ataques de Bolsonaro a veículos de comunicação e a jornalistas entre os anos de 2019 e 2022, o que significa um atentado à imprensa a cada dois dias e meio.

A violência contra mulheres jornalistas extrapolou as fronteiras nacionais. No dia 18 de setembro, a repórter Laís Alegretti – em companhia do repórter cinematográfico Giovanni Bello –, da BBC Brasil em Londres, estava cobrindo a passagem de Bolsonaro pela capital inglesa, em razão do funeral da rainha Elizabeth II, quando foi cercada e intimidada por um grupo de bolsonaristas. Um homem gritou a palavra “lixo” em direção aos jornalistas, enquanto outro perguntava o que eles estavam fazendo ali. “Vocês não são bem-vindos”, ameaçou. Diante do ambiente hostil, Alegretti e Bello recolheram seus equipamentos e deixaram o local sob vaias.

De acordo com Samira de Castro, a camada de ódio despejada pelo bolsonarismo sobre mulheres jornalistas ocorre em função da condição feminina dessas profissionais. “Essas mulheres não são atacadas por suas qualidades enquanto jornalistas, mas sim em razão desse forte componente que nós temos no Brasil de machismo e misoginia. Esses ataques, coordenados principalmente nas redes sociais, tentam desqualificar aquela profissional acima de tudo como mulher”, observa.

Em junho de 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação de Bolsonaro e decidiu, por 4 votos a 1, aumentar o valor referente à indenização por danos morais que havia sido conferida à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, em decisão de primeira instância. O valor passou de R\$ 20 mil para R\$ 35 mil. Em fevereiro de 2020, Bolsonaro insultara a jornalista com um comentário de cunho sexual para seguidores que o acompanhavam em Brasília.

“Eles vão sentir saudades da gente”

Não foram apenas os jornalistas da grande mídia que sofreram algum tipo de violência; representantes do jornalismo independente também experimentaram tentativas de impedimento de atuação profissional. Foi o caso de Leandro Demori, ex-editor-executivo do The Intercept Brasil. Às vésperas do primeiro turno eleitoral, ele deixou o Brasil acompanhado de sua família em razão dos recentes “episódios de violência”, como revelou em seu canal no Youtube. Demori, que ganhou projeção após as reportagens da “Vaza-Jato”, já havia sofrido um caso de violência; em janeiro de 2022, ele foi perseguido e intimidado por um homem enquanto passava férias em Balneário Camboriú (SC) – câmeras de segurança registraram o ocorrido.

Defensor de uma política antiaborto, [o governo Bolsonaro investiu contra o site The Intercept Brasil e o Portal Catarinas](#) por terem revelado o episódio de uma menina de 11 anos que havia engravidado após um estupro e





sido pressionada pela juíza responsável pelo caso a não abortar, embora o aborto para esse tipo de situação esteja amparado na legislação brasileira. Atendendo ao pedido do então presidente, o antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos fez representação junto ao Ministério Público para a abertura de investigações contra os veículos de mídia. Em 2019, a pasta havia encaminhado denúncia parecida ao MP contra reportagem da revista AzMina sobre a realização de aborto seguro e legal.

Monitoramento da Repórteres Sem Fronteiras, em parceria com o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (Labic/UFES), nas contas de 120 jornalistas no Twitter durante o período eleitoral (16 de agosto a 30 de outubro), revelou a cifra estratosférica de 2.929.986 postagens contendo termos ofensivos e insultos direcionados à imprensa (os números são preliminares). Entre os dez jornalistas mais atacados, seis são mulheres.

Dois dias após a derrota no segundo turno das eleições, Bolsonaro fez um breve pronunciamento ao lado de ministros e políticos de sua base. Ao chegar ao local onde iria discursar, diante de um batalhão de repórteres que o aguardava, ele voltou-se para o então ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e comentou em tom de desfaçatez: “eles vão sentir saudades da gente”.



Bolsonaro em coletiva de imprensa. Crédito: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil.

Após esse evento, Bolsonaro submergiu, permanecendo recluso e em silêncio por quase dois meses. Nesse período, milhares de bolsonaristas fecharam rodovias e montaram acampamentos antidemocráticos em frente a quartéis e sedes do Exército por todo país, inconformados com a vitória do presidente Lula e pedindo intervenção militar. Durante a cobertura desses eventos golpistas, foram registrados 63 casos de agressão contra jornalistas, mais de um ataque por dia. Em 2022, Bolsonaro e seus seguidores foram, juntos, responsáveis por 184 casos de ataques à imprensa.

Desafios

A partir de 2019, o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDH), por meio do Decreto nº. 9.937 do governo federal, passou a abranger ambientalistas e comunicadores, alterando sua nomenclatura para Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. A inclusão de comunicadores no rol dos contemplados pelos mecanismos de proteção se deu a partir da mobilização de entidades de representação de classe, ativistas e organizações em defesa

dos direitos humanos. Paradoxalmente, a inclusão se deu sob o governo Bolsonaro, embora as articulações que culminaram no decreto já estivessem em discussão antes de sua eleição.

Conforme análise da RSF, até julho de 2022 somente seis dos 650 beneficiários atendidos pelo PPDH pertenciam à categoria de comunicadores. O baixo número resulta de alguns fatores; entre eles, a limitação do alcance da cobertura do programa àqueles profissionais de comunicação que atuam diretamente na defesa dos direitos humanos, bem como o desconhecimento dos comunicadores sobre a existência do programa. O quadro se torna complexo quando se observa a dificuldade que os comunicadores tiveram nos últimos quatro anos em acessar um sistema de medidas de proteção que estava sob o comando de um governo que ameaçava e perseguia a quem deveria proteger, comprometendo a eficácia da política pública.

Tanto o [Conselho Nacional de Direitos Humanos \(CNDH\)](#) quanto a [Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores](#) têm apresentado uma série de recomendações em seus relatórios para o funcionamento devido e efetivo do PPDH. Destacam que as medidas não devem inviabilizar a expressão dos comunicadores, como nos casos de afastamento dos mesmos de determinadas coberturas, da retirada de seus territórios em casos de ameaça – implicando sobretudo a atuação de comunicadores populares que falam sobre e a partir desses lugares – ou da saída dos ambientes digitais, como as redes sociais, que são fundamentais para o exercício da comunicação.

No dia 30 de dezembro de 2022, durante uma live, em seu último pronunciamento como mandatário, Bolsonaro se dirigiu a seus seguidores como um perseguido pela imprensa. “A imprensa, sempre ávida para pegar uma palavra errada minha, uma frase fora de contexto, para criticar”, afirmou. Mas, durante a sua gestão, a desinformação, a violência e o ódio se tornaram políticas públicas promovidas através de uma comunicação intensa, direta e sistemática. Sem ele no poder, mas com o espectro do bolsonarismo rondando, impõe-se ao novo governo, à própria imprensa e à [sociedade civil organizada](#) a dura tarefa de restabelecer a confiança da população nos fatos e no entendimento da importância da atividade jornalística para a democracia.

Tanto Castro como Romeu convergem na interpretação de que não há uma bala de prata que resolva esses problemas de imediato, sendo preciso calibrar estratégias e políticas públicas que operem no campo da educação midiática, na proteção dos jornalistas e comunicadores no exercício de suas funções, bem como na regulação das grandes plataformas de redes sociais para, desse modo, poder dar respostas de longo prazo.



A política do ódio e a resistência do povo nas ruas e nas redes

A era Bolsonaro impulsionou a violência como dispositivo político, sobretudo em 2022, ano eleitoral no país, mas não sem enfrentar ações de resistência

Nataly Queiroz



Crédito: Thyago Nogueira.

Durante o governo Bolsonaro, e particularmente em 2022, o ódio cimentou a plataforma política do então candidato à reeleição, com discursos e ações que incitaram a violência simbólica e material contra adversários ideológicos. A política do ódio recriou inimigos, resgatando o fantasma de um suposto comunismo latino-americano, e se valeu do ideário colonial, ainda vigente no imaginário social, que aponta seus canhões contra a diversidade, os grupos historicamente excluídos e os movimentos sociais. Falamos também de um perverso e multifacetado processo que ressemantizou a palavra “liberdade”, tornando-a, paradoxalmente, aliada da subjugação humana, econômica, política e religiosa.

Para o antropólogo e professor Roberto Éfrem, no cerne do que se intitula de política de ódio estão as relações desiguais de poder produzidas e reproduzidas por agentes políticos. “Isso que estamos chamando de ódio consiste em um momento de relações de poder muito desiguais, profundas

e perversas com as quais convivemos há muito tempo e nos constituem historicamente. O ódio teve bastante capilaridade no contexto eleitoral de 2022. Nele, as relações de poder muitíssimo desiguais, que nos formam como nação, que limitam a nossa experiência democrática, puderam se expressar a partir de certos sujeitos que vinham operando para produzir e reproduzir essas relações. Não estou dizendo que estamos apenas observando a reprodução do velho. Tudo isso tem algo novo que tem a ver com o modo como essas relações de poder estão sendo reviradas e reinventadas a partir de novas estratégias, tecnologias e com a constituição de novos agentes políticos”, afirma.

Em uma arena pública ampliada, em que as vidas on-line e off-line têm fronteiras cada vez menos definidas, as redes sociais e os aplicativos de mensageria foram espaços por excelência de disseminação dos discursos de ódio. [Segundo a organização SaferNet, 2018, 2020 e 2022 foram os anos eleitorais em que as denúncias de discursos de ódio aumentaram significativamente em relação aos anos anteriores.](#) Entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2022, foram recebidas 39,3% mais denúncias do que no mesmo período de 2021.

Os três tipos de crime de discurso de ódio mais denunciados em 2022 foram xenofobia (ódio a imigrantes estrangeiros ou a pessoas de algumas regiões do país), cujo aumento foi de 821% em relação a 2021, seguido de intolerância religiosa, com crescimento de 522%, e de misoginia, ampliada em 184%. Os outros quatro crimes de discurso de ódio na internet mais denunciados foram: apologia a crimes contra a vida, LGBTQIA+fobia, neonazismo e racismo. Excetuando-se o neonazismo, que apareceu fortemente no ano passado, a pesquisa da Safernet identificou um padrão semelhante de crescimento dos demais discursos de ódio nas últimas três eleições.

As redes sociais e os aplicativos de mensageria, pelas suas estruturas e gramáticas, possibilitaram o compartilhamento de discursos de ódio, assim como a criação e o fortalecimento de grupos identificados com ideais antidemocráticos. “Eu fico pensando naquela cena de pessoas com celulares para cima pensando que estão falando com extraterrestres. Falou-se em surto coletivo, mas como aquilo é possível? Aquilo é possível porque é compartilhado. Aqueles sujeitos não estão sós, existe uma unidade, uma coesão, a produção de uma identidade política. A fé, a crença absoluta só é possível quando é compartilhada. A internet, as redes sociais garantem esse compartilhamento”, avalia Éfrem.

O ódio enquanto política se valeu das novas estruturas comunicacionais também para criar seus representantes, lideranças que disputam a política institucional a partir de uma agenda neoconservadora e, em diversos pontos, fascista. “A mobilização de pânico morais e de narrativas conservadoras constitui sujeitos a ponto de eles se fazerem sujeitos a partir delas. Não à toa, durante as eleições, Jair Bolsonaro o tempo inteiro leva seu discurso à direita, porque a extremização é uma forma de constituição de sujeitos. No limite, pode significar que o que se está chamando de ódio é uma forma de constituição de sujeitos políticos”, destaca o antropólogo.

Entre falácias e performances

É fato que houve o uso das estruturas comunicacionais para a desdemocratização. A vigilante economia informacional movida pelas plataformas digitais e os dispositivos simbólicos empregados para desinformar aparecem no centro das estratégias desdemocratizantes. As narrativas que ancoraram os discursos antidemocráticos, ao longo do ano de 2022, não se colocaram como tal. Falaciosamente, se valiam de performances e jargões salvacionistas, patrióticos, de defesa da família tradicional heteronormativa e pela



liberdade de mercado como garantidora de melhorias para a população. Não à toa o lema do bolsonarismo nas eleições girou em torno da tríade Deus-Pátria-Família.

“O chamado discurso do ódio parte de uma consideração totalmente inversa. Toma-se como pressuposto, absolutamente irreal, que a sociedade capitalista é justa e pacífica e que alguns indivíduos e grupos são violentos e querem excluir direitos de minorias”, analisa Renata Rolim, professora de Sociologia Jurídica do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba.

A docente destaca o papel central dos monopólios e oligopólios midiáticos, não só enquanto meios de fortalecimento da política do ódio e de seus agentes, mas como seus produtores. No pano de fundo desse processo estão os interesses de mercado perpetrados por empresas do setor, as quais incidem no imaginário social e na política institucional, como forma de reproduzir lógicas capitalistas as quais, em países como o Brasil, retroalimentam as desigualdades estruturais de classe, gênero e raça.

“Além de ter partidos políticos, a burguesia controla os principais monopólios da comunicação no país e no mundo. Com esse monopólio, ela procura convencer a maior parte da população a aderir à sua política. Durante a campanha eleitoral, vimos esse monopólio [da mídia tradicional] agir para defender a ampliação das privatizações, o controle dos gastos públicos em benefício dos banqueiros e a autonomia do Banco Central”, afirma Rolim.

As redes sociais, por sua vez, não romperam com essa lógica concentradora de poder. “As plataformas digitais são poderosos monopólios que acumulam grandes fortunas a partir da violação dos direitos de privacidade dos usuários e mantêm articulações políticas estreitas com a espionagem dos países imperialistas. Edward Snowden e Julian Assange denunciaram corajosamente essa articulação e até hoje pagam muito caro por isso”, complementa.

A pesquisadora reforça, ainda, que os discursos de ódio, disseminados na rede mundial de computadores, fazem parte de um *modus operandi* histórico dos grandes conglomerados da mídia tradicional nacional, aliados ao capital na defesa do Estado mínimo. “Para enfrentar o ódio como política teríamos que começar cassando as concessões públicas dos principais monopólios de imprensa do país. São eles que apoiam e buscam legitimar a matança de nossos jovens, negros e pobres, pela polícia militar. Não existe discurso de ódio mais potente que esse! Talvez o que considere que as pessoas precisam morrer de fome para garantir o pagamento de uma dívida aos banqueiros especuladores. E essa é uma pauta da qual a imprensa monopolista não abre mão”, pontua.

Apesar do rolo compressor antidireitos, Renata Rolim também destaca as vitórias nas disputas simbólica e institucional vivenciadas ao longo do ano passado. “Tivemos uma grande vitória contra a imprensa monopolista e as forças repressivas que em 2016 perpetraram um golpe de Estado e, em seguida, colocaram na prisão o líder mais popular que o país já teve nas últimas décadas, Luiz Inácio Lula da Silva. A ascensão política da extrema direita foi o resultado dessa política reacionária e também derrubamos, até o momento, essa tendência. Somos, sem dúvida, um grande exemplo para o restante da América Latina e para todos os países do mundo que estão passando por questões semelhantes com o avanço político da extrema direita. Essa força política só pode ser superada com as amplas massas e com uma política que as mobilize”, avalia.

Contra o ódio e o medo, as resistências nas ruas e nas redes

Na mira do arsenal bélico (simbólico e material) da política do ódio, lideranças políticas de esquerda e movimentos sociais articularam ações nas

ruas e nas redes para enfrentar o ideário antidemocrático e fortalecer a luta por direitos e o respeito à diversidade. Rud Rafael, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e integrante da Frente Povo Sem Medo, avalia que a ativação do medo foi um dos principais recursos usados pelos agentes da política do ódio ao longo de 2022.

“O elemento que mobiliza a política da extrema direita é o ódio, que tem o medo como sua principal interface. Eles mobilizaram o sentimento de medo de destruição da família, da propriedade e de Deus, assim como foi na ditadura, para justificar a eliminação dos seus adversários políticos. Foi com essa lógica que eles foram produzindo inimigos num contexto de crise social e política expressiva na nossa sociedade, difundindo as mentiras mais escabrosas nos meios de comunicação de que eles dispunham. Esse discurso foi ganhando diversas formas políticas. Desde a elevação da violência contra defensores de direitos humanos, como nos diversos casos de violência política que vivenciamos nos últimos anos, e tem no assassinato de Marielle Franco um dos seus principais símbolos, até o fortalecimento de militarização das periferias e de uma política armamentista”, articula Rud.

Representantes de segmentos da população historicamente excluída presentes nos espaços da política institucional sentiram na pele o projeto de aniquilação da diversidade. “Em relação às eleições de 2022, nós percebemos um aumento da violência política racial e de gênero contra mulheres negras. É importante destacar que, logo após as eleições de 2018 e 2020 também, houve vários casos de parlamentares eleitas, cis e trans negras, ameaçadas de morte por Whatsapp ou e-mail, de parlamentares que tiveram suas casas atingidas por tiros ou pichadas, recebendo mensagens que descrevem seu cotidiano, que horas saem de casa, onde as crianças estudam, onde mora a família dela”, relembra Mônica Oliveira, integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.

Diante das múltiplas facetas e sujeitos da política do ódio, as estratégias dos movimentos também foram multifacetadas. Mônica destaca que as mulheres negras se organizaram em coletivo, desenvolvendo campanhas para redes sociais e outras mídias, a fim de sensibilizar e denunciar a violência contra esse segmento da população. Elas também desenvolveram parcerias estratégicas com os tribunais eleitorais como forma de fortalecer as mulheres negras candidatas.

O MTST aliou ações de escracho, mobilizações nas periferias e produção de conteúdo de forma criativa e estratégica. “As ações de escracho realizadas na Bolsa de Valores, na mansão de Flávio Bolsonaro, em shoppings e em lugares de referência dos golpistas, produziram efeitos simbólicos importantes. A imagem de sem-tetos dentro da Bolsa com a bandeira do Brasil escrito ‘Fome’ ilustrou várias matérias e artigos que colocavam em debate questões sensíveis para a população brasileira. A experiência do ‘Gabinete do Amor’, que surgiu no contexto das eleições de 2020, para criar um contraponto ao ‘Gabinete do Ódio’ bolsonarista também foi uma experiência que rendeu bons frutos em relação à disputa das redes sociais, assim como a formação de grupos de ação no Whatsapp”, destaca Rud.

O Movimento Sem Terra (MST), [historicamente criminalizado pela mídia tradicional](#), sofreu severos ataques aos seus acampamentos e assentamentos. Um deles aconteceu no final de 2022, quando o Centro de Formação Paulo Freire, localizado no assentamento Normandia, no agreste pernambucano, foi invadido, depredado e pichado com suásticas e com a palavra “mito”. O MST, que vem ampliando suas ações de comunicação em rede, apostou na solidariedade e no trabalho de base como meios de resistência.

“O MST, por mais que tenha sido atacado, saiu fortalecido porque foi um bastião da esperança, sendo quase um farol da resistência. O MST girou a sua vida para o que chamamos de isolamento produtivo. A orientação era



que cada assentado fosse para dentro dos seus lotes e produzisse comida saudável durante a pandemia e durante esse período de ódio. Chegamos a mais de 12 mil toneladas de alimentos doados, produzidos pelo MST, e quase três milhões e meio de marmitas e tantas outras ações de solidariedade que foram acontecendo durante o ano. Então, mobilizamos gente, mobilizamos esperança para essa luta e para a construção da solidariedade”, afirma Paulo Mansan, da direção do MST-PE.

Os povos indígenas, alvos de diversos ataques de caráter genocida desvelados mais fortemente desde o ano passado, fizeram história mobilizando ações de pressão junto aos poderes do Estado. “Os povos indígenas estiveram em Brasília, em 2021 e em 2022, impulsionando o maior movimento de mobilização já feito pelos indígenas no Brasil. Nenhum direito foi retirado. Essa mobilização, inclusive, proporcionou colocarmos em pauta o julgamento do recurso extraordinário que discute a nefasta tese do Marco Temporal [no STF]. Fizemos uma articulação permanente com vários organismos internacionais e nos somamos a outros movimentos aqui no Brasil, que permaneceram atentos e lutando junto com os povos indígenas. Fruto disso foi a nossa vitória, em termos [no novo governo Lula] um Ministério dos Povos Indígenas e os povos indígenas administrando a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas] e a Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena]. Isso vai fazer com que os povos indígenas sejam protagonistas na política indigenista oficial do governo”, avaliou Eduardo Cerqueira, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A juventude indígena também fez história nesse processo, articulando, em rede, a produção e circulação de conteúdos a partir de seus territórios para se opor ao massacre dos povos indígenas e à política do ódio. “A juventude indígena, com maior conhecimento sobre os meios de comunicação, as novas tecnologias, se fez protagonista nesse processo de repercutir a luta dos povos indígenas a partir das suas aldeias, dos seus locais. Diariamente recebíamos, por parte desses comunicadores indígenas, conteúdos importantes e impactantes com relação ao dia a dia dessas comunidades. A resistência da juventude esteve presente em todos os processos de mobilização, tanto em nível local como regional e nacional”, lembra Cerqueira.

O ódio como política desvelou, por um lado, os mecanismos presentes na cultura política do país os quais lhe permitiram existir e se espalhar, e houve o agravamento da sua utilização como dispositivo político nos quatro anos de governo Bolsonaro, coincidindo com retrocessos que fragilizaram o estado democrático de direito no país. Por outro lado, também lançou luzes para a comunicação como elemento político central de intervenção sobre o real. Em um país com marcantes brechas digitais, fragilidades democráticas e flertes de grupos conservadores com projetos extremistas, o caminho da resistência em 2022 enlaçou territórios e redes, acendendo o sinal de alerta em relação à necessidade de regulação das plataformas digitais e das concessões públicas de radiodifusão. A continuidade desse enfrentamento deve ser pauta dos próximos anos, sob o risco do fantasma do horror ressurgir.

Eleição de candidatos policiaiscos e donos de mídia prejudica a democracia

A mídia é usada como trampolim político e contribui para a eleição de perfis que se valem da visibilidade que adquirem por meio da tela da TV ou das ondas do rádio

Mabel Dias



Crédito: Thyago Nogueira.

Pesquisa realizada pelo Intervenozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social em 2022 identificou o crescimento de candidaturas ligadas aos programas policiaiscos nas eleições daquele ano. O monitoramento, que faz parte do projeto *Mídia sem Violações de Direitos*, mapeou 43 candidaturas em 14 estados brasileiros (BA, PB, CE, PI, AM, RR, MT, MG, ES, SP, RJ e PR) e no Distrito Federal aos cargos de governador, deputados federal e estadual, senador e suas suplências. O perfil dos políticos-apresentadores, repórteres e comentaristas mapeados pela pesquisa é de homens (há apenas uma mulher na lista), sendo 50% brancos, e quase todos com larga experiência em eleições. Dos 43 candidatos, 9 foram eleitos, e outros ganharam a suplência.

A pesquisa analisou programas policiaiscos das dez maiores cidades brasileiras em número de habitantes em cada estado. Os dados encontrados pelas/os pesquisadoras/es identificaram 27 candidatos a deputado estadual,



11 candidatos a deputado federal, 4 candidatos a governador e 1 candidato ao senado. Em quatro anos (2018 a 2022), o monitoramento registrou o crescimento de quase 100% desse tipo de candidatura. Boa parte desses programas e de seus apresentadores foi alvo de ações dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, em diversos estados brasileiros, como Paraíba, Ceará e Pernambuco. Eles foram denunciados por crimes de racismo, LGBTfobia, misoginia, violações dos direitos de crianças e adolescentes e da legislação brasileira, como a Constituição Federal.

Tabela 1 - Candidaturas de programas policiais eleitas.

| Nome | Cargo | Partido | Estado/Cidade | Programa polialesco/Emissora |
|------------------------------------|-------------------|--------------|------------------|--|
| Amaro Neto | Deputado Federal | Republicanos | Espírito Santo | Balanço Geral ES (TV Vitória/RecordTV) |
| Cobra Repórter | Deputado Estadual | PSD | Paraná | Balanço Geral Londrina (RIC TV/RecordTV) |
| Fred Linhares | Deputado Federal | Republicanos | Distrito Federal | "Cidade Alerta DF (RecordTV DF) e Na Polícia e Nas Ruas (Rádio Atividade)" |
| Gilberto Ribeiro | Deputado Estadual | PL | Paraná | Tribuna da Massa (Rede Massa/SBT) |
| Mário César Rodrigues Balduino | Deputado Estadual | União Brasil | Amazonas | Alô Cidade (TV A crítica/RedeTV) |
| Mauro Henrique Tramonte | Deputado Estadual | Republicanos | Minas Gerais | Balanço Geral MG (RecordTV Minas) |
| Paulo Gomes da TV | Deputado Estadual | PP | Paraná | Cidade Alerta Paraná (RIC TV/RecordTV) |
| Wanderlan Augusto Brandão Quaresma | Deputado Estadual | MDB | Pará | Programa Rota Cidadã (RBATV/Band) |
| Wilson Lima | Governador | União Brasil | Amazonas | Alô Amazonas (TV A crítica/RedeTV) |

Mesmo assim, as atrações permanecem na grade de programação das principais emissoras brasileiras, em âmbito nacional e regional, com índices significativos de audiência, colaborando para que os apresentadores de policiais saiam na frente dos demais candidatos durante o pleito eleitoral. Nesse sentido, a mídia tem sido utilizada como trampolim político e contribui para a eleição de tais perfis, que se valem da visibilidade que adquirem por meio da tela da TV ou das ondas do rádio.

Candidatura de policiais prejudica a democracia e os direitos humanos

Entre os candidatos identificados pelo monitoramento do Intervozes está o apresentador Evaldo Costa, do policial Cidade 190, exibido pela TV Cidade, no Ceará, afiliada à RecordTV. Evaldo é vereador pela cidade de Fortaleza e foi candidato a deputado estadual nas eleições de 2022 pelo Republicanos, ficando na suplência. O programa que ele apresenta desde 2009 registra inúmeras violações aos direitos humanos. Uma delas aconteceu em 2014, quando transmitiu, ao meio dia, cenas de violência sexual contra uma criança de apenas nove anos de idade. O caso gerou repercussão nacional e diversas entidades que atuam na defesa dos direitos humanos acionaram o Ministério das Comunicações (MiniCom), que aplicou uma multa no valor de R\$ 23 mil contra a emissora.

O MiniCom considerou que a empresa violou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795/63), legislação que regula rádio e TV no Brasil, ao transmitir cenas que atentaram contra o sentimento público, "expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico" (artigo 28, 12b).

Outro candidato que comanda um policial, e que conseguiu se reeleger no pleito de 2022, foi o deputado federal, pelo Republicanos do Espírito Santo, Amaro Neto. Ele é apresentador do programa *Balanço Geral ES*, na TV Vitória, afiliada à RecordTV, desde 2009, e é conhecido por julgar e condenar as pessoas suspeitas que aparecem no programa e



fazer espetacularização dos casos de violência contra crianças e adolescentes. [O deputado é favorável à redução da maioria penal para 16 anos e diz não ver problema em conciliar as atividades de político e comunicador.](#) Dessa forma, o parlamentar aumenta seu potencial eleitoral no estado que representa, ao utilizar a televisão como aliada em seu crescimento como político e na difusão de pautas conservadoras e contra os direitos humanos.

De fato, não há impedimento legal para que apresentadores, repórteres e comentaristas de programas de rádio e TV apresentem candidatura e se elejam para qualquer cargo público. Porém, o tempo que ocupam à frente desses programas e a visibilidade alcançada auxiliam ainda mais suas campanhas. A professora Janaine Aires, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), explica que a legislação brasileira relacionada à regulamentação da comunicação é falha.

“No caso dos comunicadores-políticos, apresentadores, comentaristas e repórteres, o que a gente identifica é que a legislação eleitoral, que é a aplicada nesses casos, não é suficiente, porque ela tem uma temporalidade, ela está ali marcada no contexto de início das campanhas políticas, que são em torno de três meses. Os apresentadores se descompatibilizam [nesse período]; no entanto, a campanha política já se iniciou ou ela nunca cessou. O que a gente identifica é que essas regras não conseguem dar conta da complexidade desse fenômeno, pois a construção da imagem do apresentador candidato se inicia muito antes disso”.

Policialescos donos de mídia: uma prática ilegal

Outra problemática identificada pela pesquisa *Mídia sem Violações de Direitos* é a candidatura de políticos apresentadores de policialescos que são donos de empresas de mídia. Alguns foram denunciados por má gestão e prática de crimes contra o serviço público, como o governador Wilson Lima, reeleito pelo Amazonas, e o deputado estadual Mário César Rodrigues Balduino, ambos do União Brasil, mesmo partido do atual ministro das Comunicações do governo Lula, Juscelino Filho.

Wilson Lima foi apresentador do programa policialesco *Alerta Amazonas*, transmitido pela TV A Crítica, deixando a função para se candidatar nas eleições de 2018, quando foi eleito governador do estado do Amazonas pela primeira vez. Quem assumiu seu lugar como apresentador foi Sikêra Júnior, que também é réu em diversos processos no Judiciário brasileiro. [Em abril de 2023, a Rede TV! anunciou a demissão de Sikêra Júnior do Alerta Nacional.](#)

Já Mário César apresentou o programa *Alô, Amazonas*, também na emissora de TV A Crítica. Ambos declararam ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que são proprietários de empresas de publicidade, o que não é ilegal, mas pode apresentar riscos de propaganda e visibilidade indevidas.

Em abril de 2022, o deputado estadual Mário César Rodrigues Balduino foi [acusado pela mídia local de distribuir cestas básicas compradas com recursos públicos de um programa do governo do estado do Amazonas.](#) Segundo a oposição local, essa prática beneficiou a campanha do governador Wilson Lima e a própria candidatura de Mário César. O estado do Amazonas esteve no centro da pandemia da covid-19, em 2021, quando protagonizou uma crise sanitária no combate ao vírus, com a superlotação de hospitais e a falta de oxigênio para os pacientes graves da doença. Nesse período, [o governador Wilson Lima foi incluído no relatório da CPI da Covid, instalada pelo Congresso Nacional,](#) acusado de desviar recursos públicos na compra dos respiradores.

No Paraná, outro caso de apresentador de policialesco é o do candidato a deputado estadual pelo PDT Homero Barbosa Neto, que nas eleições de



2022 ficou na suplência do cargo. Homero Neto já ocupou a vaga de deputado estadual entre 2002 e 2007, foi deputado federal entre 2007 e 2009 e prefeito de Londrina de 2009 a 2012. Ele apresenta o programa *Balanço Geral Londrina*, da RIC TV, afiliada à RecordTV, e administra a Rádio Brasil Sul, emissora de propriedade de sua família, onde atua como sócio-proprietário. Nesse caso, a prática contraria o artigo 54 da Constituição Federal, uma vez que políticos não podem explorar serviços de radiodifusão. Durante a campanha eleitoral em 2022, ele continuou participando da programação da rádio Brasil Sul, comandando o programa *Barbosa Neto*, que tinha o slogan “Emoção, fé e a comunicação verdadeira do jornalista Barbosa Neto”.

Além dos policiais que possuem negócios na mídia, a pesquisa *Mídia sem Violações de Direitos* identificou 45 candidatos donos de mídia, sendo 18 candidatos a deputado federal, 13 a deputado estadual, 6 ao Senado e 1 à suplência do Senado, 5 ao cargo de governador e 2 ao de vice-governador. Das candidaturas analisadas, mais da metade são homens (38), brancos (33) e milionários (33). Dos 45 candidatos, 25 foram eleitos.

Na tentativa de acabar com tais ilegalidades, em 2015 o PSOL entrou com duas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental da Constituição (ADPFs) no Supremo Tribunal Federal exigindo o cumprimento da Constituição Federal. Em 2021, uma nova petição foi enviada ao STF, pedindo celeridade no julgamento contra políticos donos da mídia.

Tabela 2 - Proprietários de mídia eleitos.

| Nome | Cargo | Partido | Estado | Proprietário de Mídia |
|---|-------------------|--------------|----------------|---|
| Aécio Neves | Deputado Federal | PSDB | Minas Gerais | Radio Arco Iris LTDA (Jovem Pan BH) |
| André Ferreira | Deputado Federal | PL | Pernambuco | Rádio Maranata FM |
| Domingos Neto | Deputado Federal | PSD | Ceará | FM Rio Jaguaribe 104,7 |
| Dr. Damilão | Deputado Federal | UNIÃO | Paraíba | Rádio Santa Rita |
| Duda Ramos | Deputado Federal | MDB | Roraima | TV Cidade |
| Efraim Filho | Senador | União Brasil | Paraíba | Rádio Vale do Sabugi |
| Elcione Barbalho | Deputada Federal | MDB | Pará | Rede Brasil Amazônia de Televisão (Grupo RBA) |
| Euclides Nunes Fernandes (Euclides Fernandes) | Deputado Estadual | PT | Bahia | Rádio 93 FM |
| Fábio Silva | Deputado Estadual | União Brasil | Rio de Janeiro | Rádio Melodia e Rádio Metodologia |
| Felipe Francischini* | Deputado Federal | União Brasil | Paraná | FF Cursos Preparatórios, Desenvolvimento Profissional e Agência de Marketing Digital Ltda |
| Fernanda Pessoa | Deputada Federal | UNIÃO | Ceará | Rádio Planalto de Maracanaú LTDA |
| Filipe RR Soares | Deputado Estadual | União Brasil | Rio de Janeiro | RIT TV e Rádio Relógio Federal |
| Flávia Francischini* | Deputada Estadual | União Brasil | Paraná | FF Cursos Preparatórios, Desenvolvimento Profissional e Agência de Marketing Digital Ltda |
| Francisca Gomes Araujo Motta | Deputada Estadual | Republicanos | Paraíba | Sistema Itatunga de Comunicação |
| Gabriel Nunes | Deputado Federal | PSD | Bahia | Rádio Cidades Euclides da Cunha LTDA |
| Helder Zahluth Barbalho | Governador | MDB | Pará | Rede Brasil Amazônia de Televisão (Grupo RBA) |
| Janaína Greycy Riva Fagundes | Deputada Estadual | MDB | Mato Grosso | Rádio e Televisão Massa |
| Júlio José de Campos | Deputado Estadual | União Brasil | Mato Grosso | Rádio e Televisão Oeste |
| Leur Lomanto Jr | Deputado Federal | UNIÃO | Bahia | Rádio Jequé FM |
| Magno Malta | Senador | PL | Espírito Santo | Rádio A Cor da Vida FM 102,9 |
| Mário César Rodrigues Balduino* | Deputado Estadual | União Brasil | Amazonas | Boto Agência de Publicidade LTDA |
| Ratinho Júnior | Governador | PSD | Paraná | Sistema Massa de Comunicação (SBT) |
| Rodrigo De Castro | Deputado Federal | UNIÃO | Minas Gerais | Rádio Medina FM |
| Rogério Andrade | Deputado Estadual | MDB | Bahia | Rádio Reconcavo |
| Wellington Fagundes | Senador | PL | Mato Grosso | Canal 17 Cuiabá |
| Wilson Lima* | Governador | União Brasil | Amazonas | Lima Publicidade |

* Flávia Francischini e Felipe Francischini, do Paraná, e Mário César Balduino e Wilson Lima, do Amazonas, não são concessionários de radiodifusão, mas foram incluídos no levantamento por serem sócios e proprietários de empresas do setor da comunicação. Ainda que a posse de agências de comunicação não configure como infração ao artigo 54 Constituição Federal, ela aponta para as relações de influência entre o sistema político e os sistemas de comunicação.

O fenômeno dos comunicadores-políticos e a ligação com a extrema direita

Na Paraíba, a pesquisa do Intervenozes identificou duas candidaturas de policiaiscos (o primeiro é apresentador e o segundo é repórter): Nilvan Ferreira, filiado ao PL e candidato ao governo do estado, e Emerson Machado, candidato a deputado estadual pelo PSD. Ambos não conseguiram se eleger. Contudo, Nilvan, que também se candidatou ao cargo de prefeito da capital da Paraíba em 2020, chegou ao segundo turno com um significativo capital político. Nilvan e Emerson fazem parte do mesmo programa policiaisco, o *Correio Verdade*, exibido pela TV Correio, afiliada à RecordTV. Assim como o apresentador e o repórter, o programa acumula diversas denúncias por violação a direitos. [Em 2011, o MPF na Paraíba ajuizou uma ação civil pública contra a TV Correio e contra o apresentador da época, Samuka Duarte, pela exibição das cenas do estupro de uma adolescente.](#) O órgão pediu, inclusive, a cassação da concessão da emissora. No entanto, a juíza do caso, Cristina Garcez, acatou apenas um dos pedidos do MPF e multou a emissora em R\$ 200 mil.

Nilvan Ferreira e Emerson Machado são apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e respondem [a processos por danos morais, difamação, crimes contra a honra, direito de imagem e atentado contra a lei de imprensa.](#) Nilvan Ferreira também foi denunciado ao Ministério Público do Estado na Paraíba por receber vantagens políticas, através de sua esposa, Fernanda Gonçalves Bernardino, acusada de ser funcionária fantasma em pelo menos quatro prefeituras municipais. Ele foi um dos [comunicadores-políticos](#) que estimularam a tentativa de golpe de Estado, no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, quando um grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiu a Praça dos Três Poderes e depredou os prédios do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

O fenômeno dos comunicadores-políticos não é algo novo. Como explica a professora Janaine Aires, da UFRN, a prática começou em 1982, com nomes como os de Silvio Santos, apresentador de programas de auditório de sua própria emissora, o SBT; Carlos Massa, o Ratinho, que hoje é apresentador de programas de rádio e TV e possui sua própria empresa de comunicação; e Afanázio Jazadji, apresentador de programas policiais em rádios de São Paulo, eleito seis vezes deputado estadual.

“Esse número se amplia no ano de 2022 muito em virtude do contexto político em que houve, pelo governo federal, pelos movimentos de extrema direita, muita organização, partindo desses espaços. Foram esses programas que receberam entrevistas exclusivas do presidente da República. Foram esses programas que, de certa forma, capturaram bastante verba pública do governo federal, e também tiveram uma relação muito forte com as pautas que foram levantadas em 2018, que fortalecem a criminalização da pobreza, a pauta do porte de armas, que estão relacionadas à diminuição da maioria penal, à ampliação das regras do punitivismo, e assim sucessivamente”, explica Janaine.

Os principais discursos abordados nesses programas são a redução da maioria penal, o vigilantismo, o endurecimento das leis como meio de combate à violência e até a defesa da pena de morte. O fenômeno da violência é visto de maneira superficial pelos policiaiscos, sendo oferecidas soluções instantâneas e simplistas para problemas complexos. Ao assumirem cargos políticos, esses apresentadores têm a possibilidade de colocar em prática seus discursos, que podem vir a ser transformados em projetos de lei.

[A agência de notícias Andi - Comunicação e Direitos realizou em 2015 um monitoramento histórico, em que identificou as principais violações dos direitos humanos praticadas na mídia brasileira pelos policiaiscos.](#) A pesquisa



foi realizada em parceria com o Intervozes, o MPF e a Artigo 19, e identificou nove tipos de violações de direitos provocadas por esse tipo de programa: 1) desrespeito à presunção de inocência; 2) incitação ao crime e à violência; 3) incitação à desobediência às leis e às decisões judiciais; 4) exposição indevida de pessoas; 5) exposição indevida de famílias; 6) discurso de ódio e preconceito de raça, etnia, religião, condição socioeconômica, orientação sexual ou procedência nacional; 7) identificação de adolescentes em conflito com a lei; 8) violação do direito ao silêncio; 9) tortura psicológica e tratamento desumano ou degradante. Também foi identificado que os policiais infringiram dispositivos legais brasileiros e a legislação multilateral, como a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Quais as saídas para uma mídia sem violações de direitos?

A advogada Ana Potyara, que integra a ANDI, defende que o Judiciário compreenda a gravidade das violações e os danos causados à sociedade pelos policiais. Em relação aos apresentadores-políticos, ela afirma que as emissoras precisam ser responsabilizadas, pois são concessões públicas e devem cumprir o que determina a legislação em relação às TVs comerciais. "Não é possível que esses programas continuem servindo de palanque eleitoral. É preciso identificar as violações, os crimes cometidos, e que tanto as emissoras quanto os apresentadores sejam processados".

Mesmo com a atuação da sociedade civil e do MPF no combate às violações aos direitos causadas pelos policiais, elas continuam acontecendo. Janaine Aires ressalta que a sociedade e o Estado devem atuar em duas frentes: "A primeira delas, obviamente, é reivindicar o fortalecimento das regras que regem a mídia, a comunicação no Brasil, é preciso ter controle social sobre essa atividade. Essa reivindicação não pode estar apartada de um processo de conscientização sobre a necessidade, ou sobre a importância do direito à comunicação. As pessoas precisam entender a importância da comunicação para a garantia dos demais direitos."

Para a professora e pesquisadora Ticianne Perdigão, autora da tese *Fiscalização estatal sobre o conteúdo televisivo: violação de direitos em programas policiais na televisão*, que analisou o policial paraibano *Correio Verdade*, o Estado brasileiro tem sido ineficiente para fiscalizar esses programas. Ela acredita que a atualização da legislação que regula os meios de comunicação é apenas um dos caminhos para coibir as violações. "Esta pode ser galgada através de debates públicos, da mobilização da justiça, através de ações e dos movimentos sociais. Outra maneira de coibir a transmissão de violações que tem se demonstrado mais rápida e eficaz é desestabilizar a forma de financiamento privado provindo dos comerciais e patrocínios", avalia.

Com a chegada ao Poder Executivo de um governo progressista, havia esperança, por parte do movimento pelo direito à comunicação no Brasil, de que o MiniCom pudesse atuar de maneira mais eficaz em relação aos programas policiais, às emissoras e aos apresentadores e repórteres que violam direitos. Porém, logo após o anúncio do nome que comandaria a pasta, houve uma frustração. Quem assumiu o cargo foi um político aliado a velhas oligarquias, pertencente a um partido da direita, o União Brasil, que conta com radiodifusores em seus quadros. Ticianne acredita que o movimento pelo direito à comunicação deve continuar mobilizando a sociedade em relação a essa pauta e que o governo federal aceitou a indicação de Juscelino Filho em prol da governabilidade. "O Ministério das Comunicações faz parte desse jogo. A política é um ambiente contraditório. A ação política social é diária e deve responder a essa conjuntura. A mudança de realidade vai além de nossos desejos".

Desinformação, desertos de notícias e os impactos na Amazônia

Ausência ou concentração de cobertura jornalística limita o direito à informação em comunidades das regiões Norte e Nordeste do país

Raquel Baster e Viviane Tavares



Crédito: Thyago Nogueira.

A maior parte das comunidades tradicionais que fazem parte da Reserva Extrativista de Tapajós – Arapiuns, em Santarém, no Pará, não tem energia elétrica. Quem dispõe, recorre ao famoso “gatão”, como costumam denominar a tarefa árdua de passar dias na mata para abrir pico para linhaõ passar com o fio de energia. Contudo, a comunicação entre os territórios é feita principalmente por rádios-poste. Elas funcionam a partir de um motor gerador, que é ligado quando há mutirão para compra de combustível. São 13 mil moradores em 75 comunidades, sendo 26 em aldeias indígenas, que utilizam desse tipo de mídia para receber e transmitir informações.

A conexão de internet também é precária, e, muitas vezes, os moradores ficam sem acesso porque a antena de telefonia sofre algum tipo de dano. Mas, ainda assim, o rádio é fundamental porque “os principais assuntos tratados são avisos comunitários, vindas e atendimentos do barco-hospital, os cuidados com o igarapé, com o lixo e a manutenção da unidade de

conservação”, descreve Henrique Ferreira, indígena Tapajós e morador da Resex, representante do Coletivo Jovem Tapajônico. A rádio Mosquito, nome dado ao veículo construído pelos jovens, é um exemplo de resistência aos desertos de notícia, termo criado a partir do projeto *Atlas da Notícia*, que tem como objetivo mapear veículos jornalísticos de cobertura local que trabalhem com pautas de interesse público.

Quando “municípios não dispõem de veículo ou informação jornalística são considerados um deserto de notícias”, explica Jéssica Botelho, jornalista e pesquisadora do Atlas da Notícia na região Norte do Brasil. O [censo Atlas da Notícia](#) é um projeto do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) em parceria com o Volt Data Lab e inspirado no projeto America’s Growing News Desert, da revista Columbia Journalism Review, que realizou um levantamento sobre a presença de jornais nos Estados Unidos. A iniciativa brasileira teve sua primeira edição em 2017 e já registrou mais de 13 mil veículos jornalísticos, dos quais 1.106 estão distribuídos entre os sete estados da região Norte, que está em primeiro lugar no país quando se trata de desertos de notícias, com 63,1% do seu território sem cobertura jornalística. Isso significa que, do total de 450 cidades nortistas, 284 não têm nenhum veículo local cobrindo pautas e produzindo conteúdo de interesse público.

“Os desertos de notícias são esses lugares em que não há uma cobertura. Então, as pessoas ficam mais vulneráveis à desinformação que recebem por grupos de mensageria sobre as questões de sua cidade. O WhatsApp funciona muito como esse canal de trocas de mensagens, que muitas vezes não são apuradas e verificadas, quando não há uma produção jornalística local”, complementa Mariama Correia, jornalista e também pesquisadora do Atlas da Notícia no Nordeste, atualmente a segunda região brasileira com maior deserto de notícias, com 62,4% dos municípios sem informação local.

Populações alijadas do exercício do direito à informação não estão restritas somente aos municípios de pequeno porte, como o de Henrique Ferreira e dos moradores da Resex Tapajós – Arapiuns. “Muitas vezes, os municípios das regiões metropolitanas são desabastecidos de jornalismo local muito pela concentração dos veículos nas capitais. Ficando muito dependente desse olhar, sabendo que esses jornais, sobretudo os impressos que tinham suas redações nas capitais, vêm perdendo equipes, enxugando seus quadros, fechando sucursais, essa lacuna de cobertura se agravou nos últimos anos”, reforça Mariama.

Nos estados do Norte e do Nordeste, veículos on-line e rádios são os que mais contribuem para robustecer a cobertura noticiosa de proximidade e reduzir desertos de notícias, como mostra, ainda, o último Atlas da Notícia (2021). “A diminuição se deve principalmente à internet. Veículos nativos digitais têm mais facilidade de serem criados e com bem menos recursos e burocracia. A radiodifusão precisaria de uma concessão e infraestrutura”, compara Jéssica Botelho. Quem também constata essa realidade é Jesse Barbosa, fundador do Ubíqua, instituto que realiza formação de comunicadores em comunidades vulneráveis no Piauí e integrante da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc). “No lugar que tem deserto de notícias, tem fake news. E aí, encontramos um oásis”, afirma.

Jesse comprovou o fenômeno quando visualizou os dados da pesquisa *Hábitos de uso da comunicação digital e offline*, realizada em 2022 com trabalhadores da Cooperativa dos Produtores Rurais da Chapada Vale do Rio Itaim – Coovita, que têm em sua maioria o ensino médio incompleto e até um salário mínimo de renda mensal. Praticamente todos os trabalhadores acessam a internet via celular (95,7%) e se informam via redes sociais, seja pelo Facebook (52%) ou por grupos de mensageria, como o WhatsApp (82%). “Quando começamos nossa trajetória, ainda no início dos anos 2000, tínhamos a rádio como principal fonte de informação, depois da televisão, que é





mais comum nos lares brasileiros. Hoje, essa realidade mudou. As pessoas têm se informado pelo que chamamos de micromeio, que são os grupos de WhatsApp, por isso resolvemos atuar nesse lugar”, explica.

Com base nos dados, a Ubíqua criou, então, a [plataforma educacional Nestante](#), que informa de maneira mais direta aos trabalhadores rurais locais. “Procuramos ir além de combater o deserto de notícias, porque sabemos que ele não é deserto de informação. As informações são muitas vezes de má qualidade e com objetivos escusos. E o deserto das notícias é um deserto útil à manutenção de poder. É claro que ainda atuamos em formação de rádio, porque ainda há o deserto digital, mas ainda assim, o que temos experimentado hoje é que as pessoas querem ter acesso à internet. E precisamos disputar esse espaço”, avaliou.

Para a pesquisadora Ana Regina Rego, fundadora da Rede Nacional do Combate à Desinformação (RNCD), o Brasil tem peculiaridades muito complexas, por isso o deserto de notícias possui dois vieses: o deserto de notícias mais tradicional, com ausência de veículos locais, e aquele provocado pela falta de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais nas redes digitais. “E é nessa questão de entrar com os aplicativos de mensageria onde ocorre muita desinformação. A gente percebe que [os veículos tradicionais] não entram nessas esferas. Primeiro, porque já houve ali um movimento de desqualificar o papel da imprensa a priori e porque, assim como pesquisas já mostraram, as pessoas evitam as notícias. Podemos, portanto, ver no aspecto geográfico, mas também aqueles em que os meios não conseguem entrar porque outras informações estão tomando aquele espaço com outros interlocutores”, avalia.

O perigo da verdade única para pautas ambientais



Outra consequência dos desertos de notícias e/ou coberturas concentradas é a falta de acesso a informações diversas e plurais sobre pautas complexas. Jéssica Botelho, durante pesquisa que realizou em 2022 para o projeto [Mentira tem Preço](#) – monitoramento sobre desinformação socioambiental nas plataformas digitais, identificou narrativas enviesadas sobre desmatamento. “Os veículos aqui em Manaus costumam reproduzir releases da Agência Amazonas, que acaba por reproduzir os releases sobre a Amazônia do governo federal. Então, tivemos uma série de informações sobre desmatamento, sem apresentar dados em cada localidade, sem demonstrar as consequências e impactos às populações ribeirinhas e tradicionais, sem mencionar o desequilíbrio ambiental, sem trazer as atividades ilegais que promovem desmatamento”, analisa.

Numa democracia, o governo não pode ser a única fonte para colaborar com o debate público sobre a pauta do desmatamento. Além do problema da negação da existência das mudanças climáticas, há como agravante o uso da ciência e suas evidências para desinformar tanto formadores de opinião quanto o público em geral. “Você tem um escopo bem vasto de desinformação climática que não se prende só em negar a influência humana sobre o aquecimento global. Tem certa sofisticação que vai além da negação pura e simples do problema”, afirma Meghie Rodrigues, jornalista e doutoranda do Programa do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A pesquisadora tem se dedicado a estudar o negacionismo científico a partir dos vídeos do Youtube, a plataforma de vídeo mais assistida no Brasil de acordo com estudo da Kantar Ibope Media. Segundo Meghie, a desinformação climática é exemplificada por várias categorias, desde o discurso anti-globalista que fala de climatismo (entendido como a apropriação na lógica negacionista de pautas relativas ao clima) e é usado bastante pela

extrema-direita e por parte da esquerda, passando por crítica às soluções de adaptação e mitigação com o pretexto de que ou vão prejudicar a economia ou simplesmente não vão funcionar, até por um discurso de base religiosa que afirma: “Deus quis assim”.

É exatamente nesse volume e audiência das mídias digitais que a desinformação sobre as questões climáticas tem encontrado eco e estratégias com interesses econômicos. “O setor do agronegócio faz uma campanha onde insere dúvidas sobre se as atividades do setor têm relação direta com as mudanças climáticas. Dessa forma, você evita discutir a regulação desses setores e passa o máximo de boiada para que as pessoas continuem lucrando”, destaca Meghie.

Na [pesquisa Amazônia Livre de Fake](#), realizada pelo Intervezes com mais oito organizações da Amazônia Legal, foram identificadas 18 figuras públicas de representação política que propagam notícias falsas através de seus perfis nas plataformas digitais, e com recorrência de violação de direitos. Alguns deles são parlamentares, inclusive reeleitos nas eleições de 2022, e outros que tentaram pela primeira vez o pleito, o que acende um alerta para o período eleitoral municipal em 2024.



Site da pesquisa Amazônia Livre de Fake.

Outro monitoramento que, desde 2016, apresenta relatórios mensais sobre a infodemia socioambiental é o do laboratório Netlab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com os estudos, as principais narrativas utilizadas por políticos e influenciadores em 2022 endossaram as teorias negacionistas, exaltaram o agronegócio e defenderam as ações do ex-governo Bolsonaro em torno das questões ambientais.

Temos, como exemplos, a mobilização do signifiante “Amazônia” atrelado a imaginários patrióticos, como nação e riqueza brasileiras, ou, ainda, a linguagem de marketing que é utilizada para convocar a ideia de desenvolvimento e mercado: “agro é pop”, “agro é tudo”, “a Amazônia é nossa”. Em 2022, canais oficiais do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e sua família se destacaram por disseminar desinformação e pautar esse tipo de discurso em diversas redes, como Twitter, Facebook e Telegram.

Os relatórios do Netlab apontam caminhos para combater a desinformação ambiental. Entre as [reivindicações](#) do grupo, direcionadas a diferentes agentes públicos e privados, estão: o levantamento e fornecimento de informações confiáveis à população sobre o extrativismo que acaba com a floresta Amazônica e com a população indígena, quilombola e ribeirinha; a ocupação dos desertos de notícias na Amazônia Legal; a mitigação da desinformação; a disseminação de contranarrativas na mídia comercial; e a



amplificação da visibilidade de lideranças e organizações socioambientais junto à defesa da justiça social.

O jornalismo local como base para a educação midiática



As iniciativas que já realizam o que os relatórios da NetLab recomendam necessitam de apoio financeiro para manter suas atividades e ampliar o debate acerca da regulação da radiodifusão e das plataformas digitais. O [Tapajós de Fato](#) é um exemplo disso. Criado em Santarém, no Pará, tem o intuito de descentralizar a comunicação regional e trazer pautas sobre a Amazônia para dentro dela. O jornal, em formato de site, tem perfis em redes sociais e podcast, possui uma equipe de redação formada por extrativistas, quilombolas, indígenas, pessoas que vivem os impactos e a realidade diretamente de dentro de suas comunidades.

“Resolvemos fundar um veículo que pudesse contar nossas histórias para conectar o Tapajós ao mundo, mas também conosco mesmo, mas foi na pandemia que passamos a pautar a falta de medicamentos, depois dos projetos de mineração que não cessavam, além de outros projetos como a São Luiz do Tapajós, que é uma hidrelétrica. Assim, nós reafirmamos e entendemos que esse era nosso lugar de atuação como veículo de enfrentamento de grandes corporações exploradoras de nossos territórios e recursos”, explica o comunicador popular Marcos Wesley Pedroso, um dos fundadores da iniciativa.

Em janeiro de 2021, a equipe do jornal realizou a primeira grande série de reportagens que denunciava o rompimento da barragem de uma mineradora na cidade de Juruti, onde os moradores tiveram suas roças soterradas, igarapés assoreados, e foi “a partir daí que gente começou a se entender de falar sobre o contexto ambiental também”, avalia Wesley. O fundador acredita que é importante manter a pluralidade de vozes, mas que é necessário apoio para isso. “Muitas das vezes gravamos um programa em pen-drive, enviamos a uma comunidade por barco, eles recebem na comunidade e de lá é disparado ou o inverso. Mas é importante garantir essa comunicação com os territórios, entendendo as limitações, entendendo a ausência da democracia na Amazônia e contar para outros lugares que não têm essa visão daqui”, explica.



A educação midiática é outro jeito encontrado por jovens jornalistas de Manaus para combater a desinformação e os desertos de notícias. Diferentemente dos checadores ou investigadores, a [Abaré Escola de Jornalismo](#), criada em 2020, realiza formações junto a diversos públicos, mas, principalmente, comunidades escolares. “Apesar de a Educação Midiática já estar incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não é sempre que ela é tratada nas salas de aula. Recentemente, promovemos na Escola Petrônio Portela uma oficina com professores, e eles multiplicaram os conteúdos para outros educadores e alunos”, informa Julie Pereira, jornalista e cofundadora da Abaré.

A educação midiática vai ser incorporada pelas escolas brasileiras em articulação com a sociedade civil, segundo Victor Pimenta, diretor do departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática, criado na gestão Lula. A pasta integra a Secretaria de Políticas Digitais, que, por sua vez, compõe a Secretaria de Comunicação da Presidência. “Como forma de articulação nessa implementação como ‘vacina’ para a desinformação e discurso de ódio, estamos em parceria com o Ministério da Educação e da Saúde para pensar formas de como inseri-la nas políticas públicas de ambos os setores”, afirma Pimenta.

Outro beneficiário da medida será o público idoso. De acordo com uma pesquisa realizada em 2021 pela Confederação Nacional de Dirigentes

Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com a Offerwise Pesquisas, o percentual de pessoas com mais de 60 anos no Brasil usando a internet é de 97%, o que exige, de fato, um trabalho de educação midiática com esse segmento.

a para esta reportagem. Publicitário e palmeirense, André é uma pessoa com deficiência (PcD). A sua emoção de comparecer ao estádio em uma partida do seu time do coração nos motiva a escrever sobre o futebol, nos múltiplos aspectos que envolvem esse esporte, sobretudo em sua relação com a mídia.

Diante dos dilemas relacionados à democratização das comunicações, reivindicação que está na origem do Intervozes, buscamos ampliar os debates sobre os direitos de transmissão do futebol no Brasil. Em 2017, abordamos [os escândalos de propina na FIFA \(caso conhecido como "Fifagate"\) e o monopólio da Globo](#). No ano seguinte, tratamos dos [grupos de comunicação internacionais que avançavam sobre o território nacional](#). Em 2020, [a comunicação pública e os negócios da mídia na radiodifusão](#), bem como as disputas políticas envolvendo cartolas, governo e meios de comunicação, foram objetos de nossas inquietações. Por fim, em 2021, trouxemos um [panorama sobre os monopólios digitais e os conglomerados de mídia no futebol](#).

Nesse percurso de análises e escritas, percebemos uma série de percalços que se desdobram em questões estruturais da sociedade brasileira. Nosso desafio neste texto será, para além dos direitos de imagem, enunciar problemáticas igualmente relevantes, como o sexismo, o machismo e os desafios das mulheres atletas de futebol, o racismo, o capacitismo e a acessibilidade nos jogos e a desigualdade socioeconômica e regional nos campeonatos.

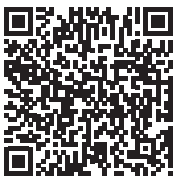
Campeonatos regionais, nacionais e internacionais: dos conglomerados de mídia aos monopólios digitais

Há muitos anos, conglomerados nacionais e internacionais de mídia alternam forças na transmissão do futebol no Brasil. A fim de entender essa situação, considerando o período entre 2012 e 2022, fizemos um levantamento sobre a exibição dos principais torneios europeus (Champions League e Europa League), sul-americanos (Copa Libertadores da América e Copa Sul-Americana), nacionais (Campeonato Brasileiro e Copa do Brasil), regionais (Copa do Nordeste e Copa Verde), estaduais e de seleções (Copa do Mundo, Copa América e Eurocopa), exibidos em território nacional, via TV aberta, fechada e streaming.

Em geral, é possível perceber que alguns agentes globais vêm aumentando sua atuação no mercado interno, o qual parece se diversificar, impulsionado pelo avanço das plataformas digitais. Em contrapartida, destaca-se a relevância do grupo Globo, que mantém há décadas o monopólio da transmissão do futebol nacional. A empresa, que costuma ter seus interesses comerciais favorecidos pelas instituições reguladoras do esporte, chegou a controlar quase metade das exibições entre 2016 e 2017. Apesar de romper alguns contratos recentes, a Globo assegurou, com exclusividade, o televisoramento da Copa do Mundo de 2022, além de voltar a exibir a Copa Libertadores em 2023.

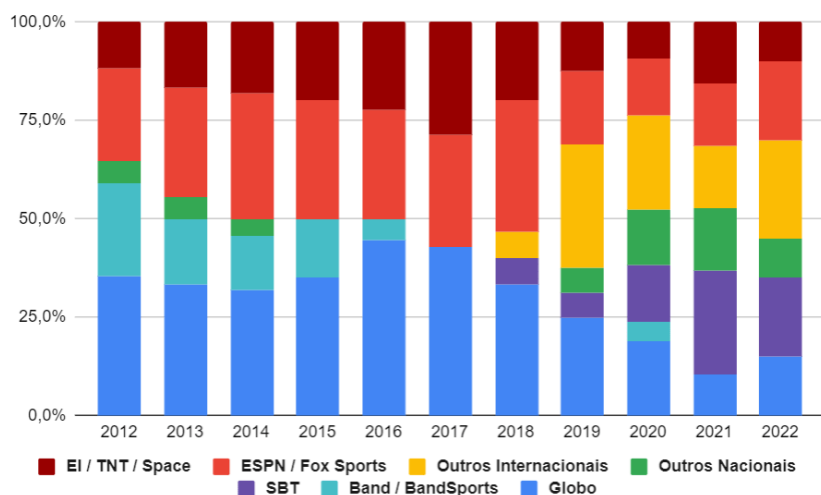
Entre estratégias de cooperação e competição, a Globo se mantém acima de seus concorrentes nacionais. O modelo oferecido pela emissora à Rede Bandeirantes até 2015, ao repassar a licença de transmissão de alguns campeonatos nacionais e sul-americanos visando diluir custos de produção, é reformulado neste momento de avanço dos grupos estrangeiros. Por outro lado, em 2018, após um recuo da Band, o SBT retornou aos gramados para transmitir a Copa do Nordeste, acirrando a disputa nos anos seguintes pela exibição dos principais campeonatos.

Se os grupos nacionais dominam a audiência em TV aberta, na rede por assinatura alguns conglomerados globais marcaram presença constante. No



ano de 2012, o Esporte Interativo (EI), canal brasileiro que surgiu em 2004, passou ao controle da Turner, empresa estadunidense dona dos canais TNT e Space. Após transações polêmicas, o grupo foi vendido para a gigante americana AT&T, detentora da Sky, Time Warner e Discovery. Devido a questões comerciais, o El Plus, plataforma de streaming pioneira no Brasil, foi substituído pelo Estádio TNT Sports e pela HBO Max. Para completar a história, no ano de 2019, a Disney, detentora dos canais ESPN, concluiu a compra da 21st Century Fox, adquirindo todo o conteúdo de esporte do grupo, reunido na plataforma Star+.

Tabela 1: Emissoras e direitos de transmissão.



Emissoras com direitos de transmissão de campeonatos nacionais e internacionais. Crédito: Iago Vernek Fernandes.

Em um contexto de convergência e hibridização entre diferentes plataformas, o Facebook anunciou, na primeira metade de 2018, os direitos de transmissão da Copa Libertadores da América, UEFA Champions League e World Surf League. No mesmo período, a Amazon anunciou a exibição dos jogos da Premier League, a liga inglesa de futebol, e, em 2022, da Copa do Brasil. No mesmo ano, o TikTok passou a transmitir a Copa do Nordeste. Na Copa do Mundo do Catar, o Youtube, em parceria com a produtora Live Mode, fechou o primeiro contrato de transmissão de um mundial de seleções na internet. Atraindo diversas marcas patrocinadoras, o influenciador Casimiro Miguel atingiu a marca de 5,5 milhões de espectadores conectados durante a partida entre Brasil e Croácia, derradeira para a seleção canarinha, que viria a ser desclassificada nos pênaltis.

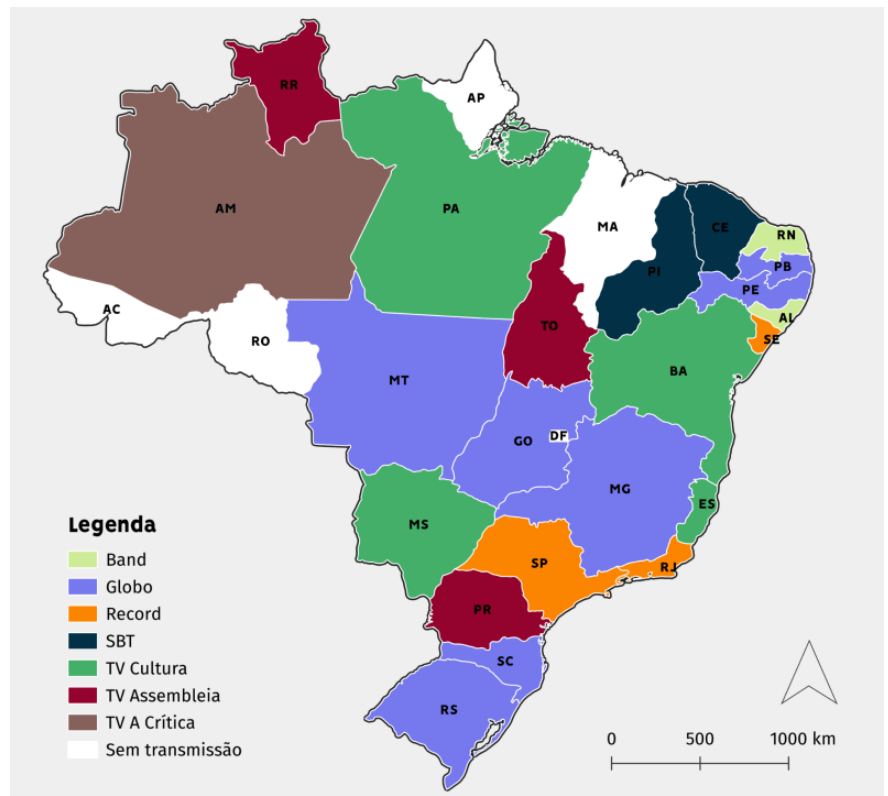
Como alternativa aos monopólios digitais, em 2019, chegou ao Brasil a DAZN, adquirindo os direitos de exibição da Copa Sul-Americana, Série A (campeonato italiano) e Ligue 1 (campeonato francês). Por causa dos prejuízos financeiros relacionados à pandemia, a empresa inglesa renunciou, no ano seguinte, a boa parte do seu catálogo. Por fim, outro movimento interessante nesse setor tem sido a transmissão das próprias confederações, a exemplo da Conmebol TV, que vem exibindo os jogos da Copa Sul-Americana e da Libertadores da América desde 2019 e 2020, respectivamente.

Campeonatos estaduais: da concentração da mídia aos desertos de notícias

Em meio às infindáveis discussões a respeito dos campeonatos estaduais, o monopólio da mídia segue ditando as regras do jogo. Isso quando há retorno financeiro e viabilidade política para a exibição dos jogos. Caso contrário, os torneios são esquecidos pela mídia comercial e relegados aos esforços de governos locais. De acordo com Anderson Santos, professor da Universidade Federal de Alagoas, “a concentração dos meios de comunicação, especialmente no formato de rede de afiliadas, é uma marca importante para que os campeonatos do Norte e Nordeste demorem até três décadas para começar a ter jogos transmitidos em audiovisual quando comparados a Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente. Além disso, há o formato da programação, que limita a possibilidade de horários para transmissão de jogos, dada a prioridade de audiência a partir da cabeça de rede”.

Autor do livro “Os direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro de Futebol”, publicado em 2019 pela Editora Appris, Anderson relembra alguns casos que exemplificam essa desigualdade regional nas transmissões. Enquanto, sozinha, a Globo domina a exibição em sete estados, Record (3), Band (2) e SBT (2) controlam, juntas, a transmissão de outros sete torneios locais. Nos estados onde há pouca concorrência, “a mídia público-estatal se destaca como pioneira – TVE na Bahia e TV Cultura no Pará; em Pernambuco, a TV Universitária transmite algumas partidas, algo semelhante ao Campeonato Sergipano com a TV Aperipê”, conta o pesquisador. Em Roraima, Tocantins e Paraná, as partidas são exibidas pela TV Assembleia; já no Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, a transmissão é da TV Educativa, afiliada à TV Cultura.

Mapa 1 - Emissoras e direitos de transmissão regionais.



Mapa das transmissões de torneios locais. Crédito: Iago Vernek Fernandes.

Abocanhados pelos meios de comunicação privados ou relegados à comunicação público-estatal, que é pouco valorizada por diferentes governos, os territórios da mídia no Brasil estão associados à formação de centralidades econômicas e demográficas, que se dispõem como nós da rede de produção e circulação de notícias. Se, por um lado, a FIFA, a nível global, arbitra e conduz os rumos do esporte, há uma dependência dos pequenos e médios veículos de comunicação em relação aos grandes conglomerados midiáticos. Nesse sentido, a diversidade cultural que fundamenta a capilarização do futebol, quando transformada em mercadoria pela mídia, acaba por enterrar o potencial esportivo dos lugares.

Ampliando o escopo da análise, Mariane Pisani, professora doutora na Universidade Federal do Piauí, diz que “para além da mídia e dos problemas da televisão e rádio, a gente tem um investimento ainda muito precário no futebol de mulheres nas regiões Norte e Nordeste. O que não é visto, não é lembrado. O que não é transmitido, não pode ser consumido. Então, precisamos de políticas públicas para transmissão dessa modalidade de uma forma mais espraçada”.

No início de 2023, o Atlético deu um bom exemplo no sentido de valorizar a cultura do futebol. Após punições relacionadas a conflitos entre torcedores, o clube do Paraná reverteu uma decisão judicial de jogar com portões fechados e colocou cerca de 32 mil mulheres e crianças nas arquibancadas da Arena da Baixada, em partida contra o Foz do Iguaçu.

Na Argentina, a Ley de Medios, legislação nacional para o setor das comunicações, promulgada no governo Kirchner, no âmbito do programa Fútbol para Todos, estatizou as transmissões do futebol, reconhecendo-o como patrimônio cultural e ampliando a exibição das partidas na TV, no rádio e na internet. Como detalha Eduardo Covalesky Dias, doutor em Ciências da Comunicação, a medida “fortaleceu os meios públicos de comunicação da Argentina, além de ter encontrado grande popularidade entre os torcedores. A agenda de jogos da Primera Nacional, a “Série A” argentina, foi remanejada, e todos os jogos eram transmitidos em horários alternados em TV aberta, uma revolução para aquele momento, já que a TV fechada controlava os jogos transmitidos”. Apesar de revogada no governo Macri, justamente por afrontar os interesses comerciais do principal grupo de comunicação do país, os argentinos demonstraram que é possível enfrentar esse debate.

Por uma outra comunicação no futebol: acesso, acessibilidade e mídia alternativa

Longe de alterar por completo a estrutura desigual que caracteriza o futebol e a comunicação no Brasil, a mídia alternativa tem realizado um trabalho de resistência. É o caso do [Observatório da Discriminação Racial no Futebol](#), criado com o intuito de discutir o racismo no esporte. De acordo com Marcelo Carvalho, diretor e cofundador do projeto, “não se trata da possibilidade de acabar com o racismo no futebol, mas sim utilizar essa plataforma de grande alcance para falar sobre racismo com a sociedade”. Anualmente, o Observatório publica relatórios com os casos de racismo e seus desdobramentos. “Esse documento hoje é a principal referência sobre racismo no futebol brasileiro para clubes, CBF e jornalistas”, conta.

Ainda sobre o papel da mídia alternativa, Anderson Santos destaca a importância dos canais [Ludopédio](#) e [Trivela](#). O primeiro, diz ele, “é o principal portal sobre pesquisa em futebol da América Latina, coadunando diversas ciências, fotografias, crônicas e ensaios, uma boa fonte de investigação de artigos científicos, monografias, dissertações e teses”. Já o segundo, conforme o pesquisador, “trata-se de um jornalismo esportivo de qualidade e com um fôlego impressionante, produção de podcasts/videocasts e espaço



para diferentes pautas e colaborações a partir de determinadas colunas”.

Ressaltando o futebol praticado por mulheres, Mariane Pisani, em entrevista concedida ao podcast *O jogo é hoje*, diz que o “trabalho dessa mídia não hegemônica é importante para sustentar e bancar que esse esporte continue na visibilidade”. A professora lembra, também, o preconceito e o estigma que as mulheres futebolistas sofreram e ainda sofrem na mídia comercial, como ilustra uma matéria de teor racista publicada em 1983 pela antiga Revista Placar e resgatada pelo [canal Dibradoras](#): a jogadora branca chamada de “A Bela” e as negras representadas como “feras”. No texto, há referências a atletas “selvagens”, “perigosas”, que têm que “voltar para a jaula” (sic).

Para além do racismo e do machismo no futebol, há problemas relacionados ao capacitismo e à acessibilidade, tanto na transmissão das partidas quanto nos estádios. Como resume André Alcântara, com quem iniciamos esta reportagem, “a sociedade de uma maneira geral negligencia muito esse aspecto. O futebol, por estar inserido nesse contexto, reflete o mesmo cenário. As novas arenas são bastante acessíveis, foram construídas com esse intuito. Mas o caminho até os estádios não apresenta a mesma acessibilidade, muito pela omissão do poder público. São calçadas esburacadas, desniveladas, sem caminho tátil para cegos”.

André enfatiza, ainda, que “outra questão da acessibilidade é o valor do ingresso, que faz com que o futebol seja inviável para as camadas mais pobres da população. Isso afasta ainda mais as pessoas com deficiência dos estádios, que, mesmo com o benefício da meia-entrada, não conseguem pagar, visto que o mercado de trabalho reserva cargos mais operacionais e com salários menores. Por ora, os espaços não são para todos, é um privilégio o que é direito, garantido pela Constituição”.

Na mesma linha, “mas do outro lado do campo”, Mariana Lima, corintiana e mãe de um garoto com paralisia cerebral, comenta a experiência do filho: “diante da deficiência do Pedro, ele tem baixa visão. Geralmente durante os jogos na televisão, ele acaba sendo mais ouvinte. Ele ouve a narração do jogo, a torcida e o pai torcendo. Na hora do gol, ele fica feliz e empolgado”.

Mariana lembra, também, a emoção da família ao comparecer à Neo Química Arena (estádio de propriedade do Sport Club Corinthians Paulista) com Pedrinho e outras crianças com deficiência. Além de incentivar a presença de pessoas com deficiência no estádio, o Corinthians ostenta a [primeira torcida formada por pessoas com autismo no Brasil](#), os Autistas Alvinegros.

Segundo Cristiana Mello Cerchiari, pesquisadora sobre formação de professores para alunos com deficiência visual, “o futebol mundial está dando passos importantes rumo ao acesso a conteúdos com acessibilidade. Prova disso é a transmissão dos jogos da Copa do Catar e do Campeonato Paulista (2023) pelo Youtube com audiodescrição”.

Entretanto, apesar da intenção de ampliar a acessibilidade no mundial de seleções, a FIFA ofereceu uma “inclusão maquiada”. É o que conclui Iraildon Mota, fundador da [Comradio](#), escola de comunicação que abriga o projeto [Mulheres de Visão](#), o qual, desde 2019, tem o objetivo de empoderar e ampliar a renda de mulheres cegas e com baixa visão. “Imagina uma pessoa com deficiência visual que assiste à abertura da Copa com alguns elementos de audiodescrição, mas sem o contexto sobre o país onde a Copa foi realizada. Ou seja, é como passar tinta d’água na parede cheia de fissuras profundas”.

De acordo com Iraildon, que também é membro do Conselho Diretor do Intervez, “do ponto de vista da acessibilidade, foi relatado [por pessoas com deficiência que compõem o projeto *Mulheres de Visão*] que diversas imagens importantes deveriam ser audiodescritas e não foram. Isso prejudica o entendimento completo do conteúdo”. Conforme adverte Cristiana, para



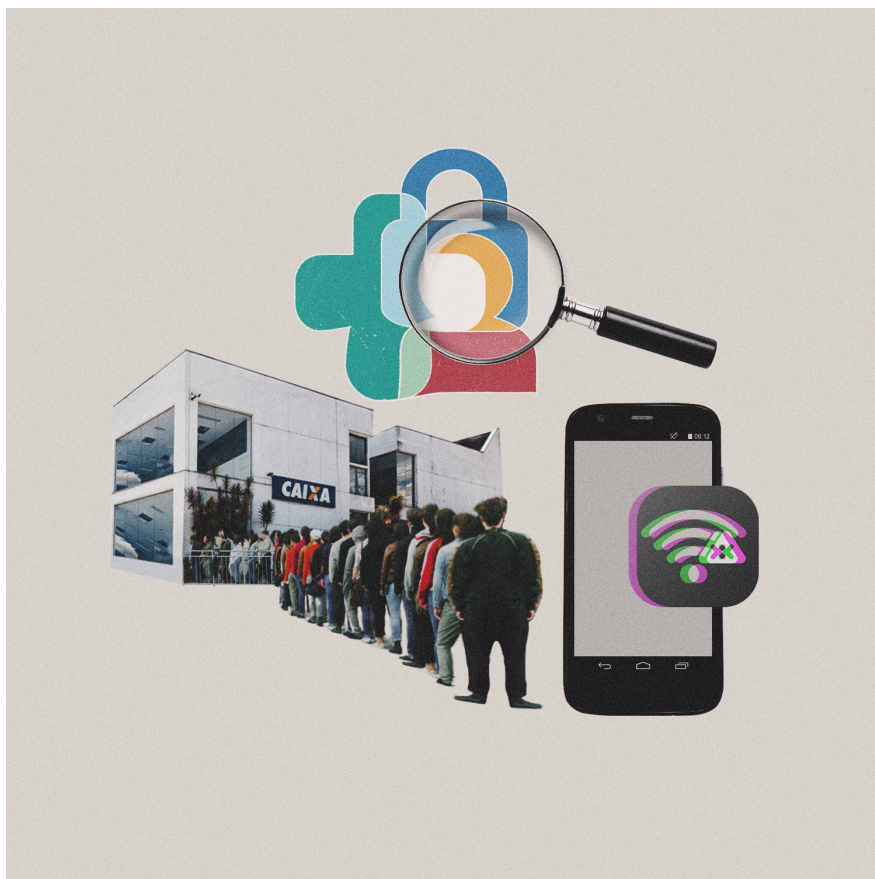
além das ferramentas de acessibilidade, “precisamos garantir que essas iniciativas sejam rotineiras e se realizem em todos os jogos e programas esportivos, não só de futebol, mas também de esportes olímpicos e para-olímpicos. É um trabalho gigantesco, mas há muitos profissionais – com e sem deficiência – capacitados para isso”.

A fim de alcançar a democratização do futebol e da mídia, seria importante efetivarmos mecanismos que estimulem a diversidade e a pluralidade. E isso não ocorre sem a redução do poder da FIFA e demais confederações, bem como dos conglomerados de mídia e das plataformas digitais. Nesse sentido, a ampliação do acesso às tecnologias da informação e a multiplicação de veículos de comunicação, com posições políticas diversificadas e representatividade social (de classe, gênero, raça, sexualidade, pessoas com deficiência etc.), fortaleceria a democracia e a cidadania. A sua ausência, no entanto, tende a rebaixá-las.

Plataformização do acesso às políticas públicas aprofundou desigualdades históricas

Na área das políticas sociais, dos serviços de saúde e até mesmo na identificação civil, priorização do digital impactou com mais gravidade segmentos já vulnerabilizados

Paulo Victor Melo



Crédito: Thyago Nogueira.

Entre as parcelas mais empobrecidas da população brasileira – aquelas que estão nas chamadas classes D/E – quase 40% não têm conexão regular à internet e apenas 10% dispõem de computador nos locais em que vivem, conforme revelado [na mais recente edição da TIC Domicílios](#), pesquisa que mapeia o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos a partir dos 10 anos de idade.

Pouco mais de três anos após o início de uma pandemia que teve a transferência do acesso a diversas políticas públicas para o ambiente digital dentre as suas principais consequências, quais as implicações na obtenção de direitos, e no exercício da cidadania, por esses grupos? Ao final de um



ciclo de governo – e início de outra gestão, que constantemente se afirma preocupada com a redução das desigualdades – esse é um questionamento que deve ser feito.

Um anúncio oficial, em 13 de maio de 2021, segundo ano de pandemia de Covid-19, foi revelador de uma lógica que estruturou algumas das ações da última gestão presidencial. Naquele dia, em discurso no estado de Alagoas, Jair Bolsonaro publicizou a pretensão de determinar a inclusão das famílias candidatas ao recebimento do *Bolsa Família* exclusivamente por meio de um aplicativo digital. Se a mudança não foi concretizada, a emenda foi pior que o soneto: além de acabar com um dos maiores programas de transferência de renda do mundo (recriado pela gestão atual), a gestão Bolsonaro conseguiu concretizar essa prática em outras áreas.

Dois exemplos nessa direção foram a criação do aplicativo Meu INSS e a Lei 14.176/2021, que, dentre outras mudanças, estabeleceu novos critérios para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). “Desde a implantação do aplicativo Meu INSS, por meio do qual é feito o agendamento e atendimento digital na instituição, o acesso ao BPC tem se tornado cada vez mais difícil, em razão da desigualdade e do precário acesso à internet pela população”, foi o alerta feito pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em [nota pública divulgada em julho de 2021](#).

Uma das alterações da nova lei do BPC foi a autorização, em caráter excepcional, da teleavaliação como forma de atendimento para fins de avaliação psicossocial. Se na aparência a medida foi apresentada como solução para agilizar a longa fila de solicitações de benefício que aguardam decisão do INSS, na essência, para o Conselho, há uma série de problemas, desde a eficácia em relação ao problema das filas até a questão da proteção dos dados dos usuários.

[Também em nota pública](#), o CFESS enfatizou que “a teleavaliação não vai diminuir a fila de solicitações represadas, não garante o sigilo e a privacidade no atendimento, compromete a qualidade da avaliação social, podendo resultar na negação de um direito, e sem contar que enfraquece o serviço social do INSS”.

A assistente social Emilly Marques, primeira-secretária do CFESS, chama a atenção para um duplo obstáculo na relação entre públicos potencialmente beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e o digital: ausência de conectividade e dificuldades de uso. “Pessoas requerentes do BPC, cuja renda per capita é inferior a um quarto do salário mínimo e em situação de extrema pobreza, podem não ter recursos para possuir um celular ou computador com internet. Muitas utilizam somente algumas redes sociais ou aplicativos de mensagens. Ademais, tem a barreira da informação, as próprias habilidades para mexer nessas plataformas, e até mesmo um reforço de barreiras geracionais, considerando que pessoas mais idosas podem não ter facilidade com essas tecnologias e por vezes dependem do apoio de alguém para garantir esse acesso. Nem todos contam com esse ‘alguém’”, lembra.

A preocupação expressa por Emilly tem, inclusive, um exemplo bastante recente na história brasileira, considerando que, de acordo com um [levantamento realizado pela Universidade de São Paulo](#), mais de sete milhões de pessoas elegíveis para receber o auxílio emergencial, no início da pandemia de Covid-19, não tinham como acessar o aplicativo da Caixa Econômica Federal por viverem em domicílios sem conectividade digital.

Se, à época do auxílio emergencial, o resultado foi inúmeras filas nas portas de agências bancárias da Caixa de pessoas em busca de informações sobre como utilizar o aplicativo, no caso das mudanças no BPC, segundo Emilly, “as dificuldades de acesso podem sobrecarregar outros serviços presenciais, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), ou ainda empurrar para contratação de intermediários para ter orientações.



Com isso, o INSS deixa de fazer sua função de orientar sobre os direitos previdenciários e benefícios que operacionaliza e a população fica à mercê de estratégias individualizadas para alcançar o que seria direito garantido”.



Filas nas agências da Caixa Econômica Federal durante a pandemia. Crédito: Sindicato dos Bancários de Conquista e Região.

Identificação Civil Nacional: entre a visibilidade e a exclusão

Outra iniciativa relativa à plataformização, inaugurada ainda no período Michel Temer e aprofundada na gestão Bolsonaro, foi a Identificação Civil Nacional, estabelecida pela Lei nº 13.444/2017, que tem a sua base de dados como principal fonte para autenticação de usuários na plataforma gov.br, portal do Governo Federal, no acesso a serviços públicos.

Sem desconsiderar a importância de universalização do registro de identificação civil, enquanto mecanismo de afirmação da cidadania, organizações da sociedade civil atentam para os riscos à privacidade e à exacerbação de desigualdades históricas. Em [relatório](#) divulgado no ano passado, a Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa concluiu que “diante de um contexto brasileiro marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e regionais, a formulação de políticas públicas que tenham por objetivo a universalização do registro civil e a ampliação do acesso a serviços públicos – ou, em outras palavras, que tornem todos os cidadãos visíveis ao Estado –, é essencial. Ao mesmo tempo, se exacerbada, tal visibilidade pode recair em práticas vigilantistas e potencialmente discriminatórias. E não apenas: experiências internacionais mostram que iniciativas de centralização de sistemas de identificação civil, atreladas à plataformização de serviços públicos, ao contrário do que se propõem, podem aprofundar a exclusão de pessoas e grupos já vulnerabilizados”.

No que diz respeito a abusos na utilização dos dados pessoais, a Data Privacy identifica como possíveis riscos, dentre outros: usos secundários e compartilhamentos das informações constantes na base de dados da Identificação Civil Nacional com órgãos que possuem finalidades distintas; incidentes de segurança, visto que há, atualmente, dados biométricos (sensíveis), de mais de 110 milhões de brasileiros e brasileiras; e inviabilização do exercício dos direitos dos titulares, considerando não haver um canal direto



e adequado em que os cidadãos possam solicitar o acesso aos seus dados tratados e a retificação de dados incorretos ou desatualizados.

Já a exclusão de cidadãos e cidadãs do acesso a políticas e serviços públicos pode ocorrer, de acordo com a Data Privacy, nas seguintes situações: pessoas que não possuem qualquer documento de identidade; pessoas que possuam algum tipo de inadequação em seus documentos de identidade; públicos de sujeitos hipervulneráveis, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; e pessoas sem acesso à internet.

Saúde como área prioritária da digitalização

Um setor que, inegavelmente, mais tem sido transformado pela digitalização dos serviços é a saúde. Atendimento médico, consultas psicológicas e prescrição de receitas mediadas por tecnologias digitais são procedimentos cada vez mais comuns, além da existência de uma profusão de aplicativos para controle e monitoramento de glicemia, ciclos menstruais e até qualidade do sono. Essas e outras mudanças, que seguem uma tendência global, exigem uma série de cuidados com a privacidade, tanto dos usuários quanto dos profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

Ao entrevistar gestores públicos, trabalhadores(as) da saúde e usuários, [a pesquisa Proteção de Dados em Serviços de Saúde Digital](#), coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social e Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) forneceu importantes apontamentos sobre esse cenário.

“Muitos serviços de saúde digital acabam sendo oferecidos através de plataformas já utilizadas pelas pessoas, como Zoom e WhatsApp, de maneira informal. Inclusive para os mais velhos, o uso das ligações de WhatsApp parecia ser uma opção mais viável. Isso está mais presente no serviço privado. Os aplicativos de celular são outras ferramentas muito utilizadas”, relata Mariana Martins, coordenadora-geral da pesquisa.

Ainda que esse não tenha sido o foco do estudo, Mariana frisa que não foram negligenciadas as assimetrias de conectividade digital, já que, no entendimento dela, “as desigualdades de acesso à internet de qualidade ainda são muito grandes, tanto entre as áreas urbanas e as áreas rurais quanto entre as diferentes classes sociais. E isso não pode ser ignorado quando falamos de acesso aos serviços digitais de uma forma geral”.

Nas entrevistas do projeto, muitos dos usuários expressaram uma preocupação com a proteção dos seus dados, mas, ao mesmo tempo, manifestaram um sentimento de impotência frente a uma espécie de naturalização do uso indevido dos dados, que vai desde a pergunta “CPF na nota?”, feita em caixas de farmácias, até o compartilhamento com grandes plataformas digitais, operadoras de planos de saúde e redes de farmácias.

Geografias (e outras dimensões) da desigualdade

Uma questão presente nas mudanças em políticas sociais, na Identificação Civil Nacional e na Saúde Digital, é que a plataformização das políticas públicas não afeta de modo igual todas as brasileiras e brasileiros. Ao contrário, os locais de moradia, o gênero, a raça e a condição de deficiência – além da classe socioeconômica, como já apontado no início do texto – incidem diretamente sobre o grau de dificuldades na conexão à internet e, por conseguinte, na garantia de direitos que têm o acesso assentado em aplicativos. Números da TIC Domicílios confirmam isso: considerando a população usuária de internet que vive em áreas rurais, apenas 57% utilizaram o chamado “governo eletrônico” e somente 27% compraram produtos e serviços pela internet, nos 12 meses anteriores à pesquisa. Dentre as



pessoas que vivem nas zonas urbanas e têm internet, os índices foram de 72% e 49%, respectivamente.

Uma pesquisa realizada por três organizações da sociedade civil – Inter-vozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE) – apresenta resultados também relevantes para a observação do cruzamento entre desigualdades e internet: 41,24% das famílias quilombolas e rurais que têm acesso à internet gastam entre R\$ 51 e R\$ 200 por mês com o serviço, sendo que 56,2% possuem renda mensal inferior a um salário mínimo e outras 16% não têm qualquer remuneração fixa.

A professora Ivonete Lopes, do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que desenvolve trabalhos de pesquisa e extensão junto a comunidades rurais e quilombolas, traduz algumas dessas problemáticas: “nos territórios rurais a internet chega com preço mais elevado e com qualidade inferior ao serviço prestado na área urbana. Isso foi verificado sobretudo na comunidade quilombola [participante de um dos projetos coordenados por ela], que fica a menos de 15 km do centro da cidade. As moradoras têm renda que as colocam em situação de pobreza e ainda assim precisam pagar mais caro para ter internet em casa”, diz.

Confirmando a relação direta entre raça, gênero e outras categorias sociais com as desigualdades de conectividade digital, Ivonete narra que “entre as assentadas e as agricultoras de Viçosa, as mulheres negras (pretas e pardas) eram as que tinham acesso mais precarizado às TICs. Isso mostra a relevância de pesquisas com abordagem interseccional para captar as diferenças que podem existir dentro do mesmo grupo social. Raça e faixa etária são duas variáveis que se destacam e sobrepõem para aumentar a desigualdade digital”.

Ao mencionar um outro projeto, intitulado “Dos quilombos às favelas: mulheres negras, interseccionalidade e acesso às TICs”, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ivonete qualifica como “geografia da desigualdade” a existência de disparidades na conexão à internet mesmo dentro de uma única cidade. “Temos como hipótese que embora essas mulheres estejam inseridas em diferentes territórios rurais (quilombolas) e urbanos (mulheres de favela), há uma relação entre território, renda, classe, raça e exclusão digital que as colocam em situação de similaridade em relação à desigualdade de acesso e apropriação das TIC. Essa hipótese é baseada em pesquisas, como as do CGI [Comitê Gestor da Internet no Brasil], que apontam haver uma geografia da desigualdade em relação ao acesso às tecnologias. Mesmo morando na mesma metrópole, a exemplo de São Paulo, há significativa desigualdade de acesso entre o centro e as áreas periféricas”, ressalta.

Da potência e do limite do “se virar” às necessárias políticas públicas

Todo esse contexto de dificuldades no acesso à internet e às tecnologias digitais de informação e comunicação tem, de imediato, uma resposta rápida: a auto-organização das comunidades, sobretudo as mais vulnerabilizadas, na busca por alternativas. A professora Ivonete Lopes conta que, no caso do auxílio emergencial, por exemplo, a população precisou “achar o seu jeito” para obter o benefício e garantir a sobrevivência na pandemia.

“Quando eu falo eu dar o ‘seu jeito’, isso mostra como as lideranças femininas quilombolas, por exemplo, se organizaram e negociaram uma internet mais barata para a comunidade, adotaram estratégias de compartilhamento da rede Wi-Fi e dos dispositivos”, diz. Porém, a própria Ivonete adverte que

“não podemos ‘romantizar’ a resiliência sem problematizar a ausência de políticas públicas para universalização da internet”.

Nesse sentido, a professora acredita que “precisamos de políticas públicas que universalizem o acesso à internet e que sejam capazes de contemplar as especificidades do território brasileiro. O primeiro passo é facilitar a entrada no mundo digital com dispositivos (celular, tablet e/ou computador) e internet. Entretanto, uma política que possa facilitar de fato o acesso aos direitos tem o desafio de proporcionar maior letramento digital, sobretudo às mulheres”.

Em perspectiva semelhante, Emilly Marques, do CFESS, acentua que “promover mais portas de entrada para acessos a direitos e benefícios pode auxiliar, mas não adianta a criação de ‘mais portas’ que resultam somente em filas virtuais, mais seletivas e focalizadas e que nos retiram a possibilidade de articulação coletiva”. Por isso, nas palavras dela, “o Serviço Social se coloca na defesa de uma sociedade livre e radicalmente democrática e na luta pela comunicação como um bem público e, justamente por isso, deve estar a serviço da sociedade, não das classes dominantes, que tão somente visam ao lucro e à reprodução dos seus interesses”.

Mariana Martins, da pesquisa Proteção de Dados Pessoais em Serviços de Saúde Digital, corrobora com esse pensamento, ao dizer que “a internet precisa ser tratada como um bem público, que deve estar acessível a todos, sem que dependam de planos específicos e da prática de *zero rating*, que na verdade mais exclui e limita o acesso e ainda causa uma falsa ideia de inclusão. O acesso deve ser uma prioridade, seguido de políticas de diversificação de canais de atendimento que possam também considerar as dificuldades geracionais e as desigualdades sociais de um país como o Brasil”.

As reflexões dessas três especialistas são trilhas possíveis para uma nova relação entre políticas de internet, tecnologias digitais e cidadania no Brasil. Ao governo que se iniciou em 1º de janeiro de 2023, está lançado o desafio de, enquanto exigência democrática, promover o acesso digital como um direito humano e, ao mesmo tempo, como facilitador do acesso a outros direitos.

A era Bolsonaro foi trágica para a democratização da mídia

Os quatro anos de governo fascista distanciaram o país da comunicação pública e de políticas para a regulamentação da radiodifusão; a comunicação comunitária foi desprezada.

Mônica Mourão



Crédito: Thyago Nogueira.



Numa pequena cidade do interior do Ceará, ponto de parada na estrada de uma viagem mais longa, a família que vendia doces estava de olhos e ouvidos muito ligados na televisão. Segundo a [pesquisa TIC Domicílios 2019](#), em 95% das casas brasileiras existe aparelho de televisão, sendo 92% na área rural e 96% na urbana. Naquela casa, um senhor interagia com a tevê, xingando o atual presidente Lula, pois agora, segundo suas palavras, a família brasileira ia acabar: era homem com homem, mulher com mulher, pai com filha...

O caso é um exemplo tanto da penetração da televisão na vida de brasileiras e brasileiros quanto do ideário bolsonarista, reforçado nos últimos anos com dispositivos e estratégias de desinformação. Algumas delas, inventadas para fomentar o ódio à grande mídia comercial e esconder que Bolsonaro, apesar do discurso, não deixou de contemplá-la com verbas publicitárias.

Em vídeo que viralizou nas redes sociais, a jornalista Carla Cecato dizia, em recorte de entrevista que deu à Jovem Pan News, que as emissoras de tevê só falavam mal de Bolsonaro porque ele deixou de “jorrar dinheiro” na imprensa. Na ocasião, Carla Cecato já havia sido demitida da RecordTV.

Numa coisa a jornalista bolsonarista tinha razão: Bolsonaro, de fato, foi muito criticado pela Rede Globo. Segundo levantamento do projeto Manchetômetro, o Jornal Nacional fez majoritariamente menções negativas ao então presidente. A única exceção é o período eleitoral, em que há um pico de menções neutras. Segundo o pesquisador João Feres Júnior, coordenador do projeto, a legislação eleitoral, que exige equilíbrio entre a cobertura das diferentes candidaturas, pode ser uma explicação para isso. Porém, mesmo se posicionando contra o projeto de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT), a mídia seguiu firmemente contrária a Jair Bolsonaro até o fim das eleições. O Manchetômetro é um projeto do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), sediado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

“Nossos estudos do Manchetômetro mostram que, ao longo do mandato inteiro do Bolsonaro, a TV Globo e o jornal O Globo foram bastante críticos à figura do Bolsonaro, mas bastante lenientes à figura do Paulo Guedes e à agenda de reformas neoliberais ou fiscalistas. Existe essa tensão: Bolsonaro era tratado de uma forma predominantemente negativa, enquanto a agenda econômica dele e o Paulo Guedes eram tratados de maneira neutra ou positiva”.

A pesquisadora Eula Dantas Taveira Cabral, coordenadora do grupo Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC), da Fundação Casa de Rui Barbosa, avalia que, depois de muitos conflitos, o governo levantou a bandeira da paz. “A Globo, mesmo com todos os entraves, manteve a maior audiência. Isso em um país onde a TV aberta impera, como ainda é constatado pelas pesquisas de mercado. Nenhum político consegue abafar por muito tempo um grupo poderoso e resolve tentar trazê-lo para seu lado”, afirmou.

A professora Janaine Aires, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Política do Audiovisual (EPA!), avalia que os empresários de radiodifusão deram grande apoio ao ex-presidente, desde antes de ser eleito. Mais dependentes de publicidade oficial que a Globo, os grupos Record, Band e, especialmente, Rede TV, “permitiram que Bolsonaro aparecesse com muita frequência, que estivesse constantemente sendo entrevistado, que pudesse falar coisas muito polêmicas que facilitariam a reverberação do discurso e da imagem de Bolsonaro em outros suportes, como os grupos de Facebook, YouTube, nas mensagens instantâneas e assim sucessivamente”.

Desse modo, a estruturação das redes de desinformação bolsonaristas passou também pela radiodifusão. “Foi a partir dessas emissoras que diversas fake news que circulavam nas redes sociais, nos grupos que o gabinete do ódio sustentava, ganhou credibilidade. A gente teve o caso das fake news que diziam que os caixões estavam sendo enterrados vazios, nos momentos mais graves da pandemia, que foi transmitida no Brasil Urgente, do Datena. O caso de um homem de Pernambuco que teria morrido vítima de explosão de um pneu, e não de covid-19, foi contado pelo próprio Bolsonaro em entrevista ao vivo a Sikêra Jr. A história foi desmentida pela Secretaria de Saúde”, contou Janaine. Além disso, houve também o apoio através de verbas publicitárias. A pesquisadora lembra que o programa *Brasil Urgente*, no momento mais crítico da pandemia, tinha quadros específicos patrocinados pelo Ministério da Cidadania, de Onyx Lorenzoni, com participação diária do staff do governo federal.

Numa análise de cobertura sobre o 7 de setembro de 2022, data



sequestrada pelo governo Bolsonaro, pode-se ter uma ideia do tom das emissoras de TV. [Em texto no blog do Intervozes na CartaCapital](#), Gyssele Mendes, Iara Moura, Olívia Bandeira, Ramênia Vieira e Sheley Gomes analisaram telejornais das emissoras Globo, Record e SBT. A diferença foi gritante. Enquanto o Jornal Nacional criticou o uso eleitoral do Bicentenário da Independência, os demais funcionaram como linha auxiliar do governo.

No SBT Brasil, houve uma matéria de 2min sobre o Grito dos Excluídos, que trouxe diferentes vozes dos movimentos sociais, enquanto, na Record, a manifestação não foi mencionada. A emissora do bispo Edir Macedo deu destaque aos atos cívico-militares e àqueles em apoio ao então presidente durante todo o dia, que chegou a ser chamado pela apresentadora Mariana Godoy, do Fala Brasil, como “um dia de festa”. A emissora mostrou e ouviu principalmente mulheres com crianças, focando justamente na fatia de eleitorado que tinha maior rejeição a Bolsonaro. Também foi enfatizado que as manifestações não eram violentas. A Record não fez nenhum contraponto às matérias positivas a Bolsonaro, não deu espaço para nenhum outro candidato nem para ninguém que denunciasse o caráter eleitoral dos atos daquele dia. Vale lembrar que no primeiro 7 de setembro como presidente, em 2019, Bolsonaro convidou os radiodifusores Edir Macedo e Silvio Santos e representantes da Band e da Rede TV para assistirem com ele o tradicional desfile do Dia da Independência. Janaine Aires considera o caso, que ganhou destaque no [Relatório Direito à Comunicação 2019](#), muito simbólico da relação entre a radiodifusão e o então presidente.



Aos amigos, tudo. Aos inimigos, a lei

A suposta perseguição sofrida por Bolsonaro pela Rede Globo era revivida por ele em lives (transmissões ao vivo pelo canal do ex-presidente no Youtube) desde 2019, com a ameaça de não renovar a concessão: “Temos uma conversa em 2022. Eu tenho que estar morto até lá. Porque o processo de renovação da concessão não vai ser perseguição. Nem pra vocês nem pra TV nem rádio nenhuma. Mas o processo tem que estar enxuto, tem que estar legal. Não vai ter jeitinho pra vocês”, disse, em outubro de 2019, numa das lives. O ano da renovação finalmente chegou e, como se sabe, as ameaças não se concretizaram. No apagar das luzes de 2022, no dia 20 de dezembro, Bolsonaro publicou o decreto de renovação das cinco emissoras da Rede Globo (no Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Recife). [Também foram renovadas as concessões da Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais e da Rádio e Televisão Record, em São Paulo.](#)



Até setembro de 2022, prazo para que a Rede Globo solicitasse a renovação, a possibilidade de perseguição parecia concreta. O site [Na Telinha](#) noticiou que a estratégia do presidente seria, no mínimo, tumultuar o processo. Ele enviaria um relatório contrário à emissora ao Congresso Nacional, onde as concessões são definidas, com posterior sanção presidencial. Em setembro, quando a emissora deu entrada no pedido de renovação, o mesmo site lembrou que o ministro das Comunicações, Fábio Faria, genro de Silvio Santos, fundador e proprietário do SBT, também usou um discurso legalista ao afirmar que o critério seria “100% técnico”. Em maio de 2022, a Rede Globo já tinha emitido a seguinte nota sobre o tema: “Esse assunto não se dá por decreto presidencial. A Globo seguirá os prazos estabelecidos com a tranquilidade de cumprir e de sempre ter cumprido todas as obrigações legais para a renovação da concessão”.



Na ocasião da renovação das cinco emissoras da Rede, o então presidente também editou oito decretos tornando sem efeito concessões de TV educativa, pois as entidades requisitantes não teriam enviado os documentos corretos. Não foi informado quais entidades foram essas, num

gesto corriqueiro no governo Bolsonaro: a ausência de informações e de transparência.



Bolsonaro e seus ministros visitam Silvio Santos. Crédito: Reprodução/Redes sociais de Fabio Faria.

Por outro lado, vale lembrar que, durante três dos quatro anos do governo, a TV Escola manteve contrato com a produtora de direita Brasil Paralelo. O contrato data de 28 de novembro de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro. De acordo com o documento, a produtora cedia o direito não exclusivo de exibição, de forma gratuita, da série "Brasil: a última cruzada".

Levantamento que fiz para a elaboração do artigo "A verdade da direita: a produção audiovisual de memória sobre a ditadura de 1964", publicado na edição de 2019 da Avanca Cinema International Conference, mostra que a forma de financiamento da produtora é um mistério: dificilmente eles conseguiriam realizar suas produções apenas com o dinheiro de assinaturas e venda de cursos, como afirmam. A lista desses assinantes não é divulgada por eles. Apesar da falta de informações sobre as fontes de recursos, é possível vislumbrar, a partir da escolha dos entrevistados para os documentários produzidos, que existe relação entre a produtora e think tanks de direita, como Instituto Liberal, Instituto Millenium, Instituto Von Mises Brasil, Instituto Liberdade e Instituto Atlas.

Assim como os outros conteúdos da Brasil Paralelo, a série tem caráter revisionista e olavista, inclusive com entrevistas com o guru do grupo, o hoje falecido extremista Olavo de Carvalho. [Um dos diretores da Associação Roquette Pinto seria uma indicação olavista: Eduardo Melo, que Carvalho gostaria que tivesse sido ministro](#). A Associação gere a TV Escola com recursos repassados pelo Ministério da Educação (MEC).

Segundo a pesquisadora Eula Cabral, "esse governo de extrema direita tentou impor suas posições e tirar do mapa todos que podiam atrapalhá-lo. No caso da Rede Globo, durante um bom tempo foi abafada e perdeu publicidade governamental. Enquanto isso, SBT, do sogro do ministro das Comunicações, e Record, empresa ligada à Igreja Universal que elegeu o presidente, além da Bandeirantes e Rede TV!, ligadas a empresários que apoiaram o governo, foram totalmente beneficiadas, inclusive com permissão de 'arrendamento' de horários".

O arrendamento é a venda de espaço televisivo para terceiros,





responsáveis pela produção do conteúdo daqueles horários, algo ilegal, mas comumente feito para televidas ou congregações religiosas. [Em julho de 2022, o então presidente sancionou, sem vetos, a Lei 14.408/22](#), que permite às emissoras de rádio e televisão transferir, comercializar ou ceder o tempo total de programação para terceiros. Até então, só era possível a venda de 25% da programação, considerado o teto para inserções publicitárias. Essa foi apenas uma das interferências de Jair Bolsonaro nas regras para a radiodifusão. Levantamento feito pelas pesquisadoras Ana Carolina de Melo Souto e Nelia Rodrigues Del Bianco, respectivamente mestranda e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), identificou 98 normas, de janeiro de 2019 a dezembro de 2021, que mudaram as obrigações a serem cumpridas pelos radiodifusores. Elas avaliam que esses dispositivos infralegais estão ancorados no discurso de “desburocratização” e de estímulo ao ambiente de negócios no país.

Segundo Oscar Cowley Forner e Almudena Muñoz Gallego, respectivamente mestrando e professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN), “trata-se de uma estratégia político-eleitoral que se sustenta por meio da tentativa de passar a ideia de defesa de uma mídia livre, mais competitiva e sem censuras, como assim consta na proposta de governo no *slide* dedicado ao tema da comunicação, denominado ‘Imprensa livre e independente’. Mas, na verdade, promove a aliança entre grupos políticos e midiáticos que alimentam a prática do clientelismo”.

Integrante do Grupo de Trabalho das Comunicações durante o governo de transição (para a nova gestão de Lula como presidente), o Secretário Geral da Rádio Ferrabraz FM, Alan Camargo, que é também integrante do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias, destaca a mudança estrutural feita por Bolsonaro para que o fluxo de verbas ficasse sob o controle dele, ao extinguir o Ministério das Comunicações e depois retomá-lo, desta vez ligando-o à Secretaria de Comunicação (Secom), diretamente subordinada à Presidência da República. “Eles fizeram uma bagunça, então uma fatia do bolo ficou para o grupo ligado a Fábio Faria. Bolsonaro deixou no Ministério da Ciência e Tecnologia apenas aquela parte da malha cartorial exatamente para organizar o dinheiro. Em algum momento, grupos medianos, como o Massa, e a Record, operaram a distribuição dos recursos diretamente com o Palácio. E esses que sustentaram o bolsonarismo levaram muito dinheiro”, avalia.

A comunicação comunitária: um problema histórico que se agravou

Quanto à comunicação comunitária, Alan Camargo apresenta dados impressionantes que mostram o descaso com o setor há sete anos. Segundo ele, “o número de cerca de 5 mil emissoras comunitárias outorgadas se mantém desde 2016. Desde então, até novembro do ano passado, inclusive, não havia publicação de editais para novos municípios. O último foi o Edital nº 172, de 25 de novembro de 2022, lançado ainda no governo Bolsonaro, para 71 municípios”.

O número, além de pequeno, deixa de fora comunidades indígenas, quilombolas, bairros e vilas de grandes cidades que já foram contempladas anteriormente com apenas uma rádio. Isso porque só é permitida uma outorga por município. “O movimento de rádios comunitárias considera que o Marco Legal de Radiodifusão Comunitária, a Lei 9.612, de 1998, reprimiu as emissoras. A projeção, naquele ano, era de 25 mil rádios comunitárias. Hoje há apenas 4.800. Boa parte delas, pela dificuldade de sustentabilidade, foi parar sob a influência de igrejas evangélicas e de prefeitos de pequenos municípios”, explica Camargo.

Segundo ele, hoje tramitam 40 mil processos de outorga ou renovação no Ministério das Comunicações. Entre eles, de rádios que existem há 20 anos e não conseguem ser renovadas. “Nós apresentamos no Grupo de Trabalho a regulamentação da Lei 9.612. É preciso aplicar o que é previsto no artigo 5º, de que em caso de inviabilidade técnica deve ser oferecido um canal alternativo para atender à comunidade. Pedimos o fim do plano nacional de outorgas, que é muito burocratizado. O processo técnico não pode continuar sendo a primeira etapa para se conseguir as outorgas, já que é impeditivo para a maioria das rádios”.

Ele lembra que mesmo nos governos Lula e Dilma o tema não foi enfrentado. Segundo Geremias dos Santos, presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil), a morosidade na tramitação dos processos de outorga para a comunicação comunitária “faz parte de uma estratégia, porque quem manda no setor de comunicação do Brasil é a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), inclusive indicam ministros e dirigentes no Ministério das Comunicações. Eles dominam quase a totalidade dos 25 integrantes titulares da Comissão da Ciência Tecnologia e Inovação da Câmara (CCTCI)”.

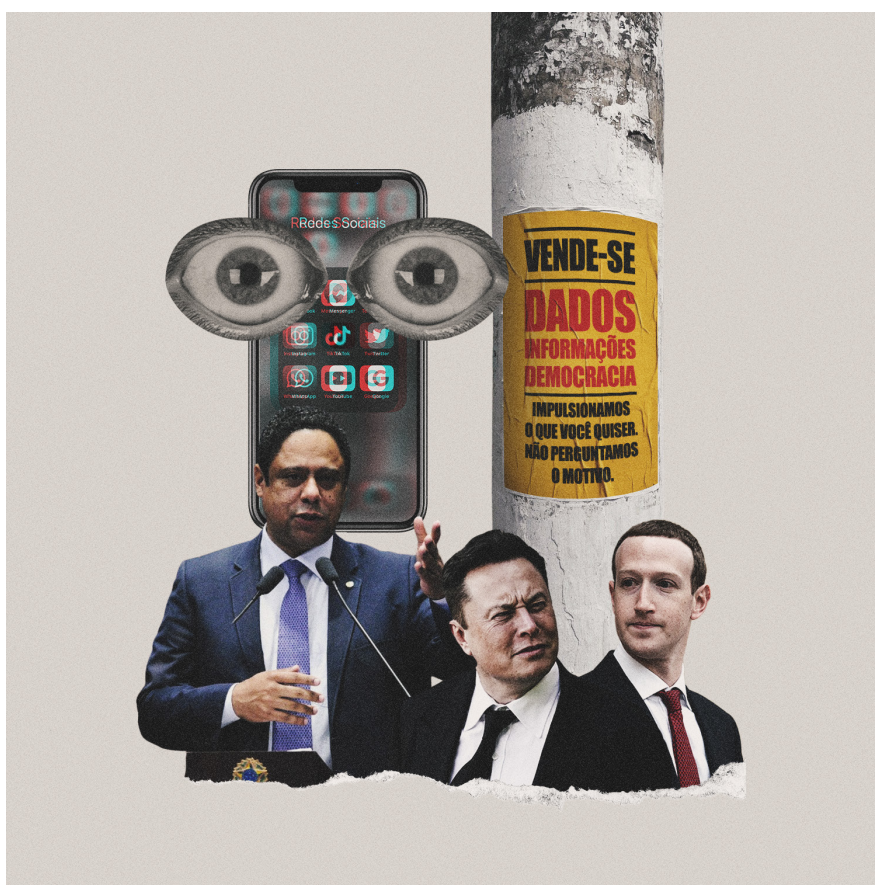
A pesquisadora Eula Cabral concorda: “No caso das rádios comunitárias, nem no governo da esquerda nem no governo da direita foram beneficiadas. Os grupos midiáticos, que têm como meta o lucro, não permitem que sejam mantidos os comunitários e continuam perseguindo a sociedade civil e evitando que sejam organizados conselhos de comunicação e criadas políticas públicas em prol da população que tem direito à comunicação, à informação e à cultura”.

Assim, historicamente entregue aos interesses do empresariado, com uma maioria de emissoras alinhadas ao bolsonarismo, a radiodifusão segue funcionando majoritariamente como instrumento estratégico na manutenção de ideais neoliberais e conservadores. Como o personagem do início desta reportagem, a maioria da população brasileira conhece o mundo não só pela internet, mas também pela tevê e o rádio – e Bolsonaro soube bem utilizá-los de forma associada à difusão on-line de ódio e desinformação.

Plataformas digitais no centro das atenções: regular para avançar

Regulação brasileira caminha para consenso, mas as plataformas resistem, trazendo entraves

Sheley Gomes, Ramênia Vieira e Viviane Tavares



Crédito: Thyago Nogueira, com cartaz de Pedro Mandi.

2022 ainda parece um ano que não acabou. Mesmo com as experiências vividas em anos anteriores, o processo político foi um dos mais intensos e complicados das últimas décadas no Brasil, especialmente no que se refere aos abusos de poder, à desinformação e ao desrespeito às regras do jogo democrático.

Os problemas da desinformação e do poder das plataformas digitais na construção do debate político estão sob os holofotes desde que Donald Trump chegou à presidência dos Estados Unidos, em 2016, valendo-se de uma campanha permeada por fake news e estratégias de segmentação de conteúdos para públicos mapeados, a partir do uso ilegal dos dados pessoais dos usuários de redes sociais.

Essas estratégias foram observadas também no Brasil, sobretudo nas



eleições de 2018, que levaram Jair Bolsonaro à Presidência da República, impulsionado por disparos de mensagens em massa e mentiras. Apesar dos escândalos e das cobranças por parte de autoridades e organizações da sociedade civil às plataformas digitais que sustentam as principais redes sociais, as medidas tomadas por elas têm sido insuficientes para enfrentar concretamente o problema.

Em 2022, se por um lado as plataformas digitais não avançaram em medidas para coibir a disseminação de desinformação, discurso de ódio e conteúdos ilegais, por outro, agiram para impedir o avanço da legislação que pretende regular o setor no Brasil. As *big techs* atuaram agressivamente em detrimento da primeira grande tentativa de regulação dessas empresas. Mobilizada por Google e Meta (*holding* do Facebook) nos principais veículos de comunicação do Brasil e em suas próprias plataformas, a [campanha contra o PL 2630/2020](#) (o “PL das Fake News”), que visa instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, evidenciou a pouca disposição dessas megacompanhias transnacionais de tecnologia em aderir a uma proposta democrática de regulação, que objetiva mais transparência em sua relação com o Estado brasileiro e seus cidadãos.

Assim como nos Estados Unidos e na União Europeia, onde existe um forte lobby das *big techs* contra legislações que estabeleçam critérios mínimos de atuação dessas empresas e mais transparência na internet, no Brasil houve uma campanha nas redes em que os usuários recebiam recomendações de leitura de uma carta em que, de acordo com as empresas signatárias, a versão do projeto aprovado no Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2021, sob relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), poderia “desestimular as plataformas a tomar medidas para manter um ambiente saudável online”. A mobilização se estendeu, ainda, para anúncios em jornais de grande circulação em todo o país, além de notas dos presidentes das *big techs* no Brasil em seus respectivos blogs. A ação das plataformas mostra que a regulação é urgente, já que elas se utilizam do seu espaço privilegiado no ambiente digital para seguir desinformando sobre a real proposta contida no documento.

Para Samara Castro, diretora do Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão da Secretaria de Políticas Digitais, que compõe a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sem regulação não há enfrentamento das *big techs*. “Já consensuamos entre ministérios de governo, pesquisadores e sociedade em geral que precisamos de uma regulação da atuação das plataformas. O que precisamos agora definir é o modelo, juntar forças para amarrar os consensos”, avalia, e acrescenta: “Os episódios das eleições de 2022 e o atentado à democracia no 8 de janeiro [de 2023] mostram como essa história ainda não terminou. Precisamos enfrentar as plataformas, que não à toa se posicionaram contra o PL 2630, quando ele podia ser votado com urgência”.

O Projeto de Lei como um marco da regulação

Após um ano e meio de tramitação entre Senado Federal e Câmara dos Deputados, e com a realização de uma série de audiências públicas para debater diferentes itens do projeto com representantes da sociedade civil, da academia e também das empresas, o PL 2630/2020 transformou-se num esboço de um marco decisivo para a regulação das plataformas digitais e o enfrentamento da desinformação no Brasil. O que era antes chamado de “PL das Fake News”, hoje traz um texto mais robusto e contempla, de fato, parte da regulação do setor.

Com muito esforço da sociedade civil organizada, especialmente da [Coalizão Direitos na Rede \(CDR\)](#), que reúne mais de 50 organizações, o



PL apresentado em 2022 atingiu um texto compatível com o combate às engrenagens das máquinas de desinformação e ódio, sem ferir a privacidade, a proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão dos usuários.

Para a CDR, houve conquistas no relatório apresentado pelo deputado Orlando Silva, com a previsão de mecanismos de transparência das ações de moderação por parte das plataformas, a exigência de publicação de relatórios periódicos, além do empoderamento do usuário por meio do instrumento do devido processo, em casos de remoção de conteúdo ou suspensão de contas. O documento busca estabelecer garantias para um funcionamento mais isonômico das redes, de modo a inibir a influência desproporcional do poder econômico que financia a distorção do debate público e avança em direção a um ambiente digital que proteja os cidadãos e cidadãs, além de assegurar alguns direitos.

Debate da regulação no mundo

O primeiro instrumento legal que serviu como marco para iniciar o debate sobre o ambiente digital foi o *Communications Decency Act (CDA)*, nos Estados Unidos, mais precisamente a seção 230, em 1996. Ele determina que provedores de serviços na internet não podem ser tratados como porta-vozes do que é publicado por terceiros. Ele foi tido como referência, inclusive, para a constituição do Marco Civil da Internet brasileiro, mais especificamente, o artigo 19, instituído em 2014. O texto do CDA é dividido em duas seções que tratam sobre a responsabilização das plataformas e a moderação de conteúdos.

Na União Europeia, o pontapé para instituir regras para o funcionamento de serviços on-line foi a [Diretiva de Comércio Eletrônico](#). O texto também trata da responsabilidade de terceiros, quando as plataformas podem ser responsabilizadas por conteúdos, mas também estabelece regras como requisitos de transparência e informação para fornecedores de serviços on-line, comunicações comerciais, contratos eletrônicos e limitações de responsabilidade dos prestadores de serviços intermediários.

Mais recentemente, em 2020, a União Europeia apresentou o *Digital Services Act*, que atualiza muitas das diretrizes apresentadas na legislação anterior e que representa um marco na governança da internet e na regulação de plataformas em todo o mundo. O regulamento estabelece novas regras sobre responsabilidade de intermediários, publicidade, transparência, remoção de conteúdo, entre outros temas. O novo regulamento aplica-se a todos os intermediários que prestam serviço on-line na União Europeia: os que oferecem infraestrutura de rede; os serviços de hospedagem, como computação em nuvem; os sistemas de pesquisa on-line que atingem mais de 10% dos 450 milhões de consumidores na União Europeia; as plataformas on-line que reúnem vendedores e consumidores, como *marketplaces*; e redes sociais com um alcance superior a 10% dos 450 milhões de consumidores da União Europeia.

Outras iniciativas de regulação

Em julho de 2022, Frances Haugen, cientista de dados e ex-funcionária do Facebook, veio ao Brasil e, em audiência pública na Câmara dos Deputados, alertou sobre os impactos da moderação de conteúdo da rede social no Brasil. Para ela, as ações contra *fake news* no país eram “negligenciadas”.

A cientista atuou na rede social no setor que analisou a derrubada de conteúdos impróprios durante a eleição nos Estados Unidos, em 2016, mas saiu da empresa em março de 2021 e, a partir de outubro, começou a denunciar que o sistema adotado pela empresa favorece o compartilhamento de conteúdos “raivosos”, que promovem polarização e, por isso, mais engajamento.

Na ocasião, ela afirmou que o Facebook sabia de muitas intervenções



que deveriam ser feitas, porém escolhia não fazê-las, porque isso impactaria seu lucro. E alertou para a falta de transparência da plataforma em relação a quantas pessoas na empresa estavam olhando para a eleição brasileira com o objetivo de barrar conteúdo inapropriado ou de coibir a criação de contas falsas. “Até mesmo deixar de responder perguntas simples, como quantos moderadores trabalham em português, mostra uma falta de respeito ao processo eleitoral brasileiro”, destacou Haugen.



Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, em audiência pública na Câmara dos Deputados brasileira.
Crédito: Billy Boss/Câmara dos Deputados.

A regulação dessas empresas globais, no entanto, é um processo complexo. Como regular nacionalmente plataformas que possuem sedes nos países do Norte Global? Que especificidades os países do Sul enfrentam quando comparados aos países do Norte? Há parâmetros válidos para todos os contextos e que respeitem os documentos internacionais de liberdade de expressão e de direitos humanos?

Na busca para estabelecer um texto que abarque as complexidades em regular as *big techs*, tentativas de formular diretrizes gerais ou parâmetros que orientem futuras legislações vêm sendo feitas. Em um processo iniciado em 2019, diversas organizações da América Latina, em conjunto com acadêmicos, e com o apoio do Intervozes, lançaram o documento intitulado [“Padrões para uma regulação democrática das grandes plataformas que garanta a liberdade de expressão online e uma internet livre e aberta”](#), que apresenta “recomendações sobre princípios, padrões e medidas de coregulação e regulação pública para proteger as liberdades de expressão, informação e opinião dos usuários de plataformas e garantir uma Internet livre e aberta. A proposta inclui tanto limitações ao poder das grandes plataformas de Internet (tais como redes sociais e mecanismos de busca) como proteções para dotar os intermediários de instrumentos adequados para facilitar o exercício da liberdade de expressão”.

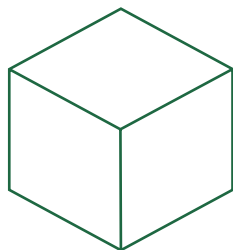
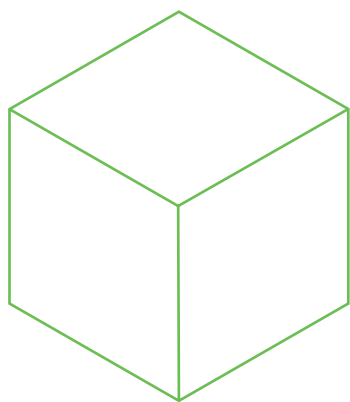
Em processo similar, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) iniciou em 2022 um processo de consulta pública para estabelecer um documento que sirva como diretriz para a construção de futuras regulações. O texto, intitulado “Guia para a regulação das plataformas digitais: uma abordagem multissetorial para salvaguardar a liberdade de expressão e o acesso à informação”, passou por diferentes períodos de sugestões e chegou a ser discutido em uma conferência realizada na sede da Unesco, em fevereiro de 2023, na qual o Intervozes e



outras organizações brasileiras estiveram presentes. O documento segue em consulta pública e deve ter uma versão finalizada em setembro deste ano.

Ainda que a pertinência do tema seja inegável, e que a construção de marcos regulatórios que abarquem as plataformas seja urgente, muitas discussões têm sido feitas de maneira apressada e sem o devido espaço para uma construção cautelosa e multissetorial. Além disso, algumas dessas propostas de regulação – inclusive o PL 2630 – não abarcam a crítica feita por parte da sociedade civil latino-americana de que o processo de moderação de conteúdo está relacionado a estruturas e políticas de funcionamento das próprias plataformas. A estrutura algorítmica, o lucro através do engajamento, o mercado de dados e a captura da atenção são fatores que afetam diretamente a maneira pela qual as plataformas irão estabelecer suas políticas de moderação de conteúdo.

Nesse sentido, ainda que com uma legislação bem construída, o problema que está sendo discutido parece que não irá se encerrar se o modelo de negócios das plataformas não for repensado. As legislações atuais ou os documentos de diretrizes que focam apenas na moderação de conteúdos não são suficientes. Complementar a isso, é necessária uma regulação que exija uma maior transparência algorítmica, para que a sociedade entenda como e por que a moderação é ou não realizada em cada caso, além da regulação econômica, e que estabeleça parâmetros para os modelos de negócios que respeitem a privacidade e os dados pessoais dos usuários e impeça que a internet seja dominada por monopólios digitais globais.



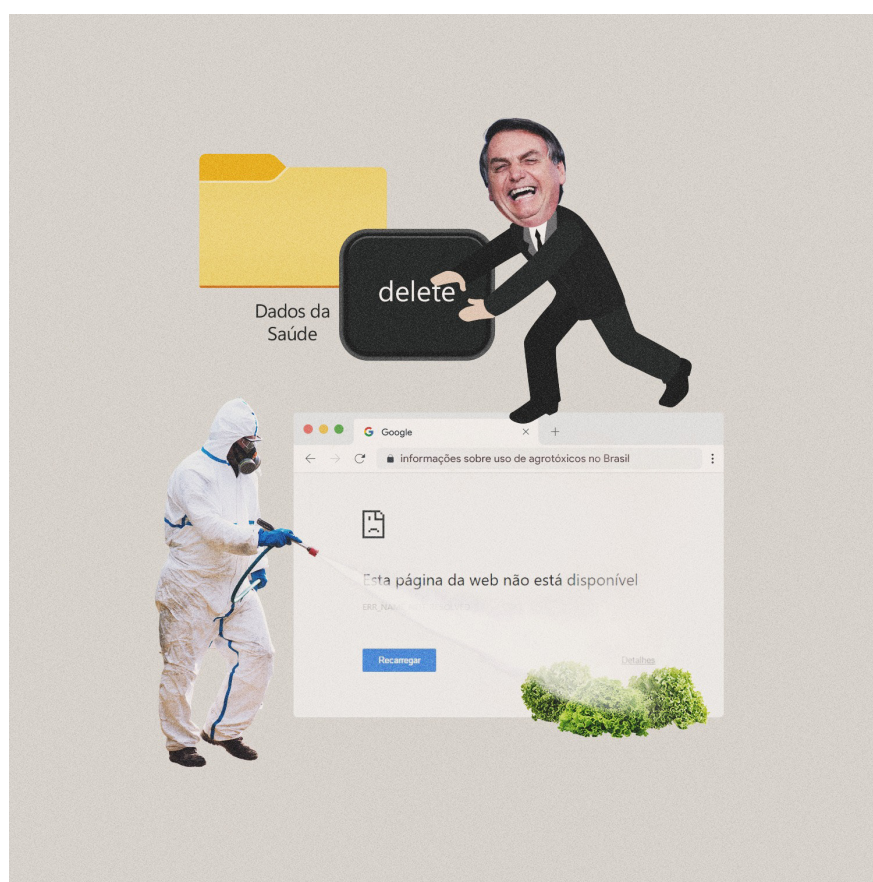
A REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS EM 2023

APÓS OS ATAQUES ANTIDEMOCRÁTICOS EM 8 DE JANEIRO DE 2023, O GOVERNO LULA RETOMOU O DEBATE EM RELAÇÃO À REGULAÇÃO DAS PLATAFORMAS. O GOVERNO ELABOROU UMA PROPOSTA QUE OBRIGARIA AS REDES A REMOVEREM MATERIAL QUE INCITE GOLPE DE ESTADO E ENCAMINHOU PARA O DEPUTADO ORLANDO SILVA, RELATOR DO PROJETO DE LEI 2630/2020. ORLANDO SILVA ACEITOU PARTE DAS PROPOSTAS, PORÉM MANTEVE MECANISMOS PARA QUE O DEVER DE CUIDADO NÃO FOSSE UTILIZADO COMO JUSTIFICATIVA DAS PLATAFORMAS PARA CERCEAR O DEBATE NAS REDES SOCIAIS E REINICIOU A ARTICULAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA A VOTAÇÃO DA URGÊNCIA, QUE FOI APROVADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2023. NA SEMANA SEGUINTE, AS PLATAFORMAS LANÇARAM UMA OFENSIVA CONTRA O PL 2630, O QUE COMPROMETEU A BASE DE VOTAÇÃO FAVORÁVEL AO PROJETO E FEZ COM QUE A VOTAÇÃO DO MÉRITO DA PROPOSTA FOSSE ADIADA. ESTE SERÁ UM DOS PRINCIPAIS TEMAS DA AGENDA DO DIREITO À COMUNICAÇÃO EM 2023.

Negacionismo estatístico e apagão de dados no último ano do governo da desinformação

Nova gestão no governo federal levará anos para reconstruir sistemas de informação em áreas como a saúde e o controle de agrotóxicos

Eduardo Amorim



Crédito: Thyago Nogueira.

Uma das questões mais simbólicas e, ao mesmo tempo, perigosas deixadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro é o fato de ele ter escondido o seu cartão de vacina, alvo de investigação pela Polícia Federal em um suposto esquema de falsificação. A vida pessoal de qualquer cidadão merece ser respeitada, mas seria possível um gestor público enfrentar uma pandemia e evitar um grande número de mortes sem utilizar do exemplo que podemos dar através dos nossos atos e gestos? A morte por covid-19 de quase 700 mil brasileiras e brasileiros durante a gestão de Bolsonaro, segundo os dados oficiais, deixou marcas dolorosas em famílias e comunidades de todo o país.

Esconder o seu documento vacinal não foi, porém, uma atitude isolada de Bolsonaro. O desrespeito com os sistemas de informação, de um modo geral, foi a tônica do governante anterior, parte de uma verdadeira “política



de desinformação” estabelecida durante os seus quatro anos de mandato. Vale mencionar, por exemplo, que o Grupo de Transição para o atual governo Lula denunciou ter recebido dados confusos e incompletos, inclusive do Ministério da Saúde. O fato é que a gestão que se encerrou em 2022 foi negligente com a questão da informação em diversas áreas, incluindo a vacinação, política em que o Brasil costumava ser exemplo mundial, gerando um verdadeiro [“apagão de dados”](#).

“É preciso criar uma política pública mais ampla de transparência com financiamento do Estado e o reinvestimento nas políticas setoriais. Como houve um desfinanciamento sistemático de todas as políticas públicas de interesse social nos últimos anos, a tendência é que as plataformas fiquem desatualizadas, os websites fiquem desatualizados, até mesmo saiam do ar... Porque essas plataformas de dados, como praticamente toda forma de tecnologia, é uma coisa que você precisa ir atualizando sempre e, conforme também o acesso vai se dando, o aperfeiçoamento tecnológico é necessário e isso tem um custo para a administração pública. Acaba que são fases da política pública de sistematização e organização de dados que perdem prioridade quando você tem muitos cortes acontecendo, então é uma questão também de desenho orçamentário, implementação e avaliação para aperfeiçoar progressivamente”, explica Carmela Zigoni, assessora política no Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e integrante do Fórum de Direito de Acesso às Informações Públicas.

Outro exemplo do desprezo com o controle social por meio de plataformas de dados e pesquisas foi o desrespeito dos prazos do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tradicionalmente, o maior levantamento sobre a população brasileira é divulgado nos anos terminados em zero, mas o atraso tem ocasionado que diversas decisões políticas, inclusive referentes à distribuição de recursos públicos, sejam realizadas com números antigos e, provavelmente, defasados.

Apenas no dia 28 de fevereiro de 2023, o IBGE encerrou a cobertura da coleta domiciliar do Censo 2022. Segundo o instituto, foram recenseadas 189.261.144 pessoas, o que representa 91% da população estimada do país, considerando o divulgado em 28 de dezembro de 2022. A partir de então, o órgão iniciou “Ações de Mobilização” em áreas específicas, como favelas e condomínios de alta renda, [ainda em curso no fechamento desta reportagem, em paralelo à apuração dos dados](#). Há ainda a possibilidade de que domicílios que não foram recenseados façam contato com o IBGE para agendar visitas. “Essas tarefas implicam alguns retornos a campo, ou seja, alguns domicílios ainda vão receber visitas de recenseadores ou supervisores. A divulgação dos primeiros resultados do Censo Demográfico está prevista para o final de abril”, informava o IBGE em seu site, no mês de março, logo após a finalização da fase de coleta.

Importa lembrar que o último Censo foi realizado em 2010, portanto o mais recente deveria ter acontecido em 2020. O Governo Bolsonaro, entretanto, utilizou a pandemia para justificar o atraso, e a pesquisa foi postergada para 2022, ainda assim sendo finalizada apenas no ano seguinte.

Mas, segundo o alerta de especialistas e instituições da sociedade civil, a crise sanitária não foi o único motivo para o atraso. “Nesse contexto de guerra contra o funcionalismo público, o presidente Bolsonaro também, já em abril de 2019, por várias vezes, veio a público criticar os dados do IBGE sobre o emprego e o desemprego. Ele não tinha nenhum pudor em dizer que o IBGE produziu índices feitos para enganar a população, que essas estatísticas eram uma farsa. Sem nenhuma base, ele questionava as técnicas de cálculo”, disse o professor Fabio Betioli Contel, em [artigo](#) publicado no site da Universidade de São Paulo (USP).

O pesquisador nomeia essas atitudes como um “negacionismo estatístico”, em que o desinvestimento, por meio de cortes orçamentários, também é uma das ações. Em 2021, [mais de 90% do orçamento destinado ao Censo](#),



que era cerca de R\$ 2 bilhões, foi cortado. O impacto disso foi não apenas um desmonte da instituição, mas também a impossibilidade de cogitar o início da execução da pesquisa naquele ano.

Mesmo em 2022, os números de trabalhadores empregados no recenseamento ficaram abaixo do esperado, houve desistência pelos baixos valores pagos às equipes de recenseadores e foi necessário rever o processo para atender populações e locais específicos. Em Roraima, por exemplo, foi preciso criar uma [força-tarefa para buscar os dados dos Yanomami](#), mesmo depois do encerramento da coleta domiciliar.

Questionada sobre o Censo 2022, Conceição Silva, que representa a União de Negros pela Igualdade (Unegro) no Conselho Nacional de Saúde (CNS), lembra que “você não tendo uma segurança de dados, fica muito difícil trabalhar para promover política pública e sobretudo nos repasses que o Ministério [da Saúde] faz para os estados e municípios. Muitas dificuldades, muitas reclamações, mas também todas as ações [de denúncia] foram expostas ali no Conselho Nacional de Saúde através de um conjunto imenso de notas públicas, recomendações, com relação à própria questão do financiamento”.



Plenária Ampliada da Conferência Municipal de Saúde de Recife. Crédito: Divulgação/CNS.

Um exemplo das ações do CNS foi, no início de 2022, o questionamento feito ao então ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e a reivindicação por [transparência e inclusão da sociedade civil no debate do compartilhamento de dados](#). Em relação a esse caso, o CNS se posicionou contra uma plataforma chamada *Open Health*, criada para reunir dados de usuáries(os) de planos privados de saúde, possibilitando o compartilhamento das informações entre empresas do setor para a oferta de produtos personalizados. Para o Conselho, a consolidação da saúde digital no Brasil deve ser uma prioridade do Ministério da Saúde, porém a medida deve ter como objetivos a priorização do SUS, fortalecendo o sistema público e universal, e a proteção dos dados pessoais das suas usuáries(os), tanto contra vazamentos quanto ao uso indevido das informações pelo setor privado.

Essa preocupação com a privacidade e os dados pessoais – seja de usuáries(os), seja de profissionais – motivou a realização de uma pesquisa, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pelo Intervenções – Coletivo





Brasil de Comunicação Social e pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), que aponta, como [indicado no Sumário Executivo do estudo](#), que “o uso das novas tecnologias de informação e comunicação no campo da saúde trazem oportunidades, mas também riscos no que se refere à proteção de dados pessoais que precisam ser mais bem investigados para que boas práticas sejam construídas”.

A existência de boas práticas demanda participação social. “É essencial aprofundar e ampliar a questão democrática neste momento civilizatório de grande impasse político. ‘Saúde é democracia, democracia é saúde’ sempre foi o lema que norteia nossas atividades. Portanto, neste momento de virada da sociedade brasileira, de recuperação e afirmação da democracia, é importante que contemple, de forma radical, um controle da sociedade sobre as políticas e as ações de saúde, com orçamento participativo e territórios organizados produzindo vida em todo o Brasil”, escreveu a presidenta do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), Lucia Souto, em [editorial da revista Saúde em Debate](#), edição de Julho/Setembro de 2022.



Um caso emblemático



Criado em 1980, o [Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas \(Sinitox\)](#) é responsável pela coleta, compilação, análise e divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento, através de dados registrados pela Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica (RENACIAT), nos estados e no Distrito Federal. Apesar do papel de fornecer informação e orientação sobre o diagnóstico, prognóstico, tratamento e prevenção das intoxicações, assim como sobre a toxicidade das substâncias químicas e biológicas e os riscos que elas ocasionam à saúde, a ferramenta está desatualizada e os últimos números disponíveis são de 2017.

Naquele ano, conforme estudo realizado por pesquisadores brasileiros, o Sinitox registrou 2.548 casos de contaminação por agrotóxicos no Brasil. Os pesquisadores denunciam que, considerando o fato de as intoxicações por agrotóxicos não serem notificadas compulsoriamente no país (conforme a Portaria nº 777/GM, de 28/04/2014), e de que o próprio Ministério da Saúde estima 50 não notificações para cada ocorrência registrada, os casos humanos de intoxicação por agrotóxicos são um problema de saúde alarmante e, ao mesmo tempo, negligenciado no país.

Mesmo que o Sinitox e os outros sistemas que registram intoxicações estivessem atualizados, muitos casos de intoxicação jamais chegariam ao poder público, simplesmente porque os sujeitos afetados não têm o menor conhecimento sobre o que está acontecendo ou sobre como buscar ajuda. A falta de dados, a desatualização das informações e a sistemática política de desinformação acabam agravando a situação. Estudiosos do campo da agricultura, por exemplo, reclamam da falta de dados nacionais que possam demonstrar através dos receituários agrônômicos quais agrotóxicos estão sendo mais vendidos por cidade e região, já que sem esses números é difícil entender como enfrentar os problemas de saúde e socioambientais nas regiões específicas.

Parece fazer sentido, de uma maneira bastante perigosa, que populações como os indígenas Yanomami e os trabalhadores assalariados no campo sejam os sujeitos que acabam sendo subnotificados ou estejam de fora das estatísticas. Nesse sentido, serão necessários muitos esforços para que a nova gestão do governo federal enfrente uma política genocida, que tinha como uma das bases da sua estratégia violenta dificultar o entendimento da sociedade sobre essas populações historicamente marginalizadas.

A representante da Unegro no Conselho Nacional de Saúde, Conceição Silva, considera importante, como estratégia para repensar o controle social, a retomada das conferências nacionais, estaduais e municipais do setor. Além de iniciativas como o [IdeiaSUS](#), que é um banco de dados sobre



iniciativas em saúde e ambiente, Conceição vive a expectativa da realização da *5ª Conferência Nacional de Saúde Mental* e da *17ª Conferência Nacional de Saúde*, que terá o mote "Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia - Amanhã vai ser outro dia".

Carmela Zigoni, do INESC, lembra que a Constituição Federal prevê que além do voto o cidadão pode contar com diversas estratégias de participação: plebiscitos, audiências públicas, conselhos e conferências. "Os conselhos e conferências devem ser retomados, sim, e reabertos e mais democratizados e participativos do que eram neste primeiro ciclo também", afirma. Ela considera que os conselhos reproduziam internamente relações de desigualdade de gênero e de raça. "No âmbito municipal o controle social de conselhos implica também a aprovação de contas públicas, então também é necessário rever o papel dos conselhos, para que sejam mais deliberativos e que tenham competências técnicas de acordo com o perfil dos conselheiros. No caso das conferências, elas continuam sendo super importantes, precisam ser retomadas, mas também é importante lembrar que existe um acúmulo do período anterior de conferências de demandas que nunca foram implementadas e que seguem sendo demandas dos movimentos sociais. Então, até por ser um período de redução de recursos, crise econômica e de reconstrução de todas as políticas públicas que foram desmontadas nos últimos quatro anos, é importante que o governo priorize verificar também os acúmulos das conferências. Mas elas também são espaços importantes de construção participativa", diz a integrante do Fórum de Direito de Acesso às Informações Públicas.

Ainda não foi possível dimensionar integralmente as consequências para o conjunto da população brasileira de quatro anos de uma gestão que foi criminosa também quando o assunto é acesso à informação pública. Mas, certamente, será necessária muita pressão social para que o governo Lula seja obrigado a investir e melhorar as plataformas ou mesmo criar políticas fundamentais, como a de controle nacional dos receituários agrônômicos, tendo como princípio o direito humano ao acesso às informações de caráter público.

“O ano passado eu (quase) morri, mas esse ano eu não morro”: o fim de um ciclo e uma esperança de democracia

A era Bolsonaro minou o país com devastações de toda ordem, inclusive nas comunicações; com novo governo eleito, precisamos construir as críticas necessárias e apontar urgências de políticas públicas verdadeiramente inclusivas e democráticas

Ana Maria Conceição Veloso, Patrícia Paixão de O. Leite e Paulo Victor Melo



Crédito: Thyago Nogueira.

Neste texto final do [especial Comunicação Pós-Bolsonaro](#), que faz um balanço sobre o fim da era Bolsonaro no poder central do país e a retomada dos rumos democráticos de um Brasil que tenta colar os cacos de tantos retrocessos vividos, pretendemos pontuar momentos críticos no campo das comunicações nos primeiros meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com o objetivo de defender necessidades de ajustes e sugerir políticas públicas para a nova gestão. Afinal, a constituição de uma nação pautada pelo Direito Humano à Comunicação não se dá com omissões ou recuos, mas na construção coletiva.

A era Bolsonaro foi caracterizada por reiteradas tentativas de destruição – muitas, infelizmente, com êxito – de direitos da população brasileira, por opressões simbólicas e materiais contra os povos tradicionais, intensas



ameaças e práticas de censura às(aos) jornalistas e desmonte da comunicação pública. Sem contar a institucionalização da desinformação, permeada de discursos de ódio, quando agentes governamentais e da base de apoio político do então presidente criaram e disseminaram mentiras para tumultuar as eleições presidenciais de 2022 e, inclusive, sabotar os resultados das urnas. A desordem informativa também buscou minar organizações científicas, universitárias e de comunicação, em um momento crítico de pandemia em que a informação de qualidade poderia ter salvado milhares de vidas. Isso tudo tendo como pano de fundo o fascismo que emergiu com mais força no país graças ao período Bolsonaro.

Essa visão panorâmica do que foram os últimos quatro anos do Brasil, esmiuçada nos dez textos que compõem o especial, já dão indicativos do tamanho do esfacelamento político, econômico e social do país – que, diga-se, é proporcional às responsabilidades e tarefas gigantescas que estão no colo do novo governo Lula. E um dos pontos nevrálgicos, lugar em que o novo governo ainda está patinando, é a comunicação. Sempre ela. Depois do exercício de poder afrontoso de Bolsonaro e sua turma à autonomia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com o sequestro da programação das emissoras e a ocupação dos cargos de gestão por militares e apadrinhados do poder, havia a expectativa da sociedade civil organizada em vivenciar uma guinada no novo governo eleito.

Mas os erros vieram da raiz, ou seja, começando na cúpula do Ministério das Comunicações (MiniCom). O MiniCom foi “rifado” para o União Brasil, partido conservador que, até “ontem” (nas eleições de 2022), deu sustentação a Bolsonaro e fez campanha para a permanência dele na presidência. A legenda possui políticos que trabalham para a manutenção da primazia do empresariado, dos “coronéis eletrônicos” – que fazem uso político de emissoras de rádio e TV para benefício das elites locais e regionais – e dos [políticos donos de mídia, o que contraria o artigo 54 da Constituição Federal](#).

Do ninho do União Brasil foi indicado para o ministério um político que não tem nem currículo, nem envergadura para atuar à frente, por exemplo, das discussões democráticas sobre a regulação da radiodifusão ou para implementar projetos voltados ao enfrentamento da exclusão digital brasileira. Infelizmente, não foi a primeira gestão do petista que privilegiou interesses políticos e comerciais na liderança do MiniCom. Fazem parte deste rol as gestões do político de carreira Miro Teixeira (PDT), entre 2003 e 2004, do empresário agropecuarista Eunício Oliveira (MDB), entre 2004 e 2005, e do ex-repórter da Rede Globo Hélio Costa, que ficou mais tempo como ministro das Comunicações, entre 2005 e 2010.

O fato é que, para amenizar o estrago, o governo Lula concentrou uma parte das políticas democráticas de comunicação sob a gerência da Secretaria de Comunicação Social (Secom), capitaneada pelo jornalista e ex-deputado federal Paulo Pimenta. A pasta, com status de ministério, tem a responsabilidade de coordenar as ações de comunicação do governo, com o olhar para a promoção de políticas digitais e de divulgação de conteúdo audiovisual, entre outras atribuições.

Contudo, uma das discussões mais pulsantes no mundo, a regulação das plataformas digitais, está, no governo Lula, fatiada entre o Ministério da Justiça e a Secom, o que tem gerado descompassos quanto às estratégias governamentais em torno da votação do Projeto de Lei 2630/2020, conhecido como o “PL das Fake News”, que tramita no Congresso Nacional. A despeito de setores mais progressistas do governo, que pretendem estabelecer modelos de funcionamento e proteger os cidadãos das investidas de redes de extrema-direita na internet – que correm soltas por conta da desregulamentação das ações das *big techs* –, ainda há muitos ruídos internos que atrapalham uma atuação robusta para o enfrentamento da questão, além de problemas de fundo na proposta do governo.

Entendemos como urgente que o Executivo (junto com o Poder



Legislativo) envolva a sociedade civil nas discussões sobre o PL 2630, além de implementar formas mais amplas de regulação das plataformas digitais. Compreendemos que é preciso avançar no debate sobre a regulação econômica das plataformas digitais e combater os monopólios digitais, assim como deve ser feito nos demais sistemas de comunicação, fazendo cumprir o artigo 220 da Constituição Federal.

A Secom também passou a cuidar da Empresa Brasil de Comunicação. Inicialmente, a medida foi comemorada por entidades que defendem a autonomia e o caráter público da EBC. Enganou-se, porém, quem pensava que seria a vez da implantação do projeto de “enegrecimento” da empresa, que postulava a ascensão de pessoas negras aos cargos de direção do projeto de comunicação pública do país.

Além disso, e na contramão das recomendações do grupo de transição e de inúmeros documentos da sociedade civil acerca da importância do fortalecimento da EBC para a democracia brasileira, o governo seguiu ignorando, pelo menos até maio de 2023, a retomada do Conselho Curador (cassado em 2016). A existência e a atuação da instância são condições para que o atual governo se arvore no direito de afirmar que pretende respeitar um dos pilares para a existência de uma comunicação verdadeiramente pública: a participação social.

E, temos, nos primeiros cem dias de governo, pelo menos dois episódios que saltaram aos olhos: a permanência da interrupção da grade da TV Brasil para pronunciamentos e atos do governo Lula e a participação da primeira-dama na live “Papo de respeito”, junto com a Ministra da Mulher, gravada no estúdio (via contrato da Secom) da TV Brasil, veiculada pelas redes sociais da emissora como TV BrasilGov via YouTube.

Em outro episódio, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) emitiram nota de repúdio ao que classificaram de “assédio moral de diretora de jornalismo da EBC contra o diretor do SJPDF”. Segundo o CNDH e as demais entidades, um sindicalista sofreu assédio por parte da gestora da entidade em maio deste ano. Segundo informações trazidas pela nota, o sindicalista havia se posicionado publicamente contra o encerramento das atividades de noticiários da empresa, contra a demissão de trabalhadores(as) que colocavam os jornais no ar e sobre o que caracterizou como assimetria entre as divisões dos segmentos público e estatal, com maior estrutura sendo direcionada ao último. A diretoria da EBC divulgou nota lamentando a situação e classificando o ocorrido como “uma discussão acalorada entre colegas” de trabalho.

Pelo visto, a tão esperada separação entre as perspectivas pública e estatal, dentro da estrutura da EBC, bem como o respeito à liberdade de expressão, ainda segue como desafio da administração petista. E vai demandar vigilância, posicionamento crítico, maior organização e pressão política de entidades da sociedade civil que atuam no campo da democratização das comunicações. Afinal, às vezes é preciso olhar para “o passado como uma roupa que não nos serve mais” e abrir espaço para “uma nova mudança [que] em breve [precisa] acontecer”.

Demandas urgentes: “Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não, eu canto”

Para que o governo Lula empreenda uma guinada rumo à efetivação do Direito Humano à Comunicação, vai ser preciso recalculer a rota da gestão. E pode começar com a [demissão do atual ministro das Comunicações, como já reivindica o movimento de comunicação](#), e posterior nomeação de um(a) gestor(a) qualificado(a) e sensível às pautas da democratização da comunicação.

Entre elas, não dá para pensar em um país mais democrático sem a



criação de uma política de financiamento e apoio às mídias populares, independentes, comunitárias e alternativas, com editais públicos e fomento à criação e desenvolvimento de novos meios.

Outra demanda urgente é o pleno funcionamento da EBC, que deve ser reestruturada materialmente e no seu papel de empresa pública, com orçamento adequado e respeito a um modelo de gestão que viabilize sua independência e autonomia, incluindo o restabelecimento das funções do Conselho Curador, cassado em 2016. Além disso, é preciso implementar as agendas da campanha “enegrecer a EBC”, para garantir a participação de pessoas negras e pardas nas diversas funções do órgão, inclusive nos cargos de gestão e nas decisões estratégicas.

No campo da inclusão digital, é essencial a garantia do acesso à internet a toda a população, de forma gratuita, como política de Estado. A política de universalização deve ser realizada visando ao interesse público, garantindo a autonomia decisória e respeitando as especificidades de Povos e Comunidades Tradicionais e territórios periféricos. É preciso que o governo federal dê uma mensagem nítida nas políticas desse campo de que o acesso à internet é direito, e não moeda de troca usada no avanço do colonialismo de dados, como aponta o interesse de Elon Musk de “conectar a Amazônia”. É necessário e urgente a ampliação de programas de conectividade domiciliar às populações de baixa renda, em regime público, enfrentando também a desigualdade de acesso às infraestruturas de internet e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Na paralela, é urgente ampliar o acesso em espaços públicos, especialmente escolas, bibliotecas e centros comunitários, incorporando a temática da educação em direitos humanos e educação para a mídia nesses programas.

O governo federal também deve assumir, como prioridade, envolver representações da sociedade civil nas discussões sobre a “plataformização” das políticas públicas em áreas diversas como saúde, educação, assistência social e lazer, bem como sobre as ferramentas adequadas para dar à população o acesso a esses direitos e à proteção de dados pessoais, tendo como pilar o respeito a todas as diversidades, de raça, gênero, etnia e territorialidade.

As discussões – necessárias – em torno da regulação das plataformas digitais ofuscaram, por enquanto, os debates sobre a Regulamentação dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795/1963) – reivindicação histórica da sociedade civil. É fundamental que se retome esse debate, inclusive para que se condicione a renovação das outorgas de radiodifusão à realização de audiências públicas e à avaliação do cumprimento da legislação em vigor e dos contratos de concessão, durante o período de exploração do serviço, com a perda da licença, em caso de descumprimento. E que um novo Ministério das Comunicações cumpra o seu papel de fiscalizar as empresas de radiodifusão.

Ainda sobre a radiodifusão e a inibição necessária do “coronelismo eletrônico”, propõe-se que o Estado brasileiro cumpra a vedação constitucional de que políticos em exercício de mandato sejam concessionários de serviços de radiodifusão (Art. 54), estendendo na legislação a vedação também a seus familiares.

Em tempos de disseminação de discursos de ódio e desinformação, vale uma atenção especial à criação de campanhas educativas, a serem elaboradas pelo MiniCom, para orientar a sociedade sobre os limites da liberdade de expressão, evitando que violações ocorram sob o pretexto desse direito. Nesse sentido, é importante também que o governo se comprometa a não alocar verbas públicas em programas de rádio e TV que violem direitos humanos, como os programas policiais.

A educação para a mídia, do mesmo modo, não deve ficar de fora. Recomendamos que a Educomunicação seja contemplada nas diferentes áreas do Poder Executivo, incluindo a leitura crítica da mídia nas escolas,

estimulando a formação de um público apto a questionar os conteúdos midiáticos, em geral, e jornalísticos, em particular, além dos modelos de negócios dos meios de comunicação e das plataformas digitais.

Depois de quatro anos de aumento de violência contra comunicadores(as), é importante que o Estado brasileiro fortaleça as políticas de apuração e recebimento de denúncias de violência praticada contra jornalistas e demais trabalhadores(as) da área durante o exercício da sua atividade profissional, como o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.

“O novo sempre vem”?

A vitória Lula, e sua “frente ampla”, veio com o prenúncio, desde os primeiros discursos, de que o governo iria trabalhar para toda a população, e não apenas para a maioria que o elegeu. Isso já demonstrava que os ares republicanos estavam de volta aos parques e ruas brasileiras. O processo de transição, com a organização de grupos de trabalho congregando especialistas em vários setores, como os ligados à radiodifusão, às telecomunicações, à regulação da internet, às políticas culturais e às de comunicação pública e comunicação comunitária, por exemplo, foram fundamentais para a geração de documentos que poderiam nortear as necessárias políticas para tais setores.



Lula sobe a rampa do Palácio do Planalto no dia 1º de janeiro de 2023. Crédito: Tânia Rego/Agência Brasil.

Além disso, a revogação de ações do governo Bolsonaro, como o decreto que permitia maior acesso da população às armas, o sigilo em torno das informações públicas e as medidas voltadas à privatização dos Correios, da EBC e do Conab, por exemplo, e, ainda, o retorno às atividades de conselhos de participação social foram determinantes para a instauração das condições objetivas para a volta da população aos fóruns de debate sobre a gestão do Estado.

A formação dos ministérios, mesmo que sem a esperada paridade de gênero e com sub-representatividade da população negra (ainda que nunca tenhamos tido tantas mulheres e negros/as em posição de primeiro escalão), demonstrou um aceno aos ideários históricos do Partido dos Trabalhadores, com o retorno de ministérios como os da Igualdade Racial, das Mulheres e da Cultura e, ainda, a criação do Ministério dos Povos Originários.

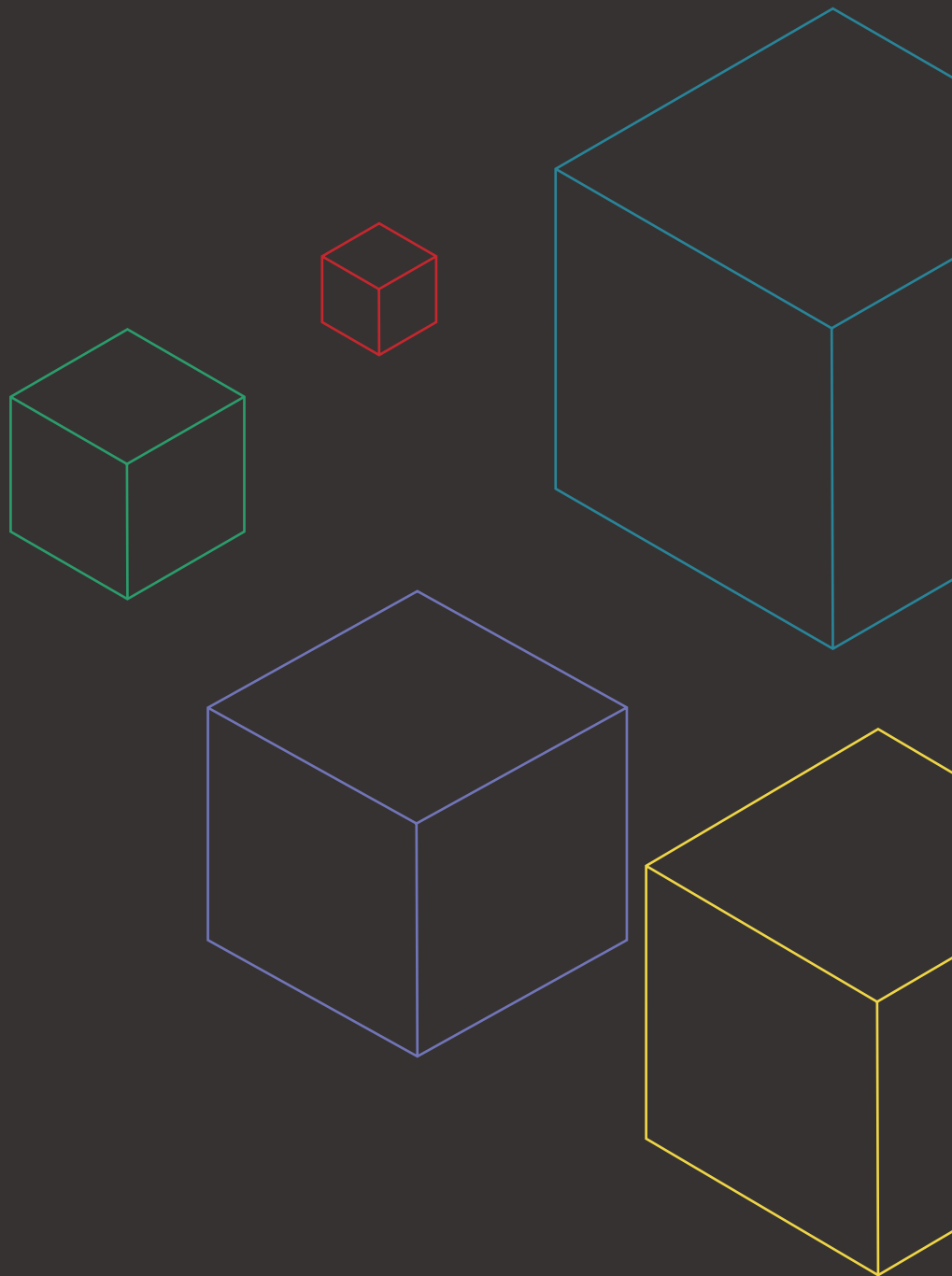
Mas há muito por fazer. Quando a asfixia da democracia denunciava uma “página infeliz da nossa história”, à luz do dia, as redes privadas de

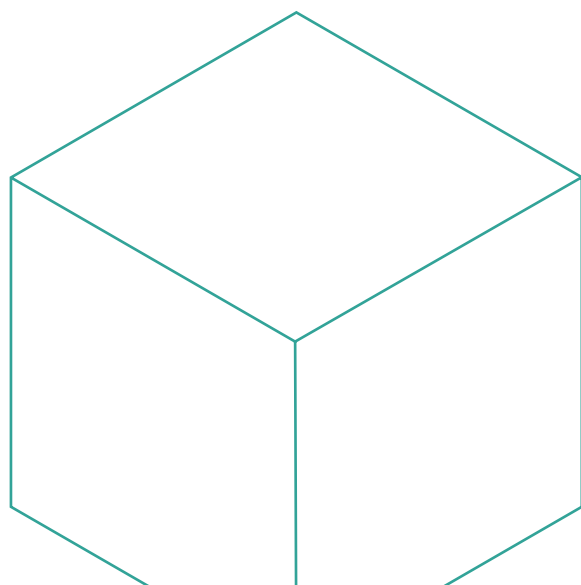
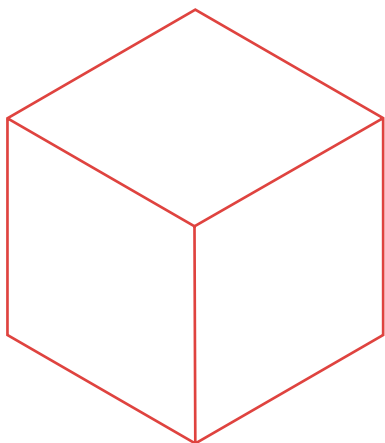
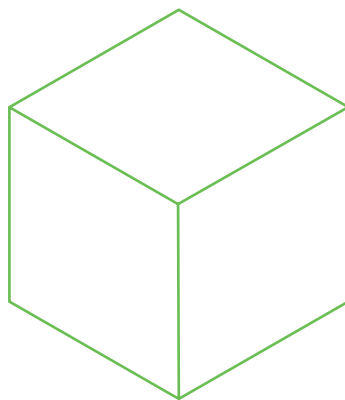
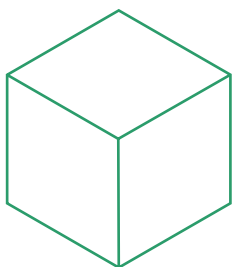
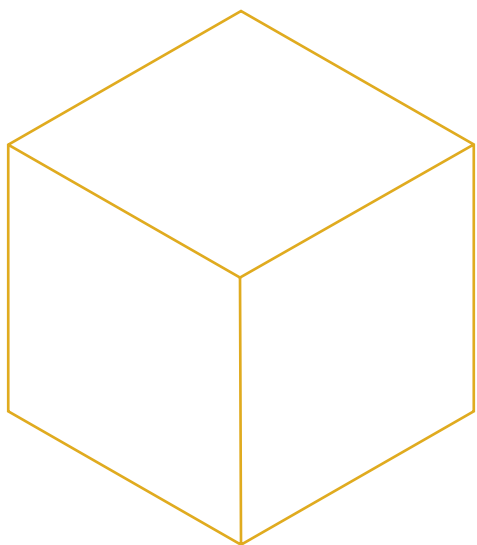
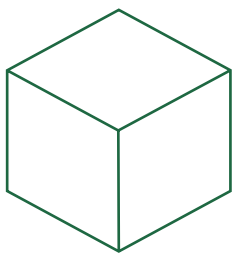
radiodifusão contraditoriamente sustentaram, e ainda continuam sustentando, a sanha destruidora das liberdades de expressão e de imprensa, com a reiterada exibição de programas policiais e o apoio à projeção de apresentadores transgressores dos direitos humanos. Eles permanecem realizando linchamentos públicos da população pobre e negra, sob o abrigo de palanques eletrônicos, digitais e virtuais, condutores a vagas em câmaras municipais, assembleias legislativas e ao Congresso Nacional.

Também notamos que, apesar da eleição de mulheres, parlamentares negros e LGBTQIA+ notadamente do campo progressista, o Congresso Nacional ainda é composto, quase que majoritariamente, por segmentos fundamentalistas, armamentistas e ligados ao agronegócio. E é com tais bancadas que o governo vai ter que negociar em várias instâncias.

Diante de tal cenário, a defesa intransigente da comunicação como um direito humano vai exigir qualificação, construção de novas estratégias, vontade política, escuta e diálogo das forças progressistas que compõem o Executivo Nacional com movimentos sociais que se articulam com a população e que devem contribuir com pressão social para o avanço da pauta da comunicação. Algo que, pelo menos nos primeiros 100 dias de governo, ainda não foi alcançado.

Recomendações





TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET

01 Recomenda-se ao Estado brasileiro a garantia do acesso à internet a toda a população, de forma gratuita, como política de Estado, para universalizar o direito à conectividade digital.

02 Recomenda-se que o Poder Executivo amplie programas de inclusão digital para populações de baixa renda, em espaços públicos, especialmente escolas, bibliotecas e centros comunitários, incorporando a temática da educação em direitos humanos nesses programas.

03 Recomenda-se que o Poder Executivo garanta que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) sejam repassados a estados, Distrito Federal e municípios, conforme o que estabelece a Lei nº 14.172/2021, para que se oferte acesso à internet e dispositivos digitais a estudantes e professoras/es de escolas públicas da rede básica de educação.

04 Recomenda-se que o Poder Executivo crie um órgão similar à antiga Telebrás, cuja função seja a de instrumento público de garantia da universalização do acesso à internet.

05 Recomenda-se que o Estado brasileiro tenha rigor na fiscalização do cumprimento do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), para efetivar o direito de acesso à internet a todas as pessoas, além de garantir a neutralidade de rede em todos os serviços, incluindo a proibição do *zero rating* por operadoras e empresas de tecnologia.

06 Recomenda-se que o Poder Executivo incentive, por meio de políticas públicas, a autorização de licenças para a instalação de redes locais e comunitárias de internet, sobretudo em comunidades tradicionais e áreas periféricas, garantindo assessoria técnica gratuita para os territórios e contribuindo com a sustentabilidade de pequenos provedores locais de internet.

07 Recomenda-se que o Estado brasileiro garanta a ampla participação da sociedade civil em consultas livres e prévias, visando à definição das metas do 5G, da Inteligência Artificial (IA), da "internet das coisas" e de outras políticas que impactam o acesso à internet.

08 Recomenda-se que o Poder Executivo assuma como prioridade envolver representações da sociedade civil nas discussões sobre a "plataformização" das políticas públicas para a internet, tendo como pilar o respeito a todas as diversidades, o direito de acesso pleno à internet e o direito à proteção dos dados pessoais.

09 Recomenda-se ao Sistema de Justiça brasileiro a criação de mecanismos contra as violências de gênero e raça praticadas por meio da internet, coibindo perseguições, ameaças, invasão de privacidade, entre outras formas de violência, conforme o já previsto na legislação brasileira, e

que se aplica também à internet.

10 Recomenda-se aos Poderes Executivos, em âmbito federal e estadual, como Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e secretarias estaduais de Segurança Pública, que capacitem agentes estatais para acolher as vítimas de violência de gênero e raça on-line, criando canais oficiais de recebimento de denúncias, além de produzir dados estatísticos sobre violência on-line.

11 Recomenda-se a criação de leis, pelos Poderes Legislativos e Executivos, de forma tempestiva, para coibir a disseminação de discursos de ódio na internet por agentes públicos, sempre ouvindo a sociedade civil, inclusive para evitar campanhas de ódio por canais institucionais ou pessoais na internet.

12 Recomenda-se aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos três níveis federativos, que apoiem a difusão de estratégias de alfabetização digital, uso crítico da internet e segurança digital destinada a grupos vulnerabilizados e incentivem iniciativas de formação que dialoguem com a academia e entidades da sociedade civil, e não com *big techs*.

13 Recomenda-se ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo envolver a sociedade civil nas discussões sobre o Projeto de Lei nº 2630/2020, o chamado "PL das Fake News", que pode ser um marco decisivo na regulação das plataformas digitais e no enfrentamento da desinformação no Brasil, desde que utilizando parâmetros construídos há anos por entidades do campo da Comunicação como Direito, como a Coalizão Direitos na Rede (CDR), que representa cerca de 50 organizações, no intuito de regular sem ferir a privacidade, a proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão de usuários/as.

14 Recomenda-se ao Estado brasileiro a instituição de um amplo debate envolvendo sociedade civil, empresas de tecnologia, universidades e órgãos públicos com vistas à formulação de políticas públicas que coíbam os monopólios e oligopólios digitais, regulem o mercado de dados pessoais e favoreçam o pluralismo e a diversidade na internet.

15 Recomenda-se que o Estado brasileiro invista no fomento ao desenvolvimento de tecnologias não proprietárias brasileiras, em especial aquelas que objetivem facilitar o acesso a políticas públicas e ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, e que tenham como princípio a justiça socioambiental e o respeito aos dados pessoais enquanto direito fundamental.

16 Recomenda-se que o Estado brasileiro invista no desenvolvimento de data centers com base nacional, a partir da criação de um programa com esta finalidade junto às universidades e institutos federais de educação.

17 Recomenda-se ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo e aos órgãos de fiscalização que desenvolvam instrumentos para garantir que os sites registrados no Brasil e as plataformas digitais sejam acessíveis a pessoas com deficiência.

18 Recomenda-se que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados investigue se entes públicos e privados cumprem com o que prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, no que diz respeito à proteção dos dados pessoais e à privacidade de todas as pessoas.

19 Recomenda-se que o Poder Executivo resguarde o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) em suas autonomia e viabilidade financeira, garantindo-lhe condições de funcionamento adequadas e independentes de ingerências externas, com participação paritária e multissetorial.

RADIODIFUSÃO

01 Recomenda-se que o Poder Executivo cumpra o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 10.405/2020) e condicione a renovação das outorgas de radiodifusão à realização de audiências públicas e à avaliação do cumprimento da legislação em vigor e dos contratos de concessão durante o período de exploração do serviço, com a perda da licença em caso de descumprimento.

02 Recomenda-se que o Estado brasileiro cumpra a vedação constitucional de que políticos em exercício de mandato sejam concessionários de serviços de radiodifusão (Art. 54), estendendo na legislação a vedação também a seus familiares.

03 Recomenda-se a alteração do Regulamento de Sanções Administrativas, pelo Ministério das Comunicações, a fim de prever punições gradativas às emissoras de radiodifusão que descumprirem suas obrigações, inclusive violarem direitos humanos, difundirem desinformação ou propagarem discursos de ódio, estabelecendo penas mais altas em caso de reincidência.

04 Recomenda-se ao Poder Legislativo Federal que, por meio de um debate público amplo, envolvendo os diferentes segmentos da sociedade brasileira, avance na formulação de uma lei que volte a coibir a proibição dos arrendamentos e transferências de outorgas de radiodifusão, incluindo as que envolvam igrejas e organizações religiosas. Caso essa prática seja identificada, recomenda-se ao Estado brasileiro a retomada da outorga e a abertura de novo processo de licenciamento.

05 Recomenda-se ao Estado brasileiro aprovar uma nova legislação para a radiodifusão, ouvindo a sociedade civil, para que se limite o número de concessões por grupos econômicos, proibindo, ainda, a formação de monopólios e oligopólios de mídia, fazendo cumprir a Constituição Federal do Brasil (Art. 223), além de instaurar uma "autoridade independente" de composição multissetorial, responsável por analisar possíveis violações.

06 Recomenda-se que os órgãos competentes fiscalizem os conteúdos dos programas de rádio e TV, sobretudo os chamados "policialescos", por reconhecidamente violarem direitos e previsões legais,

e apliquem as sanções e responsabilizações cabíveis, cobrando promoção, proteção e reparação de direitos humanos.

07 Recomenda-se que as empresas de radiodifusão revejam conteúdos, critérios e formatos de programas “policialescos”, tendo como parâmetro o respeito aos direitos humanos, à diversidade, às instituições democráticas e à inclusão, de modo a reformular o gênero “programa policial”, inclusive, promovendo formações internas para todos os/as profissionais do setor sobre direitos humanos.

08 Recomenda-se que o Estado brasileiro construa, junto com representações da sociedade civil, normas que explicitem as políticas de fiscalização e apuração das violações de direitos humanos praticadas pelos concessionários de radiodifusão; crie espaços colegiados multissetoriais independentes que contribuam no acompanhamento de conteúdos; instaure canais de denúncias a respeito de violações; publicize, de forma ampla e transparente, as sanções aplicadas às empresas; e estimule boas práticas entre as emissoras.

09 Recomenda-se aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, bem como às empresas e autarquias a estes ligadas, não veicular publicidade institucional, nem de utilidade pública, em programas que violem direitos humanos, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de *merchandising*.

10 Recomenda-se às empresas privadas não concederem verbas, auxílios, patrocínios ou subvenções de qualquer espécie ou sob qualquer pretexto a veículos de comunicação que divulguem, de forma recorrente em sua programação, condutas, discursos, práticas ou situações contrárias aos direitos humanos.

11 Recomenda-se que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) oriente os órgãos estaduais a abrirem ações relativas à veiculação da publicidade de órgãos públicos e empresas estatais em programas violadores de direitos humanos, seja como cota de patrocínio, seja nos intervalos comerciais ou por meio de *merchandising*.

12 Recomenda-se que o CNMP oriente os Ministérios Públicos estaduais a instaurarem inquéritos civis e públicos para analisar denúncias de veiculação de programas de rádio e TV que violem direitos humanos, bem como a adoção de providências legais pertinentes à responsabilização das emissoras e o ajuizamento de ações de reparação de danos morais coletivos eventualmente ocorridos.

13 Recomenda-se que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) oriente os órgãos do Poder Judiciário sobre o julgamento prioritário de ações sobre violações de direitos humanos na mídia e a aplicação de sanções administrativas e multas dissuasivas de forma célere.

14 Recomenda-se à Defensoria Pública da União (DPU), dos estados e do Distrito Federal que proponham ações judiciais contra concessionários de radiodifusão que eventualmente provocarem dano moral coletivo, para

assegurar indenização e/ou “direito de resposta” pelos agravos, nos casos de violação de direitos humanos, assim como em outros casos de violações que venham a ocorrer.

15 Recomenda-se que as empresas de radiodifusão e suas entidades representativas exerçam a sua responsabilidade social, respeitando os direitos humanos e cumprindo a legislação vigente.

16 Recomenda-se às empresas de radiodifusão que instituem e consolidem políticas de ações afirmativas para grupos historicamente sub-representados, visando à ampliação da diversidade em seus produtos (jornalismo, entretenimento, educação etc.) e à construção de um ambiente social menos violento e discriminatório contra estes grupos.

17 Recomenda-se ao Estado brasileiro que implemente políticas de incentivo à garantia da diversidade e do pluralismo na programação das emissoras de radiodifusão, em consonância com o previsto no Capítulo V da Constituição Federal de 1988.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMUNITÁRIA

01 Recomenda-se que o Estado brasileiro garanta o pleno funcionamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no sentido de ser reestruturada materialmente e de cumprir seu papel de empresa pública, com orçamento adequado e respeito às estruturas de gestão que viabilizem sua independência e autonomia, incluindo aí a reestruturação e o restabelecimento das funções do Conselho Curador da EBC, cassado em 2016.

02 Recomenda-se que o Estado brasileiro respeite as recomendações das entidades da sociedade civil que reivindicam “enegrecer a EBC”, no sentido de ampliar a participação de pessoas negras e pardas nas diversas funções do órgão, inclusive nos cargos de gestão e nas decisões estratégicas.

03 Recomenda-se às diferentes esferas do Poder Executivo criar uma política de financiamento e apoio às mídias populares, comunitárias e alternativas, com editais públicos e fomento à criação e ao desenvolvimento de novos meios.

04 Recomenda-se ao Poder Legislativo a regulamentação, em definitivo, do Art. 223 da Constituição Federal, delimitando percentuais equivalentes entre os sistemas público, privado e estatal na radiodifusão e garantindo autonomia, financiamento e mecanismos de participação popular no sistema público.

05 Recomenda-se que o Poder Judiciário determine o acesso à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, como medida necessária para garantir estabilidade e continuidade dos serviços desempenhados pela EBC.

06 Recomenda-se que o Poder Legislativo estabeleça uma nova lei de fomento à comunicação pública, com financiamento obtido a partir da cobrança de taxas a empresas que operam no sistema comercial e em outros sistemas de exploração do serviço audiovisual, do pagamento de outorgas pelas emissoras privadas, de recursos advindos da Contribuição de Intervenção de 3% sobre a receita obtida com publicidade veiculada nas emissoras privadas, além de garantir recursos à comunicação pública provenientes da publicidade oficial.

07 Recomenda-se que o Ministério Público Federal, no uso de suas prerrogativas, combata a utilização dos veículos públicos para proselitismo político e religioso, garantindo a autonomia deste sistema de comunicação.

08 Recomenda-se ao Poder Legislativo a reforma da Lei nº 9.612/1998, a partir de amplas consultas às rádios comunitárias, visando principalmente à redução das barreiras para a autorização e para o funcionamento das mesmas e à ampliação dos mecanismos de fomento e fortalecimento do setor.

09 Recomenda-se ao Estado brasileiro apoiar as rádios comunitárias, com a criação de um fundo para distribuição de verbas destinadas a oferecer todo tipo de suporte necessário ao seu pleno funcionamento.

10 Recomenda-se ao Estado brasileiro – especialmente o Poder Executivo federal, dos estados e municípios – que promova iniciativas para a garantia de sustentabilidade das rádios comunitárias, fortalecendo-as enquanto expressão popular do direito à comunicação, e não como moedas de troca político-eleitoral, a exemplo de editais, prêmios e outras iniciativas de valorização de rádios comunitárias.

11 Recomenda-se que o Poder Executivo garanta apoio técnico e atue para simplificar a documentação necessária no caso de solicitações de rádios comunitárias em territórios indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais.

12 Recomenda-se que o Poder Executivo incentive o financiamento público para a criação de iniciativas de comunicação plurais e diversas, sobretudo geridas por instituições da sociedade civil, em áreas consideradas “desertos de notícias”.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

01 Recomenda-se que o Estado brasileiro escute as representações da sociedade civil e as entidades de direitos humanos quando buscar leis e dispositivos para combater a proliferação de discursos de ódio, a disseminação de desinformação e os crimes cometidos na internet, a fim de não implementar ações limitadoras ao exercício da liberdade de expressão, entendendo, ainda, que o Poder Judiciário possui meios para

aplicar a legislação vigente, sempre considerando o necessário equilíbrio entre a liberdade de expressão e os demais direitos humanos.

02 Recomenda-se que o Poder Executivo, em especial a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, crie campanhas educativas explicando os limites da liberdade de expressão, informando à sociedade que discursos de ódio e violações de direitos humanos não podem ser justificados em nome dessa liberdade, já que os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes.

03 Recomenda-se que os departamentos de comunicação de Instituições de Ensino fortaleçam suas disciplinas de Ética no Jornalismo, discutindo casos atuais sobre violações de direitos na mídia, à luz das leis vigentes, da Constituição Federal e do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, a fim de preparar os/as futuros/as comunicadores/as.

04 Recomenda-se que o Estado brasileiro respeite as obrigações internacionais a respeito dos direitos humanos, determinadas nos tratados dos quais é signatário, e garanta a efetividade dos dispositivos previstos no artigo 5º da Constituição Federal, que dizem respeito ao direito à livre manifestação e associação.

05 Recomenda-se que o Estado brasileiro investigue e puna os responsáveis por casos de violência e perseguição a comunicadores/as e defensores/as de direitos humanos, assim como ofereça proteção imediata às vítimas de ameaças, mantendo e fortalecendo os programas de proteção.

06 Recomenda-se o monitoramento e a notificação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de casos de violência política e opressão ao livre direito de expressão dos cidadãos e cidadãs, sobretudo em períodos eleitorais, encaminhando-os às autoridades e órgãos competentes.

07 Recomenda-se que o Poder Judiciário e os órgãos de fiscalização acolham e encaminhem as denúncias da sociedade civil organizada sobre violações à liberdade de expressão ocorridas nas redações de empresas jornalísticas ou no ambiente digital, garantindo-se sanções às práticas de censura e reparações aos/às profissionais.

08 Recomenda-se ao Estado brasileiro o reconhecimento da constitucionalidade do Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que preza pela irrestrita liberdade de expressão de todas as pessoas, incluindo a dos/as jornalistas em seu exercício profissional dentro e fora das redações de grupos de mídia.

LIBERDADE DE IMPRENSA

01 Recomenda-se aos/às jornalistas e demais profissionais da comunicação que, quando forem vítimas de censura interna nas redações,

formalizem denúncias aos sindicatos de jornalistas nos estados ou regiões ou à Comissão Nacional de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

02 Recomenda-se que o Sistema de Justiça brasileiro atue na apuração, na reparação e na possível punição quando houver cerceamento da liberdade de imprensa por parte de entes públicos ou privados, incluindo parlamentares ou gestores públicos, acolhendo e encaminhando denúncias recebidas pelo Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas e Comunicadores, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

03 Recomenda-se que o Estado brasileiro instaure canais oficiais para a apuração e o recebimento de denúncias de violência praticada contra jornalistas e demais comunicadores/as durante o exercício da sua atividade profissional, entendendo que a violação da liberdade de imprensa abala um dos pilares da democracia.

04 Recomenda-se que o Estado brasileiro reconheça a atuação da comunicação comunitária e da mídia independente como essenciais à democracia, as quais, portanto, devem ter direito ao exercício pleno da liberdade de imprensa.

05 Recomenda-se que o Estado brasileiro, em diálogo com as entidades representativas dos/as jornalistas, elabore e implemente uma legislação que garanta a liberdade de expressão e de imprensa dos/as jornalistas face ao crescimento da prática de assédio judicial que visa à intimidação dos/as profissionais. Que tal legislação, além de salvaguardar o direito dos/as profissionais, promova a juntada de processos e seja capaz de impedir, quando for o caso, a adoção de indenizações superiores aos ganhos salariais dos réus.

EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA

01 Recomenda-se, às diferentes esferas do Poder Executivo, contemplar a Educação para a Mídia, englobando a leitura crítica da mídia nas escolas, estimulando a formação de um público apto a questionar os conteúdos midiáticos, em geral, e jornalísticos, em particular, a que tem acesso, assim como os modelos de negócios dos meios de comunicação e das plataformas digitais.

02 Recomenda-se aos Poderes Executivos que invistam em programas curriculares e extracurriculares nas escolas municipais e estaduais para a criação de canais de comunicação internos, envolvendo corpo docente e alunos/as, investindo numa comunicação decolonial, antirracista e laica, com respeito a todas as diversidades.

03 Recomenda-se aos Poderes Executivos que insiram, nas escolas municipais e estaduais, assim como nas instituições de ensino superior e técnico, o tema da desinformação nas grades curriculares, a fim de educar a sociedade para combater discursos e conteúdos intencionalmente

manipulados para alterar conceitos, informações e orientações, inclusive sobre saúde pública.

04 Recomenda-se aos Poderes Executivos que insiram, nas escolas estaduais e municipais, em suas atividades curriculares, a realização de oficinas teórico-práticas para orientar crianças e adolescentes no uso de perfis em redes digitais e em aplicativos de mensageria no que diz respeito ao combate de discurso de ódio, ao cuidado com o vazamento de dados privados e à prevenção do negacionismo científico.

05 Recomenda-se que as universidades federais invistam, sobretudo nos cursos de Comunicação, em disciplinas voltadas à preparação de estudantes acerca da importância da leitura crítica da mídia/ educação midiática, como parte das suas grades curriculares.

06 Recomenda-se que o poder público, especialmente os órgãos dos Executivos nacional, estaduais e municipais, acolha propostas de educação para a mídia das universidades e entidades da sociedade civil independentes em detrimento de programas das próprias plataformas digitais, que, inclusive, podem atuar com base em conflitos de interesse.

Sobre as autoras e o autor

Alex Pegna Hercog - É baiano, comunicador social e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Ana Maria Conceição Veloso - É jornalista, professora do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Eduardo Amorim - É jornalista, doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Iago Vernek Fernandes - É professor da rede pública e membro do Conselho Diretor do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Iury Batista - É pesquisador, mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Mabel Dias - É jornalista feminista, mestra em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Mônica Mourão - É jornalista, professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e integrante do Conselho Diretor do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Nataly Queiroz - É jornalista, doutora em Comunicação, professora universitária e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Patrícia Paixão de O. Leite - É jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora no campo do Discurso, Mídia e Decolonialidade e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Paulo Victor Melo - É professor e pesquisador de Políticas de Comunicação em universidades no Brasil e em Portugal. Integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Ramênia Vieira - É jornalista e integrante da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Raquel Baster - É jornalista, mestra em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Sheley Gomes - É cientista política pela Universidade de Brasília (UnB) e mestranda em Mídia e Estudos de Área pela Charles University Praga. Integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Viviane Tavares - É jornalista e integrante da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

